

***O Livro de Visitações* da paróquia do Fratel**
Marcas da Igreja numa comunidade rural
(de 1538 a 1711)

Maria José de Araújo Martins

Dissertação de Mestrado em História
Especialização em História Moderna e dos Descobrimentos

Agosto, 2020

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em História, realizada sob
a orientação científica do Professor Doutor António Camões Gouveia
e coorientação da Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer,
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura ...

Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.
Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu,
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar,
E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.

“O Guardador de Rebanhos”.
In Poemas de Alberto Caeiro. Fernando Pessoa.
(Nota explicativa e notas
de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor)
Lisboa: Ática, 1946 (3ª ed. 1963). - 30.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho resultou de uma conjunção de circunstâncias que me fizeram corresponder aos sucessivos desafios apresentados pelo documento. Finalmente, a frequência do Mestrado-veio a apresentar-se como facilitadora de um enquadramento de conhecimentos e de procedimentos metodológicos, para contextualizar, não só o conteúdo central do documento em estudo, como a comunidade local em que ele se desenvolve. É à Professora Maria de Lurdes Rosa que devo o incentivo para me levar à inscrição.

Em todas as unidades que segui na Faculdade, identifiquei o valor de um contributo de formação. Os Professores, João Alves Dias, na sua dinâmica abordagem de investigação e, especialmente, das competências paleográficas, Jorge Pedreira, que abriu percursos seguros para o conhecimento das sociedades na Idade Moderna, e Alexandra Pelúcia, com a perspectiva política e social da implantação de um Império português. Finalmente, a Professora Maria de Lurdes Rosa, conduzindo à interpretação dos conteúdos e dos sinais históricos, na dupla exigência de rigor e de busca do sentido sócio-histórico e das mentalidades. A cada um destes professores, devo a abertura de relevantes espaços de saber organizado.

No percurso de elaboração da dissertação, pontuado por sucessivas opções de abordagem e de método, quero exprimir o meu apreço aos meus orientadores, que apontaram leituras, direcções a seguir e referências de valor. É esse o caso da atitude desafiante do orientador, Professor António Camões Gouveia, com a sua leitura exigente e certa dos textos por mim produzidos e, mais uma vez, a presença segura e esclarecedora da Professora Maria de Lurdes Rosa.

No exercício solitário que se prolongou por anos, tive o apoio constante de familiares e amigos, muitas vezes participantes com preciosas colaborações. Menciono especialmente os meus sobrinhos Marta e Pedro Martins, com a presença dos seus cuidados e o desembaraço de questões técnicas de informática e, por vezes, logísticas. E também o João Fradique, com uma colaboração sempre pronta e eficaz, em contagens e organização de dados das *visitas* e ainda na realização de certas fotografias.

Estão igualmente as amigas e os amigos, constituindo um círculo de proximidade e de afeição, mesmo que estivessem longe. É nesse sentido, que tenho a agradecer a Filo-

mena Melo que, com o seu conhecimento e rigor, reviu algumas passagens demasiado complicadas do documento, bem como a exposição dos critérios de transcrição que utilizei. Beatriz Bettencourt, com a sua experiência e firmeza serena, ofereceu um contributo de grande valor na revisão geral da dissertação e dos anexos, nisso implicando também os seus conhecimentos de base nos campos da História e das Ciências Sociais. E nesta fase de finalizações, foi muito proveitosa a colaboração da Ana Carolina Pereira no arranjo gráfico da transcrição, com uma desenvoltura, sentido de rigor e conhecimento histórico, que muito contribuíram para reduzir uma dispersão quase irremediável, perante a extensão e variedade de tarefas a executar.

Importa salientar a sequência de políticas municipais que valorizaram um património, desconhecido e esquecido durante séculos, e agradecer ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Velha de Ródão, Dr. Luís Pereira, o interesse que manifestou pela recuperação deste documento, visando também uma continuidade de acção com ele relacionada. A Junta de Freguesia de Fratel, na pessoa do seu Presidente, José Pereira Correia, é também digna de apreço, pelo apoio que tem dado a produções recentes neste âmbito, e devo-lhe um agradecimento pessoal, por informações e acesso a locais do seu conhecimento, que foram particularmente úteis. Quero ainda sublinhar a qualidade e a expressão de fotografias da autoria de António Nabais aplicadas nesta dissertação, que fazem parte de um acervo produzido com critério, no âmbito da sua valiosa acção na criação de núcleos museológicos em todas as freguesias do Concelho.

Não posso deixar de mencionar os que estão ou estiveram implicados na História dos territórios da zona do Alto Tejo e da Beira Baixa. Quer sejam os encontros científicos na região, quer as conversas pessoais com arqueólogos da “Geração do Tejo”, especialmente o Francisco Henriques, têm sido para mim uma inspiração e um estímulo. Sou-lhe devedora de conhecer directamente lugares carregados de sentido, e com ele mantive conversas muito ricas de informação para as minhas interrogações. Os mapas que se apresentam no texto exprimem a qualidade e a extensão dos estudos desenvolvidos por uma equipa interdisciplinar de vasta produção.

Por fim, importa invocar aqui alguns ausentes: o meu Pai, José Baptista Martins, Joaquim Dias Caratão, Paulo Caratão Soromenho e muitos outros, que em suas vidas reuniram informação e estudo sobre a região e as suas gentes, e contribuíram para que fossem considerados e fixados esses conhecimentos.

Estas presenças continuadas fazem-me sentir que nunca termina a busca do conhecimento e a sua difusão, nem os elos que ligam umas às outras, em milénios, as gerações de um território.

Maria José Martins

Agosto, 2020

**O Livro de Visitações da paróquia do Fratel
Marcas da Igreja numa comunidade rural
(de 1538 a 1711)**

Maria José de Araújo Martins

RESUMO

O objecto da dissertação que agora se apresenta é o *Livro de Visitações do Fratel*, paróquia do extremo sudoeste do concelho de Vila Velha de Ródão, entre os rios Tejo e Ocreza. Trata-se de um manuscrito encontrado fortuitamente, muito degradado, na década de 80 do século passado. Depois de uma intervenção técnica especializada, para conservação preventiva e higienização, procedeu-se à fotografia digital, à leitura paleográfica e à transcrição das 300 páginas do manuscrito, visando a edição e permitindo a análise e estudo do texto. O foco do estudo é o *lugar social* em que se realizaram as visitas, visando trazer à luz referências indiciadoras da existência activa de uma população, no âmbito do seu relacionamento com a Igreja. A abordagem metodológica do L.V. organiza-se pela combinação entre: a) a linha temporal de 173 anos em que se desenrolam os assentos, a qual nos incita ao olhar diacrónico e b) a análise temática dos conteúdos tratados, seleccionando visitas ou passagens, segundo critérios adequados às áreas focadas. As aproximações ao texto foram revelando a sua extensão e o valor documental para o conhecimento histórico da região da Beira Baixa, dada a escassez de vestígios, arqueológicos ou documentais, com informação sobre as épocas Medieval e Moderna. Apresentam-se em anexo: listagens de figuras da Igreja e de moradores da paróquia mencionados nos assentos e ainda sumários e outros elementos de visitas analisadas. O anexo mais significativo é a edição do Livro de Visitações, acompanhada de uma síntese de critérios que guiaram a transcrição, e de um glossário. Impõe-se também, em outras fases de trabalho, levar o documento ao conhecimento público.

Palavras-chave: Reforma tridentina, Visitas Pastorais, Livros de Visitações, Diocese da Guarda (Época Moderna Inicial), Normalização Social, comunidade rural na Época Moderna Inicial, Fratel, Vila Velha de Ródão, Beira Baixa.

Visitations Book from parish of Fratel
Marks of the Church in a rural community (1538 - 1711)

ABSTRACT

The object of this dissertation is the *Livro de Visitações do Fratel*, an old parish in the south of Vila Velha de Ródão municipality, a territory between rivers Tejo and Ocreza. It consists on a very damaged manuscript, randomly found in the eighties, which demanded a specialized intervention for preventive conservation and hygienization. Our first work consisted on digitalizing the whole document, followed by paleographic reading and transcription of the manuscript's 300 pages, in order to an easy contact and analysis of the text could become possible. The document comprises records of pastoral visits performed by catholic church authorities, representing diocese of Guarda that ruled this territory. The study focus is the social scene with which records were related to. It aims at disclosing references about population action and social roles, as far as the relationship with the Church is concerned. Methodological approach is organized by combining: a) a timeline of the course of 173 years, through which reports are developed, leading to a diachronic perspective of subjects, protagonists and procedures and b) thematic analysis of dealt contents, according to appropriate cryterions linked with defined areas and objectives. Listings of Church visiting authorities, local priests and of community residents and a few outsiders, referred in the text, are also presented as attachments, allowing knowledge of some mencioned personal references. The most significant attachment is the edition of *Visitations* reports. Successive approaches to the text revealed its documental value for historical knowledge about *Beira Baixa* region, considering the scarcity of archaeological remains from medieval and inicial modern eras. Spreading this document through public knowledge is also a must-have.

Key-words: Trent Reform, Pastoral Visits, Visitations Reports, Guarda's Diocese (Inicial modern era), acculturation, rural communities (Inicial modern era), Fratel, Vila Velha de Ródão, Beira Baixa.

Índice

Lista de figuras	XI
Lista de anexos	XIII
Lista de abreviaturas	XIV
Introdução	1
1. Uma terra <i>em fim de reino</i>	9
1. 1. Rotas e povoados. Conhecimento histórico	9
1. 2. A freguesia do Fratel: o território e o povoamento	15
1. 3. População da freguesia do Fratel	19
2. Correntes de cultura e confrontos de religião	22
2. 1. A crença e o culto, uma história de sedimentação	23
2.1.1. As populações rurais, depositárias e recriadoras de cultura	
2.1.2. Os filósofos “cordiais”	
2.1.3. Sentidos divergentes nas crenças e nos cultos	
2. 2. Igreja Católica em Portugal, nos séculos XVI a XVII	30
2.2.1. Rede de inserção no território e marcas da autoridade	
2.2.2. Os textos da Norma: Constituições, regulamentos e instruções	
2.2.3. As visitas pastorais e a administração da Igreja nas paróquias	
2.2.4. Os registos paroquiais, fontes de investigação	
3. Apresentação da fonte. O <i>Livro de Visitações do Fratel</i>	44
3. 1. Descrição da fonte e processo da edição	44
3.1.1. Suporte material e componentes do documento	
3.1.2. Procedimentos para a preservação e digitalização	
3.1.3. Critérios para a leitura paleográfica e edição dos textos	
3. 2. O <i>Livro de Visitações</i> e os registos paroquiais: diálogo silencioso entre documentos	53
3.2.1. O <i>Livro de Visitações</i> fala de si próprio, dos registos e da escrita	
3.2.2. Os livros de registo da paróquia do Fratel	
3.2.3. Os textos espúrios: escritos <i>por linhas tortas</i>	

4. O Livro de Visitações do Fratel, um escrito em tempo longo	65
4.1 Panorama das visitas registadas	65
4.1.1. A visita: o escrito e as normas	
4.1.2. As visitas no tempo: frequência e regularidade	
4.1.3. ... <i>no espiritual e no temporal</i> : temáticas das visitas	
4.2. ... ao serviço de Deus, e culto divino prouí, e mandei	85
4.2.1. Os visitantes na paróquia: a presença da diocese da Guarda	
4.2.2. O lugar dos fregueses: imagens da vida e do culto	
Notas Finais e Desafios	114
Bibliografia	120
Anexos	i
Anexo I - Períodos das visitas e planos sócio-económicos	ii
Anexo II - Visitadores, Bispos, Escrivães e Párocos	vi
Anexo III - Sumários das Visitas de 1541, 1608 e 1635	xx
Anexo IV - Sumários das Visitas de Bispos da Guarda, 1686 e 1697	xxiv
Anexo V - Fregueses do Fratel e forasteiros: origem, profissão e episódio	xxvii
Anexo VI – Edição do Livro de Visitações	
Anexo VII - Critérios de transcrição do texto	ii
Anexo VIII - Glossário	v

Lista de Figuras

1 - Área da freguesia do Fratel. Carta de capacidade de solos, territórios de marcha, sítios de habitat	11
2 - Vista das Portas de Ródão, do alto da Charneca das Canas (Fratel)	12
3 - Esboço de caminhos com vestígios de trilhos romanos no território do Fratel	14
4 - População da freguesia do Fratel em 1708 e em 1758	24
5 - <i>DEO IN CELO TIBI AUTEM IN MUNDO</i>	32
6 - <i>Que os priores, rectores, beneficiados, clerigos e os rendeiros se jã presentes aa visitaçam...</i>	36
7 - Composição do Livro de Visitações	44
8 - A Parte I antes da higienização	45
9 - Imagens da parte encadernada, antes da higienização	46
10 - Assinatura do Visitador Rego da Fonseca na visita de 1608	47
11 - Rubricas do Visitador Rego da Fonseca	47
12 - Marcas de água	48
13 - Processo utilizado para a digitalização	49
14 - Folha do manuscrito e legenda aplicada	50
15 - <i>De não hauer scriuaens nas confrarias</i>	59
16 - Exercícios de caligrafia	60
17 - <i>Grande toada</i>	62
18 - S. Pedro no Vilar do Boy, hoje capela de Stº Amaro	66
19 - S. Pedro do Vilar do Boy. Contorno do adro	68
20 - Frequência de visitas nos períodos considerados	75
21 - Temáticas das visitas analisadas	79

22 - Igreja do Fratel. Capela-Mor e altares laterais	82
23 - Pormenor da decoração do retábulo do altar-mor	84
24 - Sino grande da Igreja do Fratel	85
25 - <i>TITULO PRIMEIRO DA FE E DOCTRINA</i>	94
26 - Capela e terreiro da Senhora do Castelo	97
27 - Imagem do Espírito Santo, no Fratel	107
28 - Imagens de Santo António (Juncal) e da Senhora dos Remédios (Gardete)	108
29 - Rossio do Fratel, com a Igreja Matriz	110

Lista de anexos

- I. Períodos das visitas e planos sócio-económicos
- II. Visitadores, Bispos, Escrivães e Párocos
- III. Sumários das Visitas de 1541, 1608 e 1635
- IV. Sumários das Visitas de Bispos da Guarda, 1686 e 1697
- V. Fregueses do Fratel e forasteiros: origem, profissão e episódio
- VI. Edição do Livro de Visitações
- VII. Critérios de transcrição e edição do documento
- VIII. Glossário

Lista de Abreviaturas

Bp^o - Bispo

Escr. - escrivão

coord. - coordenação de

dir. - direcção de

p./pp. - página/s

ed/s. - editor/es

fl/s. - folha/s

Ibidem - o mesmo autor, a mesma obra citada

L.V. - Livro de Visitações do Fratel

o m.q. - o mesmo que

op.cit. - obra citada

p^e - padre

Visit^{or} - Visitador

O Livro de Visitações da paróquia do Fratel
Marcas da Igreja numa comunidade rural
(entre 1538 e 1711)

INTRODUÇÃO

*Caminhar: ler um pedaço de terra,
decifrar um pedaço de mundo*

Octávio Paz

A origem deste trabalho está no encontro com a *fonte*, que é o objecto principal da investigação: o *Livro de Visitações* da paróquia do Fratel, que abrange o período entre 1538 e 1711.

Trata-se de um manuscrito, com o registo dos assuntos tratados nas visitas anuais de representantes da Diocese (neste caso, o Bispado da Guarda) às paróquias (neste caso, a do Fratel), para verificar o cumprimento e a correcção do culto religioso, realizando auditorias sobre a administração das igrejas e dos seus bens e abrangendo também os comportamentos de clérigos e de fiéis. Dessas observações resultavam referências a vertentes da vida e das mentalidades da época, oferecendo assim uma enorme riqueza documental. Os códices que contêm estes registos são designados como *Livros de Visitações* ou de *Visitas Pastorais*.

No seu trajecto silencioso de quase 5 séculos, este documento chegou aos nossos dias por um episódio fortuito em que alguém, de passagem na rua, lança um olhar sobre detritos resultantes de uma “limpeza” acabada de fazer aos arrumos da sacristia, e recolhe o que lhe parece de salvar. Foi esse olhar de meu Pai, José Baptista Martins, pessoa com referências culturais e sensível ao património, que permitiu resgatar da destruição definitiva o valioso repositório de informação histórica que este códice contém. Tendo permanecido desde então depositado no espólio familiar, é tempo de que seja trazido à luz e condignamente conservado, para que o seu valor histórico possa ser conhecido e utilizado. Foi estabelecido um acordo com a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, no sentido

de integrar o *Livro de Visitações à Igreja de S. Pedro do Fratel* no património do Município, seguindo os procedimentos regulamentares das Ciências Documentais que asseguram a preservação e facilitam o acesso público controlado à consulta e ao estudo dos documentos, cumprindo as devidas condições de segurança¹.

O trajecto acidentado desta documentação, ao longo de quase cinco séculos, ilustra, afinal, a desatenção a que tem estado sujeito grande parte do património histórico no nosso país, devido à nefasta conjugação de muitos factores que é imperativo ultrapassar. Em verdade, foi a sua presença que se impôs aos meus interesses e compromissos, e tem sido o seu manuseamento a lançar-me desafios e questionamentos. Esse demorado labor sobre o escrito atravessou as sucessivas fases da digitalização, do trabalho paleográfico e da edição, antes de poder focar-se na definição de linhas temáticas e de análise, para o estudo organizado dos conteúdos, no âmbito do presente trabalho académico. Todo este processo resultou numa real convivência com o texto, e na passagem pelos lugares e tempos em que se desenvolve o documento. Na verdade, corresponde também a uma viagem de reconhecimento neste território de raízes familiares e pessoais, por mim muito caminhado e já estudado em outras ocasiões, penetrando em épocas diferentes. As condições da metodologia histórica serão o enquadramento desejável de que essa vinculação afectiva não obscureça uma abordagem isenta, antes beneficiem a motivação que tem sustentado todo o trabalho.

Por outro lado, torna-se imperativo levar o documento ao conhecimento público. Abrangendo uma extensão de mais de um século e meio, ele constitui uma fonte de informação de grande valor, relativamente à região do sudoeste da Beira Baixa, e abre perspectivas de informação sobre um vasto período histórico, sobre o qual têm escasseado os documentos e os estudos.

O objecto de estudo

De acordo com a função definida para as visitas pastorais, na sua realização convergem os sentidos mais profundos de uma instituição de natureza religiosa e os de uma microssociedade, que é a paróquia. Esta afirmação algo simplista pretende exprimir, no entanto, o seu carácter de espaço de confluência entre a acção normativa e disciplinadora

¹ Ponto 1.6. do Protocolo de 20.10.2014.

dos visitantes e os procedimentos dos leigos, habitantes numa comunidade circunscrita, relativamente aos actos e aos lugares do culto.

No contexto político-religioso e cultural de Portugal, na Idade Moderna inicial, em que se situa o *Livro de Visitações* (adiante referido como L.V.), a autoridade religiosa e o universo rural em suas vivências próprias, situam-se em campos diferentes na malha social e cultural, sendo mesmo, em alguns aspectos, dicotómicos. O foco do presente trabalho é delinear alguns dos traços dessa confluência, tendo em conta os papéis dos protagonistas e a carga cultural de algumas acções aqui em causa.

Abrem-se múltiplos caminhos ao estudo agora apresentado, e importa salientar que o seu texto nos oferece mais do que um nível de informação. O plano imediato é o que se refere à função destes registos na administração da Igreja e da Paróquia, com as inerentes referências de natureza factual e descritiva: aos protagonistas da hierarquia, a directivas doutrinárias e culturais emanadas da autoridade eclesial, ao cumprimento dos *ritos de passagem* e dos rituais litúrgicos, a procedimentos para a gestão dos bens da paróquia, abrangendo edifícios, alfaias do culto e bens de raiz. Trata-se de uma fonte a integrar no campo mais amplo da História da Igreja (globalmente e em Portugal) e coincidente com o período particularmente intenso da Contra Reforma.

Existe um outro patamar de informação que terá de assentar em procedimentos de análise e de busca de sentidos sobre os conteúdos a que temos acesso. A fonte que estudamos é constituída por textos que tocam uma diversidade de aspectos da vida camponesa (comportamentos do quotidiano, economia, relacionamentos sociais), num espaço geográfico delimitado. Torna-se tentador tirar partido dessas informações e da unidade sócio-geográfica, para desenvolver um estudo com traços etnográficos.

Face a esse interesse, porém, levanta-se uma reserva. O texto a que temos acesso é, em si mesmo, a expressão da autoridade de uma instituição com poder de influência e penetração social sobre as populações e jamais nos deixa ouvir uma resposta proferida pelos fregueses. Do lado destes protagonistas, não podemos mais do que entrever imagens das suas vidas, através dos juízos e admoestações transmitidos pelos visitantes. É a essa espécie de “voz indirecta” que temos de recorrer, para esboçar um quadro de informações sobre traços da vida dos habitantes da comunidade rural e os seus procedimentos, perante as normas emitidas pela autoridade religiosa.

A nossa abordagem da pequena sociedade aldeã, baseada num documento produzido pela autoridade eclesiástica que a visita, com propósitos de regulamentação e de verificação do seu cumprimento, deverá posicionar-se no plano do discurso que o documento contém. Assentando na exposição de Duby, “os documentos nunca esclareceram directamente senão as ideologias” [daqueles que os emitiram] ... “porque a repartição de poderes autorizou essas ideologias, e apenas essas, a virem à luz do dia” (Duby, 1977, 181). Com esta prevenção, pretende-se acautelar um olhar sobre a população local baseado nesses normativos de carácter doutrinário, dirigidos aos comportamentos, bem como à gestão de bens, a ordens sobre a construção e reparações dos edifícios e de aquisição dos artefactos para a liturgia.

Método de abordagem

A abordagem histórica deste documento requer, pois, a definição do objecto da investigação. Tomando como referência alguns conceitos de Michel de Certeau sobre a *operação histórica*, o estudo do L.V. está “circunscrito pelo lugar que uma conexão do possível e do impossível define” (de Certeau, 1977, 31). Essa condição torna útil a clarificação do que esse autor designa por “lugar social”, significando o que emerge do próprio relacionamento do estudo com o seu objecto. O ponto de vista a partir do qual se define o estudo, os limites e as propriedades determinados pela(s) fonte(s) e pela metodologia adoptada, desenham as “fronteiras” desse “lugar de produção sócio-económico, político e cultural” (Ibidem, 18), para o qual se aponta o foco historiográfico. É a este *lugar social* (Ibidem, 43), enquanto núcleo de problemáticas, que se dirige o presente trabalho, procurando trazer à luz referências indiciadoras da existência activa de uma população.

Assim, o exercício de investigação é a elaboração de uma tela, pois resulta da ordenação de uma urdidura - a extensão temporal -, sobre a qual se lançam fios de trama, em relação com os planos que inevitavelmente se projectam e cruzam no micro-sistema de acção da freguesia que estudamos.

A abordagem metodológica do L.V. organiza-se pela combinação entre:

- a linha temporal de 173 anos em que se desenrolam os assentos, a qual nos incita ao olhar diacrónico e
- a análise temática de conteúdos dos assentos, seleccionando visitas ou passagens, segundo critérios adequados às áreas focadas.

Sequência

Com base nestes critérios, apontámos para uma estrutura do trabalho, em que partimos da contextualização que consideramos determinante para a compreensão do *Livro de Visitações do Fratel* e os capítulos seguintes são focados no próprio *Livro*, como passamos a explicitar:

O primeiro capítulo - *Uma terra em fim de Reino* - abre-se para o território em que se desenvolvem as visitas abrangidas pelo documento. Procura-se reunir algumas referências marcantes da investigação que abrange este território, de modo a constituir um enquadramento significativo para os conteúdos a reter no Livro de Visitações.

Assim, enunciam-se conclusões dos continuados trabalhos de Arqueologia no Vale do Tejo, a partir do último quartel do século XX, e ainda referências focadas em outras épocas, provindas de diversas áreas da Geografia Histórica, da Geomorfologia, e ainda da Etnografia. Pretende-se, assim, estabelecer algumas coordenadas de espaço e de tempo, que ofereçam elementos para a compreensão desse lugar em que se desenvolve a acção continuada que os visitantes registaram no decurso de quase dois séculos.

O segundo capítulo - *Correntes de cultura e confrontos de religião* - visa captar alguns elementos da expressão cultural e religiosa que conformaram as crenças e os cultos na sociedade portuguesa nos primeiros séculos. São traçadas linhas da espiritualidade e das práticas da religião, que virão a cruzar-se e a chocar entre si, na época da Contra Reforma. No segundo tópico foca-se o enquadramento da Igreja Católica, nesses séculos XVI e XVII, fazendo sobressair as forças antinómicas relativamente à expressão cultural e religiosa, bem como os desentendimentos e os confrontos de autoridade que desencadearam. Esta contextualização, correspondendo a uma época de coesão entre o Estado e a Igreja, a par da consolidação da estrutura eclesial, pretende apresentar um enquadramento que contribua para elucidar algumas ocorrências patentes no L.V., relativas à produção e utilização dos registos na paróquia, bem como à incidência das matérias que preencheram as determinações dos visitantes.

O terceiro capítulo - *Apresentação da fonte: O Livro das Visitações do Fratel* - tem duas vertentes. Inicia-se com a descrição codicológica e das condições materiais em que foi recuperado o documento, contribuindo para esclarecer o significado das múltiplas lacunas no conjunto documental, quer em razão de extravio de cadernos, quer da deterio-

ração resultante das circunstâncias da sua guarda. Apresentam-se também os procedimentos técnicos com que iniciámos o nosso trabalho, para a preservação e a digitalização, os quais viabilizaram a leitura paleográfica, a transcrição e a edição dos textos. No que respeita à transcrição, traçam-se genericamente os critérios orientadores dessa exigente operação, uma vez que se edita, no Anexo VI, a transcrição do manuscrito e, ao longo do texto de trabalho, trechos em citação, quando se considera oportuno para sublinhar o sentido ou documentar elementos em análise.

O capítulo 3 prossegue com um esboço de reconstituição do que poderia ter integrado um conjunto de documentos da paróquia (3.2.). Baseia-se no conhecimento actual sobre a existência de alguns deles, mas foca-se no texto do Livro de Visitações, em busca de informações que explicitam a produção, tanto do próprio Livro, como dos registos de baptismo, casamento e óbitos, de inventários e contas da igreja, atravessando vicissitudes da aquisição de papel e da manutenção dos escritos. Procede-se também a uma abordagem cruzada entre as recomendações dos visitantes e as datações de registos da Paróquia, produzidos entre 1624 e 1855, arquivados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Não cabendo nas dimensões do presente trabalho o estudo desses documentos, terá interesse sinalizar as suas referências, em relação com o das visitasões. Daí a expressão no título deste ponto: *diálogo silencioso entre os elementos*.

No tópico intitulado *Os textos espúrios: escritos por linhas tortas* (3.2.3), procura-se compreender o significado de um conjunto de pequenos textos, estranhos aos registos das visitas, que aparecem inseridos em espaços não ocupados por estes. Ao utilizá-los como objecto de análise, levanta-se a hipótese do seu valor como testemunho directo da difícil relação da população com o escrito, questionando-se o modo como este desfazamento poderá influenciar o acesso dos fiéis à doutrina e às orientações da hierarquia eclesial.

O quarto capítulo - *O Livro de Visitações do Fratel, um escrito em tempo longo* - constitui um percurso pelos conteúdos das visitas, em várias perspectivas, e com diferentes objectos de análise, baseando-se na abordagem diacrónica. No primeiro tópico, *A visita: o escrito e as normas*, utiliza-se como objecto de análise o próprio texto dos assentos de duas visitas, distando cerca de 100 anos. Visa-se apresentar o processo da visita, estabelecer relações de sentido das recomendações dos visitantes com os normativos da igreja, e fazer sobressair as funções dos protagonistas: o visitador, o pároco e os fregueses.

Segue-se uma perspectiva diacrónica, para encontrar duas ordens de caracterização no conjunto das visitas: *As visitas no tempo: frequência e regularidade e temáticas das visitas*. Aqui, estabeleceram-se unidades de tempo que proporcionassem sequências de assentos, servindo como objecto de análise para identificar uma possível periodicidade e, por outro lado, salientar as matérias dominantes da acção da Igreja nos territórios (Figuras 20 e 21).

O objectivo do último tópico "*...ao serviço de Deus, e culto diuino prouí, e mandei...*" é organizar elementos sobre os protagonistas - visitantes, párocos e outros membros da Igreja e os fregueses da paróquia do Fratel - traços do seu lugar na sociedade e nos respectivos grupos de pertença e, para os clérigos, nos respectivos níveis da administração da Igreja.

Também aqui se tomaram objectos de análise diferenciados. Em *Os visitantes na paróquia: a presença da diocese da Guarda*, a análise assentou sobre os quatro registos de visitas de bispos constantes no Livro, visando áreas relevantes da missão eclesial, o ensino da doutrina e o controle do espaço e do tempo e dos comportamentos. Por sua vez, o último tópico - *O lugar dos fregueses: imagens da vida e do culto* -, tem como base e ponto de partida a reunião de referências nominais a habitantes e gente de fora da freguesia, constantes do documento. Seleccionando alguns dos casos, procura-se enquadrar os episódios e os seus protagonistas nas temáticas mais relevantes que atravessam o trabalho. Aqui, a tónica central é sobre papéis e acção dos fregueses no âmbito dessa estrutura associativa.

É inevitável reconhecer que a conjugação organizada de informação que procurámos elaborar não é suficiente para "entrar" na vida da comunidade, num sentido mais etnográfico do termo. No entanto, os conteúdos reunidos formam um interessante painel social, oferecendo imagens das acções e funções desempenhadas pelos intervenientes focados - visitantes, párocos, mordomos, outros moradores e forasteiros - e dos matizes dessa acção. Os ângulos abordados são os escolhidos e não pretendem, portanto, abarcar a totalidade do objecto.

Dadas as condições e limites de um trabalho desta natureza, não houve a intenção de uma recolha exaustiva de toda a informação possível, nem a possibilidade de determinar um tema ou problema específico, a tratar transversalmente com outras fontes e

referências. O presente estudo, ao conjugar abordagens diferenciadas, através das diversas componentes do texto, procura adquirir um carácter de olhar global sobre o *Livro de Visitações* e levantar pistas pertinentes para futuras pesquisas, em diversas vertentes da História da Igreja, da História das Mentalidades e da História Local e Regional.

1. “UMA TERRA EM FIM DE REINO”

Se quisermos situar-nos nos modos de vida da população entre os séculos XVI e XVIII, em que se desenvolve o documento do nosso estudo, poderemos tomar como referência a caracterização da sociedade rural dessa época, por Romero de Magalhães.

A grande maioria da população [...] crescia e morria nos estreitos limites de uma pátria [...] e de uma nação cujos horizontes imediatos estavam marcados por um relevo e por acidentes naturais que dificultavam a circulação e a mobilidade. Muitos circundavam por um território onde se falava a mesma língua [...], acompanhavam e guiavam gados, iam a feiras, a cidades e a vilas próximas [...]. Sabiam que havia um senhor reconhecido como detentor da autoridade [...], reverenciado como soberano e que, invocando a sua autoridade, os juízes proferiam sentenças, os rendeiros levantavam e cobravam rendas das moedas em circulação [...] (Magalhães, 1993, 13).

Para um habitante beirão setecentista, seria provavelmente difícil compaginar a vivência da comunidade e do espaço delimitado em que se desenvolvia a sua vida, com a pertença a uma sociedade de âmbito nacional. Era, por certo, conhecida de mais perto a influência dos senhores eclesiásticos que determinavam as formas da relação com Deus, tanto na organização, como nos custos a suportar sobre os lugares do culto, alastrando, mesmo, aos espaços pessoais e familiares, em *pensamentos, palavras e obras*. A percepção mais directa da dimensão alargada da comunidade portuguesa seria dada pela “circulação das moedas de que sabiam correntemente servir-se, e pela língua em que se exprimiam” (Id. ib, 1993, 13).

Neste texto de abertura do volume III da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, Romero de Magalhães levanta análises e interrogações desafiantes acerca da relação dos portugueses com o espaço nacional nos princípios da época moderna, que apontam caminhos para o estudo do documento que apresentamos. Para contextualizar o Livro de Visitações, haverá que enquadrar os seus conteúdos na comunidade em que foi produzido, e ter em conta o panorama dos estudos sobre esta zona e a região em que se situa.

1.1. Rotas e povoados. Conhecimento histórico

Os territórios do Sul da Beira Baixa atraíram a atenção de eminentes historiadores, geógrafos e etnólogos ao longo do último século, em perspectivas transversais que são

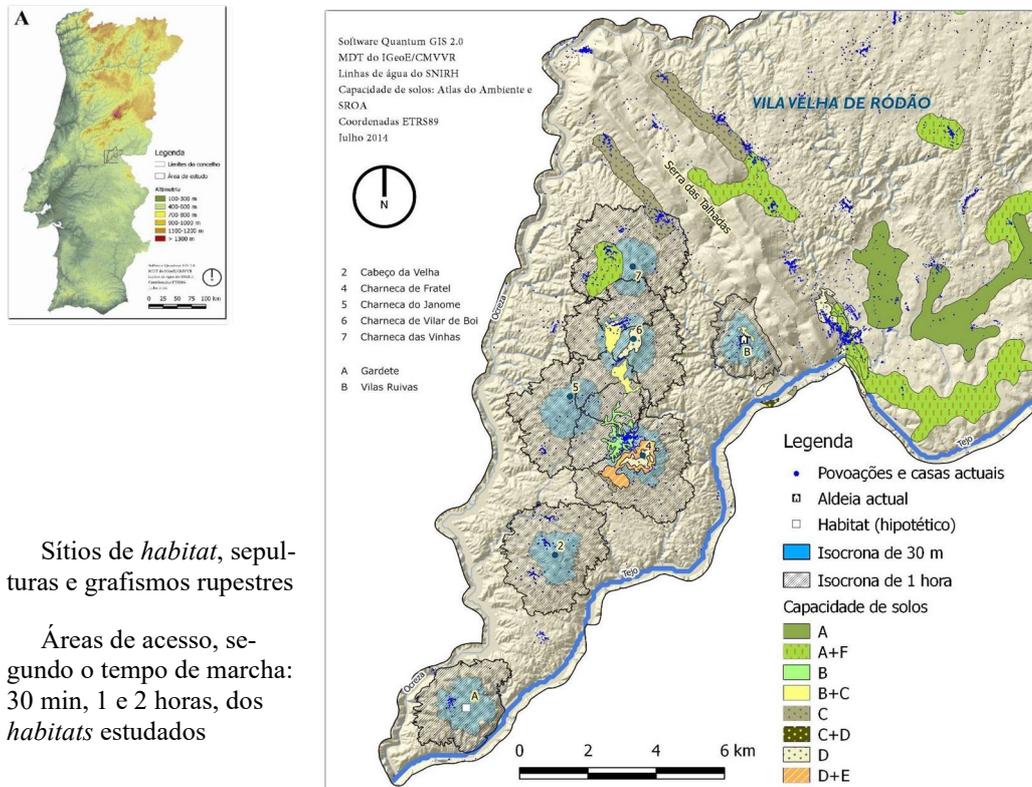
hoje a base documental para a compreensão dos fenómenos sociais e, particularmente nas sociedades rurais, à “escala da comunidade, da micro-história” (Neto, 2010, 11).

Foram, primordialmente, as recolhas etnográficas e de geografia humana e geomorfologia, os estudos que se estendem pelas terras da raia até ao Tejo (Idanha, Castelo Branco e Malpica) e se referem à zona do Fratel. São de destacar as publicações de Paulo Soromenho, designadamente o seu amplo contributo na obra José Leite Vasconcelos, na qual participa, num conjunto de colaboradores como Manuel Viegas Guerreiro, Orlando Ribeiro e Alda Soromenho: *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização* (1980-1985, reedição da INCM). Contemporâneo destas edições, é um estudo realizado em contexto académico, por Joaquina Flores, de origem fratelense e estudante em Coimbra. A autora designa-o como um *Estudo de Geografia Humana* (FLORES, 1933) e faz uma abordagem comparada dos modos de vida das aldeias onde passou a infância, a primeira na Beira-Baixa, o Fratel, e a outra no Alentejo, Azinheira de Barros.

Abordando esta ampla região, não podem ignorar-se os extensos estudos de campo de Orlando Ribeiro. Nas suas interpretações, que atravessam as Ciências Sociais e Humanas, combinadas com um conhecimento profundo da geomorfologia, produz sínteses clarificadoras de Geografia histórica, que nos abrem horizontes para a vida rural, nas técnicas e produções agrícolas com suas alfaias, no falar e em outras manifestações da cultura popular ao longo dos séculos no território português e particularmente na região em que nos situamos.

No domínio da História local, o trabalho arqueológico regularmente realizado na zona geográfica de Ródão, desde os anos 70 do século passado, tem oferecido a mais constante e aprofundada identificação das marcas da ocupação por grupos humanos, desde épocas do Paleolítico, com especial relevo para a Pré-História Recente e a época romana, de que foram assinalados “sítios de habitat e explorações mineiras” (Henriques et al, 2010). Assim, foi possível mapear o património arqueológico (Caninas et al., 2007) e caracterizar muitos elementos da vida humana, animal e vegetal desta área, e identificar os traços de continuidade do povoamento. Esta acção sistemática tem sido realizada no âmbito da *Associação de Estudos do Alto Tejo*, sustentada pelas autarquias e enquadrada por investigadores de diversas proveniências (podemos referir, brevemente, Universidades de Coimbra, Salamanca, Cáceres, Évora, Universidade Nova de Lisboa).

Figura 1. Área da freguesia do Fratel. Carta de capacidade de solos, territórios de marcha, sítios de *habitat*



Relação entre a carta de capacidade de solos, as actuais povoações e os respectivos territórios, identificando áreas de deslocação de: 30 minutos, 1 e 2 horas de marcha dos *habitats* estudados. Fonte: Caninas, J.C., Henriques, F., Osório, M. (2017, p.30) ²

Como é visível no mapa da figura 1, os povoados do século XVI (que, aliás se mantiveram até à época actual) situam-se na vizinhança dos lugares de habitat pré-históricos e indiciam uma continuidade na escolha das condições mais favoráveis. Com base em métodos sofisticados, os arqueólogos identificam “uma correlação directa entre o habitat pré-histórico e o actual, embora com uma diferença significativa: os sítios antigos estão sobre os depósitos detriticos enquanto os lugares actuais no sopé daqueles” (Caninas et al., 2017, 15-16). A coincidência dos lugares habitados em épocas tão extremas

² Segundo os autores, a investigação assentou na “aplicação de ferramentas SIG à análise da distribuição espacial de três diferentes tipos de sítios arqueológicos balizáveis na Pré-História Recente (sítios de *habitat*, sepulturas e grafismos rupestres) e destes com o respectivo território e recursos”. Apontam também, ser coerente a abordagem deste território “como um sistema fechado, em relação às actividades de subsistência diária”, dado estar “compartimentado em termos morfológicos e ter dimensão compatível com a auto-suficiência alimentar de um grupo humano permanente” (Id, p.177).

desafia, assim, a nossa atenção e interpretação sobre o modo como se desenvolveu o povoamento no território de Fratel.

O domínio romano na Ibéria e, mais tarde, o dos povos islâmicos, radicaram neste território o valioso legado da cultura do Mediterrâneo, que se ajustou na perfeição às condições da geografia e do clima (Ribeiro, 1967, 44 e segs) e veio a incorporar-se na identidade peninsular. A expansão dos povoados para as encostas e os vales, a busca de minérios, o traçado de estradas, a implantação de centros urbanos com zonas de funções diversificadas, a introdução de espécies e de técnicas agrícolas constituem um património romano (Ibidem, 57-58 e Fabião, 1992, 243 e segs.) que renovou modos de vida ancestrais no actual território de Portugal, desde o séc. II e I a C.

Figura 2. Vista das Portas de Ródão do alto da Charneca das Canas (Fratel)



Foto: António Nabais.

O lugar onde foi captada a vista é o posto mais elevado da freguesia do Fratel, local de importantes achados de épocas da Pré-História recente. No morro do lado oeste (esq.) são visíveis: a *Torre do Rei Vamba*, com marca dos Templários, com função de vigia e, quase alinhada, para a esquerda, a pequena mancha branca da capela da *Senhora do Castelo*.

Na época inicial da nacionalidade, em que a *Monarquia guerreira* do século XII (Mattoso, 1993, 64) se legitimou pela ocupação e povoamento de terras conquistadas aos califados mouros, foi sendo consolidada a posse desses territórios por sucessivos actos de doação dos primeiros reis. A delimitação de domínios na zona Sul da Beira Baixa foi particularmente variável, sendo sucessivamente “ajustada” entre as ordens militares dos Hospitalários e dos Templários e desde a pertença à “terra” da Covilhã (1186) (Alarcão, 2013, 45-55), até à constituição dos concelhos da Covilhã e, mais tarde, do de Castelo

Branco. Depois de sucessivas mudanças de vínculo senhorial, a zona do Fratel foi integrada na *Herdade da Açafa*, concedida aos Templários em 1199 (Id. Ib, 45 a 55). É por esta doação que o Fratel, delimitado a Noroeste pela Serra das Talhadas e a Oeste pelo Ocrea, se uniu ao termo de Ródão. Teria sido edificado nesta época o chamado *Castelo do Rei Vamba*, o qual “terá funcionado como atalaia ou torre de vigia, em articulação com uma fortaleza principal” (Henriques et al., 2008, 31), no morro do lado Nascente das Portas de Ródão (figura 2).

Sobre o povoamento do território do Fratel, não chegaram à actualidade documentos que nos dêem referência quanto à administração senhorial, lugares, culturas, ou vestígios arqueológicos dessa época. Para o primeiro Rei, a Beira Baixa era como “uma terra em fim de reino” (Alarcão, 2013, 9). Integrada nesta área, a terra do Fratel seria ainda mais extrema, um domínio talvez pouco cobiçado nessas épocas. Esse “triângulo” entre a serra e os rios, manteve-se no concelho de Ródão até à actualidade.

Porém, a localização conservou, ao longo dos séculos, um duplo carácter, aparentemente paradoxal, de terra “longínqua e isolada” e de “lugar de passagem”. Na verdade, a arqueologia tem sobejamente revelado, em zonas diversas do concelho de Ródão e na zona do Fratel, troços de vias romanas e de outras épocas, que vieram a ser utilizadas na circulação de viandantes ao longo dos séculos. Um ramo da ligação da Covilhã a Abrantes atravessava este território, e era também aqui que os habitantes do Nordeste alentejano tomavam essa via, atravessando o Tejo por locais acessíveis para a travessia (Silbert, 1978,176-177), ainda usados na actualidade. Nos dias de hoje, são ainda reconhecíveis os troços da via romana, base dos caminhos por onde se circulou até à Época Moderna e Contemporânea. No mapa da figura 3 são esboçados os caminhos romanos na freguesia. Este percurso foi a única ligação a longas distâncias das povoações desta região da Beira Baixa, para circulação de pessoas e mercadorias ou deslocamentos de tropas, até à demorada construção da estrada para Proença-a-Nova, apenas concluída entre as décadas de 30 e 40 do século XX. No mapa da figura 3 torna-se expressivo o seu traçado, cruzando o território como um eixo e bordejando os povoados de Vilar do Boi e Perdigão. O conhecimento destas rotas clarifica um grande número de ocorrências constantes nos registos do *Livro de Visitações*.

Por essas investigações, a par de referências explícitas das *Memórias Paroquiais* e de outros autores como Duarte Nunes de Leão (1569) e o P^{de} António Carvalho da Costa

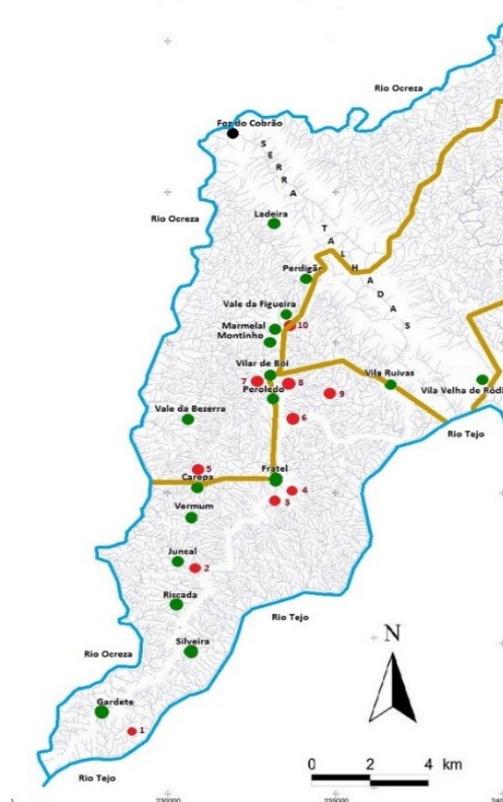
(1708), sabe-se que ambos os rios, Ocreza e Tejo, foram linhas de tráfego habitual. O Rio Tejo foi uma importante via para o transporte de produtos da região da Beira Baixa e do Alto Alentejo, como a cortiça, a lã, o azeite, o carvão, conhecendo-se a sua importância até aos meados do século passado. Em Vila Velha de Ródão, localizava-se um porto onde se reuniam produtos da zona da Covilhã, como descreve com precisão Albert Silbert (1978, 178-184), para seguirem até ao porto de Abrantes. Também pelo Tejo chegavam reforços de cereais, em tempos cíclicos de carência (Anexo I).

Figura 3. Povoados actuais e antigos da freguesia do Fratel e caminhos com vestígios de trilhos romanos

- Povoações actuais
 - Manchas de povoamento antigo:
- 1 - Castelejo de Gardete (Pré-histórico)
 - 2 - Cabeço da Velha (Pré-histórico)
 - 3 - Verzinhas (Pré-histórico)
 - 4 - Charneca do Fratel (Pré-histórico)
 - 5 - Charneca do Janome (Pré-histórico)
 - 6 - Mouta de Assor (Medieval/ Mod^a)
 - 7 - Santo Amaro, Vilar de Boi (Medieval - Moderna)
 - 8 - Charneca do Vilar de Boi (Pré-histórico)
 - 9 - Alcaria (Medieval - Moderna)
 - 10 - Charneca das Vinhas (Pré-histórico)

O eixo no sentido N-S é a base do traçado da actual A23.

A via romana, “vinda da área de Castelo Branco, [...] entrava no território do actual concelho de V. V. Ródão em Carapetosa [...] prosseguindo [até] Açafal. Aqui bifurcava-se; um ramo transporta o rio Tejo e o outro a serra das Talhadas. Este segundo itinerário seguiria em direcção a Perdigão e Fratel onde inflectia para o rio Ocreza”, na direcção de Abrantes. (Henriques et al, 2015, 16.)



Há também conhecimento do interesse dos sucessivos reis da dinastia filipina em reforçar a navegabilidade do Tejo, até Madrid, com obras de engenharia desde Abrantes, construindo “muros da sirga” para acompanhar a subida das embarcações e Orlando

Ribeiro refere que por aqui, “as minas de ferro de Alcântara encaminhavam o minério até Lisboa, ainda no princípio do século” [XX] (Ribeiro, 1991, 152).³

A zona emblemática das Portas de Ródão (figura 2), objecto de lendas e superstições ancestrais e, paralelamente, vítima de negligência e depreciação durante séculos, tem recuperado a dignidade por se ter tornado um campo nuclear da arqueologia e da defesa ambiental. Desde os anos 90, aqui se tem confirmado ou corrigido o conhecimento sobre o período inicial da nacionalidade, bem como sobre marcas da época da administração manuelina, por via da Ordem de Cristo, senhorio destes territórios. A investigação arqueológica mais recente trouxe também, ao conhecimento actual, sítios que testemunham épocas mais próximas da nossa era, como sejam abrigos e vigias do tempo das lutas da Restauração (Henriques et al., 2016) e outros relativos a passagem de exércitos na época da “Guerra dos Sete Anos”, no séc. XVIII, e das Invasões Francesas.

Não é tão fecunda a produção histórica com base em fontes documentais. Os arquivos, da igreja ou municipais, não oferecem matéria de trabalho, nem existe conhecimento público ou acesso a espólios classificados, sejam familiares ou pessoais. Os registos paroquiais mais antigos relativos ao Fratel são os de carácter “civil”, de baptismo, de casamentos e de óbitos, de entre 1624 e 1855, e estão depositados na Torre do Tombo. No Arquivo Distrital de Castelo Branco existe ainda um depósito de registos da mesma natureza: os de baptismo, a partir de 1817 e os de casamentos e de óbitos, a partir de meados do século XIX. Esta situação explica a ausência de estudos devidamente fundamentados em metodologias e critérios de trabalho normalizados, entre as épocas medieval, moderna e contemporânea. Exceptuam-se, neste cenário, a edição das *Memórias Paroquiais* de Vila Velha de Ródão, da autoria de Nuno Fernandes (2005), um estudo sobre a implantação da República, com base nas actas municipais entre 1908 e 1912 (Martins, 2012), e alguma documentação familiar (escrita e imagens), pela autora do presente trabalho.

1.2. A freguesia do Fratel: o território e o povoamento

A freguesia do Fratel ocupa uma área de cerca de 100 Km², com a configuração de um triângulo delimitado por elementos naturais bem definidos: a Serra das Talhadas a

³ É do maior interesse o estudo sistemático de Jorge Gaspar, ‘Os portos fluviais do Tejo’. In: *Finisterra*, 1970, V.5, n. 10.

Norte, o Rio Tejo a Nascente, confluindo a Sul com o seu afluente Ocresa, vindo de Nordeste. A esta terra do sudoeste beirão, assente no xisto e nas terras sedimentares da Charneca, se aplica com propriedade a descrição com que Orlando Ribeiro desenha as faixas ocidental e meridional da Beira Baixa: “o isolamento arcaizante, mantido pelas montanhas, pela escassez de comunicação, pelo afastamento sertanejo de todas as áreas raianas” (Ribeiro, 1985, 637).

Desde as épocas da Pré-História até à Idade Moderna e aos meados do séc. XX, as comunidades puderam retirar alimento e outros proveitos de uma fauna diversificada a que as águas davam vida, servindo-se também, ainda no século XX, de locais favoráveis das margens para culturas sazonais em férteis lameiros menos duros de lavrar do que os que circundavam os povoados. Nas margens desse caudal imponente do Tejo e seus afluentes, se produziram e conservaram criações de natureza artística e provavelmente ritual, gravadas nas lajes que bordejam e formam os leitos dos rios.

Reportando-nos à obra de Emanuel Le Roy Ladurie, que considera a Civilização Rural como sendo, “primordialmente, o produto de uma história” (Ladurie, 1977, 141) é relevante considerar o carácter distintivo das comunidades camponesas. As sociedades rurais foram-se desenvolvendo como depositárias e recriadoras do processo de sedimentação da civilização rural - material e imaterial - que implicou sucessivas inovações agrícolas, fórmulas de organização social e de povoamento dos territórios, línguas faladas, práticas religiosas e de criação cultural. No Ocidente europeu, as aldeias, centradas na *igreja* e no *cemitério* (Ibidem, 148), pela cristianização mais generalizada, a partir dos finais do primeiro milénio, apresentaram, ao longo dos séculos, uma infinidade de configurações, consoante as condições geomorfológicas e climáticas, os recursos de água e de flora, ajustando modelos económicos, técnicas de fabrico, meios de transporte e sistemas de comunicação. Formaram-se e conformaram-se, também, consoante as rotas, as vizinhanças e outras unidades populacionais:

“a civilização rural é um tecido monótono que aproxima uns dos outros um certo número de grupos celulares, aldeias, paróquias ou comunas, estando estes grupos, consoante os casos, englobados ou dominados por poderes ou (e) por forças económicas e sociais que são exteriores ou superiores às células em questão [...]: senhorios, burocratas, eclesiásticos, o comércio ou a indústria, etc.” (Ibidem, 141)

Assim, esses “grupos celulares” foram atravessados pelas relações com outros espaços e demonstraram permeabilidade a efeitos correspondentes a diversos factores,

segundo as conjunturas temporais e institucionais. Os habitantes encontravam modos colectivos para determinar as rotações das searas ou de pastagens, a gestão de rebanhos, fainas agrícolas de realização cooperada, o uso das águas e pesqueiras e as vias comerciais. Essas práticas assentavam, tanto na experiência comum dos naturais da terra, como no reconhecimento da legitimidades de alguns, para moderar os processos de tomadas de decisão e apreciar a justeza dessas práticas.

A informação histórica que pudemos reunir sobre o território do Fratel, apesar de lacunar para longos períodos, corrobora expressivamente essa concepção e desafia-nos a aprofundar o significado dos relacionamentos, desvios ou modos de ajustamento que se foram constituindo no decurso da idade moderna. Não foi linear esse percurso, nem é unívoca a compreensão de cada época. Na transição entre as épocas medieval e moderna, as sociedades atravessaram ciclos históricos, em períodos alternados de penúria e equilíbrio, segundo um processo de desenvolvimento em equilíbrio precário, entre população (demografia) e recursos. O último termo do século XV teria aberto algumas tendências de crescimento demográfico, devido a ampliação de pastagens e de florestação e também a modelos de herança que favoreciam a concentração da propriedade (Ibidem, 154-5). Quanto ao século XVI, atravessou períodos conturbados e fez coexistir descobertas, expansões e prosperidades, a par de cataclismos, sofrimentos, derrotas e misérias, fenómenos particularmente relevantes em Portugal. Nos meados do século XVII, Manuel Severim de Faria reúne expressivos argumentos para delinear uma análise global dos desequilíbrios da sociedade portuguesa sua contemporânea, relacionando-os com os efeitos perversos da expansão e das deficiências de governação.

No século XVIII, o inquérito ordenado pelo Marquês de Pombal, destinado a regularizar a informação existente sobre o Reino, fornece informações sobre a geografia local, a população e suas actividades. O Padre Franciso João Rombo (1758), à época pároco do Fratel, preenche os dados pedidos sobre a freguesia nas suas *Memórias Paroquiais*. A proximidade do seu conhecimento, pela pertença familiar e pela vivência na freguesia, a par da minúcia descritiva com que elabora as suas respostas, dão credibilidade às suas informações e tornam-nas muito mais qualificadas do que as de outras freguesias do mesmo concelho de Vila Velha de Ródão. O Pároco responde às questões sobre o curso dos rios Tejo e Ocrea na freguesia, referindo as passagens entre margens, que foram ao longo dos séculos um processo corrente de ligações familiares e trocas comerciais

(Fernandes, 2005, 53). Enumera também, com muito pormenor, “as espécies de peixe que o rio traz em maior abundância”, e ainda regista que “as margens destes rios [o Tejo e o Ocrea] não se cultivam por serem muito pedregosas, apenas se criam algumas oliveiras, em algumas partes delas” (Ibidem, 54). Quanto aos “frutos da terra”, informa que “o que recolhem com maior abundância são o linho mourisco, algum azeite, o pão e algum mel e dos mais são poucos, por serem terras ásperas e pobres.” (Ibidem, 54).

As condições orográficas muito acidentadas, em que são raras as zonas de várzea e de prados, determinaram o “regime agrário” do sudoeste da Beira Baixa, que Orlando Ribeiro descreve, com base em campanhas de estudo por ele realizadas nas décadas de 1940 e 50, através do vale do Zêzere e da zona da Charneca até ao Tejo, incluindo o território do Fratel. A sábia caracterização contida nesses estudos aplica uma permanente perspectiva de evolução na longa duração, o que a torna pertinente para a compreensão do *nosso* documento, que a antecede de 400 anos.

“A maior extensão da charneca, à parte o âmbito cultivado das distantes aldeias, era constituída por baldios, facilmente apropriados na medida do seu escasso aproveitamento [...] por uma pobre e arcaica economia pastoril [...]. A vigorosa pressão agrária que, depois de alargar e multiplicar o âmbito cultivado dos lugares, leva a arroteia a descampados e a íngremes encostas, teve quase sempre a oliveira como cultura pioneira (Ribeiro, 1991, 148-149).⁴

Retomando o mapa da figura 1, identificamos as manchas relativas a percursos de marcha sucessivamente mais amplos, a partir das zonas de *habitat*, em que, na maioria dos casos, as deslocções de 30 minutos correspondem a trabalho familiar em solos de melhor capacidade agrícola. Podemos considerar que as manchas mais periféricas representam os terrenos arroteados progressivamente, ao longo dos séculos e milénios, constituindo-se um povoamento *disseminado*, segundo a caracterização de Orlando Ribeiro:

“grupos de 3, 5, 10 habitações (...) trabalho familiar em leiras de pequenas dimensões pouco distantes do local em que se habita, ausência ou pouca importância do proletariado rural. Pequena cultura e pequena propriedade.” (Ibidem 310-311).

Importa considerar, em especial, a relevância da oliveira, o elemento de valor mais mencionado nos testamentos, a par da produção de mel, constituindo referências contínuas da economia local, no decurso do *Livro de Visitações*. O seu valor não provinha da posse em quantidade, nesta zona, porque esse cultivo não era aqui

⁴ A observação deste mestre da Geografia antecipa os fenómenos de mudança que vão desencadear-se duas décadas depois das suas andanças, predizendo sobre a cultura da oliveira que “a paisagem a que deu origem (está) quase por toda a parte em regressão” (Ibidem).

de natureza extensiva ⁵. A posse de oliveiras (como de sobreiros) seria acessível à generalidade das famílias, em termos de unidades singulares, à medida dos trabalhos de arroteamento, ou pela técnica da enxertia, preparando e cuidando árvores de crescimento natural, tornando-se reconhecida a sua propriedade.

1.3. População da freguesia do Fratel

Os dados publicados mais antigos de que dispomos sobre a freguesia do Fratel constam do livro em três volumes do Padre António da Costa, editado em 1708, portanto, ainda no âmbito temporal do Livro de Visitas do Fratel, cujo último registo é de 1711. Segundo essa fonte, Castelo Branco contava 1.230 vizinhos, o que poderá equivaler a 3690 habitantes (Costa, tomo II, 1708, 383). Nas referências sumárias relativas ao termo de Vila Velha de Ródão, o respectivo Pároco apresenta a população da “Villa, de 140 visinhos” e enumera os “lugares que tem”, a saber:

Sarnadas, com “140 vizinhos [...]”, “Alfrivida, com 30” [...], “Fratel, com 210 visinhos com huma Igreja Parroquial, Curado collado, que apresentação os freguezes e tres Ermidas, o Perdigão com 20 visinhos e duas Ermidas” (Costa, tomo II, 1708, 414).

Convém salientar que os *lugares* mencionados correspondem a sedes de paróquias e compreendem, portanto, vários povoados, como se infere da alusão ao Fratel, que refere apenas o nome da sede da paróquia e o segundo lugar de maior dimensão. ⁶

É pertinente referir aqui as *Memórias Paroquiais* de 1758, visto que se reportam a uma diferença temporal de apenas 50 anos dos últimos registos do LV. O Pároco Francisco Rombo apresenta dados meticulosos sobre a população da freguesia, enumerando todos os povoados. São relevantes as diferenças de dimensão dos povoados, entre os quais se destaca o Fratel, onde se situava a matriz, desde os finais do século XVI (embora ainda em construção). A seguir, os lugares com mais moradores são *Perdigam* e *Villar do Boy*, ambos localizados na rota de circulação que chegava de Norte, pela “abertura” da Serra das Talhadas, aliás designada em mapas antigos como *Serra do Perdigam* (ver mapa da figura 3). Assim se poderá entender, porventura que, quando se inicia o nosso documento,

⁵ Segundo a tradição oral local, é conhecido que os vastos olivais das “barreiras do Tejo”, e outros de menor extensão e espectacularidade, nas vertentes do vale da Ocreza e seus sub-afluentes, são produções arduamente realizadas, a partir do século XIX e, de modo mais sistemático, a seguir à 1ª Guerra Mundial. Estas “calçadas” foram feitas de calhaus de xisto, “no alto da lombra ou no socalco posto ao pé de cada oliveira, para a defender dos enxurros que, na inverno, descem com violência” (Ribeiro, 1985, 640).

⁶ Conhecendo-se a zona do concelho, convém ter em conta que, nestes dados, o emprego dos termos *lugar*, *paróquia* e *freguesia* não é muito preciso.

em 1538, seja no Vilar do Boi a sede da paróquia e aí realizada a visita pastoral. A mudança para *o lugar do Fratel* será a partir de 1592, onde passam a ser registadas as Visitações neste códice, apesar de estar longe de concluída a atribulada construção da igreja matriz, como havemos de descrever mais adiante.

Figura 4. População da freguesia do Fratel em 1697, 1708 e em 1758

Lugares	<i>Livro de Visitações</i> Ref ^a em 1697	<i>Corografia portuguesa</i> 1708	<i>Memórias Paroquiais</i> 1758	Nº de vizinhos nos povoados
Povoados e Ermidas		Vizinhos	Vizinhos	
Fratel (sede) (a)	3	210	87 (ref ^a explícita: 270 pessoas)	
Perdigão (e)	1	20	30	> 19 vizinhos (em cada lugar)
Villar do Boy (d)	1		21	
Silveira			19	
Gardete (b), Riscada, Vermum, Juncal (c), Peroledo, Marmelal	2		80	> 10 vizinhos (em cada lugar)
Carepa, Vale da Bezerra, Montinho, Vale da Figueira, Ladeira, Alcaria, Vilas Ruivas, Mouta do Assor	-	-	47	< 9 vizinhos (em cada lugar)
Total da Freguesia	7	230	283	
Ermidas mencionadas: (a) Divino Espírito Santo, São Sebastião, Sam José; (b) N ^a Sra dos Remédios; (c) Santo António; (d) Santo Amaro; (e) São João Baptista. Fontes: <i>Livro de Visitações</i> , II.141v_18.01.1697; descritivos pelo <i>Cura Francisco João Rombo</i> . In: <i>Memórias Paroquiais de Vila Velha de Ródão</i> (Fernandes, 2005, 57).				

Voltaremos a utilizar as informações constantes destas fontes descritivas, coligidas na tabela da figura 4, assim como os apontamentos sobre povoados e ermidas, caminhos percorridos, produções agrícolas mais correntes e actividades dos moradores. Elas constituem valiosos elementos de referência para a análise dos registos do L.V., contribuindo para traçar o esboço da vida de uma comunidade, no seu meio e nos seus modos de relacionamento com as orientações eclesiásticas. Dado o prolongado hiato de fontes,

quer documentais, quer arqueológicas, correspondentes a épocas posteriores à Pré - História, o documento que apresentamos contém informação sobre modos de vida de uma freguesia “em fim de reino”, nesta zona da Beira Baixa, no contexto de legados culturais mais amplos.

2. CORRENTES DE CULTURA E CONFRONTOS DE RELIGIÃO

Na vida das sociedades, a cultura é um conjunto de “sistemas simbólicos”, cujos elementos constituem padrões que medeiam e regulam a comunicação e a interacção social. Neste âmbito se insere a religião, enquanto “sistema de crenças”, relativo à existência e à visão do mundo. Na verdade, o pensamento religioso busca respostas a “questões de significado [e constitui-se como uma] orientação cognitiva relativa a essas questões”. Assim, correspondendo, de raiz, a um compromisso individual e pessoal, o sistema de crenças “é aceite pelo actor” e considerado “como uma obrigação moral”, pelo que vem a projectar-se na acção social. Em algumas religiões, esse vínculo é formalizado pela pertença a uma organização religiosa. A religiosidade é, nesse caso, mediada pela instituição, constituindo esta uma “parte inerente dos sistemas de valores e de definição dos papéis sociais de uma colectividade” (Parsons, 1964, 327 e 368-9). Em princípio, as directivas emanadas da instituição religiosa exprimem conceitos sobre os fundamentos da crença, nos quais se baseia a autoridade espiritual transmitida pelo sistema hierárquico. Essa autoridade, aceite pelos crentes, é representada pelas linguagens da liturgia e da doutrinação e pela ambiência dos espaços consagrados.

Este fenómeno não é, porém, um processo uniforme, nem estático, antes configura múltiplos cambiantes e fórmulas institucionais, o que é reconhecível, particularmente nas sociedades tradicionais europeias. Historicamente, no seio da cristandade, a par da estrutura formal, não deixaram de existir correntes de espiritualidade, produto de pensadores que se revelaram pela expressão conceptual de sistemas simbólicos, culturais e de valores, implicados nos sistemas de crenças. Alguns deles vieram mesmo a traduzir-se em tendências de culto, nem todas consentidas.

A cisão da Igreja Cristã adveniente dessa variedade de vivências, e culminada nas críticas de Lutero, no início do século XVI, fez sobressair a sobreposição entre um “critério de fé” e o reconhecimento de “uma série de comportamentos aptos para atestar a pertença” à Igreja. Segundo Dominique Julia, na perspectiva da antropologia religiosa, essa associação encobre, no entanto, uma dicotomia entre gestos objectivos (por exemplo, saber recitar as orações canónicas) e “crenças subjectivas”, ou seja, a “assimilação interior de uma verdade” (Julia, 1981, 165), a fé.

Tem interesse apontar alguns traços desse percurso, o qual veio a ser incorporado no início da Idade Moderna, em múltiplas vivências e formas de expressão no âmbito das

práticas da religião católica. Na verdade, essa conexão equívoca, entre a crença pessoal e a expressão exigida, em gestos ou em palavras, veio a constituir a poderosa marca do exercício da autoridade que se instaurou no âmbito da Reforma e da Contra-Reforma Católicas.

2.1. A crença e o culto, uma história de sedimentação

2.1.1. As populações rurais, depositárias e recriadoras de cultura

As comunidades camponesas foram-se desenvolvendo como depositárias e recriadoras do processo de sedimentação da civilização rural - material e imaterial – o qual implicou sucessivas inovações agrícolas, modos de organização social e de povoamento dos territórios, línguas faladas, práticas religiosas e de criação cultural. Assim, no dizer de Emanuel Ladurie, as sociedades rurais ocidentais “são, primeiramente, o produto de uma história estratigráfica” que gerou uma carga civilizacional “representativa de uma dezena de milénios”. (Ladurie, 1977, 141-2).

Também *o fenómeno religioso*, na perspectiva antropológica, “pertence, sob um olhar temporal, ao longo prazo”, dada a lentidão com que se transformam hábitos adquiridos e as suas formas de expressão (Dupront, 1977, 121). Assim, ao longo de séculos, a percepção animista das forças da natureza e das relações que, por essa via, os humanos estabeleciam com o sagrado, foram sendo substituídas por uma outra história sagrada, a que se transmitia pela religião cristã.

O Cristianismo disseminou-se no Ocidente a partir da missão dos séculos IV a VII, tendo-se anexado a lugares antigos dos cultos romanos, os quais, por sua vez incorporavam já elementos dos antigos cultos animistas (Ladurie, 1977, 159). Deste modo, as práticas religiosas foram adoptando as ancestrais celebrações de fenómenos e entidades da natureza: “humanizando-as” em figuras de santos, ou traduzindo-as em representações figurativas (imagens, vitrais, esculturas, etc.), ou demarcando os ciclos anuais dos trabalhos agrícolas segundo as festas litúrgicas mais significativas e os santos mais celebrados.

Este sincretismo da cultura religiosa popular, segundo um processo sedimentar de aculturações sucessivas, não foi isento de anátemas, de conflitos e repressões. José Mattoso refere a disseminação, particularmente nas zonas rústicas do Norte peninsular, de “rituais iniciáticos e crenças de carácter astrológico, cosmológico ou mesmo animista”. Inspiravam-se em ideais cristãos de austeridade e pobreza da doutrina de Prisciliano, no

século IV, e consideradas heréticas por bispos das regiões da Lusitânia e Tarraconense (Mattoso, 2000, 181).

Certos percursos de espiritualidade vividos por figuras veneráveis exprimiram-se pela escrita ou formalizaram-se em instituições monásticas e seculares, distribuídas pelos territórios, influenciaram consideravelmente as populações (Mattoso, 2000, 181/184). José Mattoso aponta Martinho de Dume, oriundo de terras da Hungria e bispo de Braga no século VI, como o “verdadeiro evangelizador dos campos[...] marcando a primeira forma de cristianismo de carácter popular, sem as exigências da racionalidade urbana”. Será nessa sequência que, nas regiões da antiga Galécia, prosperaram “instituições monásticas mais populares, [as quais] facilitaram a adesão dos meios rurais às práticas cristãs, [aproximando os monges de] pastores e camponeses” (Mattoso, 2000, 182).

Quanto às regiões da Lusitânia do sul, a invasão muçulmana de 715 alcançou preponderância cultural e religiosa, ainda que se tenham consentido algumas comunidades moçárabes. O contributo de ciências sociais e humanas, como a etnologia e antropologia, tem sido determinante para a abordagem do modo de viver a religião e a espiritualidade, por parte dos laicos, designadamente de populações camponesas ancestrais, sem acesso à escrita, como é o caso da comunidade que nos é dado contactar através do Livro de Visitações que estudamos.

A este propósito, João Ferreira de Almeida, analisando dimensões da religiosidade rural, aponta para que, no quadro da igreja institucional, o “acesso dos crentes à salvação [...] passa pelo monopólio sacerdotal da administração da graça” (Almeida 1987, 234). Na realidade, a Igreja espera dos fiéis “uma confiança directa e genérica na instituição como definidora do dogma, da doutrina e da liturgia, o que redundava [...] na aceitação da autoridade como valor essencial do catolicismo”. Mas, em paralelo, o mesmo autor salienta “as *pequenas tradições* rurais católicas [que] constituem repositório privilegiado de antigos ritos, alguns referenciáveis ao paganismo pré-romano [e que emergem] como expressão comunitária” (Ibidem, 231). Também Maria de Lurdes Rosa aponta para o modo como a Igreja, no seguimento da “recomposição gregoriana”, visava “fazer coincidir a sociedade com a ecclesia”, sem que, no entanto, deixassem de coexistir, “nesta cosmovisão, múltiplas formas de a conceber, impor, percepção rodar” (Rosa, 2016, 518).

A esta “convivência”, Silva Lima refere-se como sendo o “catolicismo popular uma forma de pertença religiosa inseparável da cultura popular”. No entanto, sublinha,

esse sentido coexiste com uma distinção em outro plano, que não é uma contradição: “religião oficial” e “religião praticada” efectivamente pelo povo» (Silva Lima, 2000b, 107).

Antonio López e Francisco Sánchez apresentaram uma investigação visando reflectir sobre o “processo de endoutrinação desenvolvido durante a Reforma católica, ainda antes da celebração do Concílio de Trento”⁷, com base nos textos sinodais de dioceses espanholas. O que revelam é que, no mundo camponês se pratica um “cristianismo pouco profundo, muito apegado às condições de vida rurais, naturalista e utilitarista, ao qual se recorre buscando protecção e segurança” (López y Sánchez, 2012, 1332). Nesse contexto cultural, a Igreja intervém “de forma pausada, mas contínua, com ritos e ritmos que venham a tornar-se quotidianos”. Para lá da repressão condenatória sobre práticas consideradas heréticas, é implantado um duplo processo de endoutrinação: “catolizar a Natureza e naturalizar o catolicismo” (Ibidem, 1332). Estes autores apontam, por exemplo, determinações que reconhecemos nas determinações da Igreja portuguesa: a definição de festividades do ano litúrgico estabelece as figuras do santoral e as datas a celebrar, vindo a incorporar as festividades das tradições ancestrais que demarcavam o decurso do ano (Ibidem, 1333). É neste sentido que Camões Gouveia caracteriza a “fixação dos calendários” no século XVI, “abarcando ... as fases climáticas, que são ao mesmo tempo períodos marcados de determinadas tarefas agrícolas” (Camões Gouveia, 2000, 274-275).

Assim, ao longo dos séculos, na missionação da Igreja coexistiram ou alternaram linhas de exercício do poder com fórmulas menos duras, que visavam ajustar-se a práticas tradicionais, não ignorando padrões de cultura impregnados nas vidas das populações.

2.1.2. Os “filósofos cordiais”

Não se pode ignorar que nos países peninsulares, na era medieval, os agregados urbanos mantiveram a presença de comunidades hebraicas, organizadas em comunas com “estrutura muito próxima da concelhia, onde prevaleciam as amplas liberdades e os privilégios que lhes eram concedidos” (Coelho, 2008, 82). Dadas as suas tradicionais competências como comerciantes e em vários mesteres de especialidade, mantinham constantes relações comerciais e de trocas de serviços com as comunidades cristãs. Este fenómeno é similar, aliás, nas populações mouriscas, e dispomos de abundante informação

⁷ A investigação baseou-se no estudo sobre os contributos dos bispos Alonso de Castilla y Pedro Pacheco nas constituições sinodais das dioceses Calahorra-La Calzada (1539) y Pamplona (1544).

histórica sobre a sua regular colaboração com as próprias figuras reais, quer no domínio financeiro, quer em matérias técnicas e científicas (cosmografia, medicina e outras). M. Helena Coelho salienta, no entanto, que “a população judaica, tal como a cristã, [percorria] toda a gama de hierarquizações sociais, e que é possível encontrar estes povos, tanto a trabalhar a terra, como a desempenhar diversos mesteres, a par da sua vocação mercantil ou financeira de banqueiros” (Ibidem, 87). Neste contexto, em que era permitida a essas comunidades a prática livre das suas crenças, existiam relacionamentos sociais de toda a natureza. Nem por isso deixariam de surgir confrontos com o povo que mais de perto com eles contactava, e se chocava com as facilidades de que gozavam oficialmente, mesmo sendo de outra crença. Assim, ao longo dos séculos, veio a desenvolver-se na Ibéria uma certa linhagem cultural, provinda da ancestral sociedade peninsular de pendor intercultural, em que coexistiam povos e religiões diversas, e em que prosperaram obras apologéticas visando a conversão pelo entendimento.

No séc. XIII, a criação da Inquisição visou actuar perante práticas religiosas da França mediterrânica que exprimiam fórmulas de argumentação “ecuménica”, em busca do cerne da crença pessoal e dos valores da igreja primitiva. Estas linhas de crença e de filosofia religiosa persistiram com expressões diversificadas, tomando sentidos dissonantes do reforço político da Igreja Católica de Roma, enquanto instituição estruturante das monarquias europeias.

No percurso histórico da religiosidade peninsular, a figura marcante de Martinho de Dume, no século VI, fora “um génio de conciliação, [ao saber] aproveitar conceitos e tendências de correntes culturais diferentes, e até opostas” (Mattoso, 2000, 182). E nesse rasto de visão agregadora, emergiram nos séculos XI a XII, pensadores como Raimundo Marti, Raimundo Lúlio e outros, que praticam uma “pedagogia doutrinária”, em que a “exposição do Cristianismo como corpo de doutrina” se cruza com argumentos de outros credos (Martins, 1967, 31). A Ordem dos Pregadores Dominicanos assume mesmo o ensino das línguas árabe e hebraica, para facilitar o acesso dos seus membros às doutrinas adversas. Tais correntes de proselitismo, cujos autores foram apelidados de *Filósofos Cordiais*⁸, acentuavam o valor dos princípios morais, em desfavor da disciplina imposta, e encontrava a forma de expressão mais apropriada no diálogo, enquanto modelo e símbolo da comunicação e da troca de argumentos. A biblioteca do mosteiro de Alcobça

⁸ Carreras y Artau (1939 a 1943), citado por Martins, op.cit, 32

testemunha o conhecimento dessas obras, a par de algumas da autoria de monges deste importante centro cristão. É o caso de *O Livro da Corte Imperial*⁹ em que, num ambiente fantasiado com “celestiais coros”, se desenrola uma “argumentação entre “rrebis”, gentios e rainhas, de que o corpo principal é constituído pelas exposições cristãs” (Ibidem, 38).

Reconhecendo-se o significado cultural desta expressão da religiosidade, é forçoso acentuar a marca social e cultural da sua produção: os seus autores são frades ou clérigos letrados, com o propósito de legar a sua vivência espiritual, e cumprir o seu desígnio de missionação. É a *mensagem* transmitida pelos clérigos que leva às comunidades os conteúdos doutrinários, os modos de culto e os princípios éticos associados, segundo os termos de um cânone que lhes é apresentado, quiçá imposto. A adesão dos crentes baseia-se na postura delineada por João Ferreira de Almeida, de confiança directa e genérica na instituição, a qual conduz à aceitação da autoridade e ao seu consentimento (op.cit, 234). E, seguindo a interrogação de J. Silva Lima, a religiosidade popular poderia representar “uma forma de sensibilidade vinculada ao sagrado imanente” (Silva Lima, 2000, 109).

Assim, quanto à experiência religiosa e práticas do culto por parte das populações menos instruídas, não dispomos, naturalmente, de testemunhos directos, similares aos dos que legaram as suas reflexões, visto que, ainda durante muitos séculos, o uso da escrita não viria a estar ao alcance da generalidade dos habitantes. A voz silenciada dos povos sem escrita não poderá ser ouvida directamente, uma vez que vontades, crenças e práticas permanecem distantes, no conhecimento e na linguagem escrita por outros. Eis aqui uma das clivagens mais expressivas, aberta pela Reforma luterana.

⁹ Sampaio Bruno, J. P. *O Livro da Corte Imperial*. Collecção de manuscriptos inéditos agora dados á estampa. Porto: Typ. Progresso, 1910, pg.4, citado por Martins, op.cit, 36

2.1.3. Sentidos divergentes nas crenças e no culto

Com pouca repercussão em Portugal, pelo menos no domínio público, a ruptura de Lutero com a Igreja Católica Romana vem fazer rodar o fulcro das crenças e do culto, descentrando-o da importância da disciplina, e apontando para o sentido do sujeito religioso. Nesse sentido, a tradução dos textos bíblicos, a partir do texto grego em parte realizada por Lutero, e por coordenado ele viabilizava o seu conhecimento directo por parte dos crentes, ao mesmo tempo que se introduziam no culto cerimónias mais acessíveis e participativas, quer pela música, quer pela palavra. Estas medidas de aproximação do culto aos fiéis, enquanto facilitavam a comunicação no seio das práticas religiosas, legitimavam ainda a exigência moral quanto às práticas de clérigos e fiéis, ao encontro da pureza inicial do Cristianismo. Mudam também o próprio ambiente dos espaços do culto, procurando-se uma maior austeridade, na simplicidade decorativa e nas vestes rituais. As representações de figuras da religião e as marcas de expressividade das imagens, na Igreja Católica, a par da ambiguidade do perdão de más acções pela compra de bulas, constituíram elementos essenciais da discórdia doutrinária e da contestação que alimentou a Reforma.

Algumas destas matérias, em sentido contrário a esse, vieram a ser reforçadas e exaltadas pela Contra-Reforma, tanto nos cânones doutrinários, como nas regras da liturgia e na arte maneirista e, mais tarde, no barroco. Este breve enunciado, a traços largos e superficial, permite evidenciar o confronto com linhas de acção que veremos despontar e desenvolver-se com a Contra Reforma, que o Livro de Visitações também permite documentar.

Na época em que se situa o nosso documento, coexistiam na cultura portuguesa diversas formas de pensar que, por sua vez, marcavam, em sentidos divergentes, tanto os campos da produção intelectual e artística, como os da religião. Os elementos sociais que circulavam em torno da vivência colectiva da expansão, conquista e exploração imperial, desde os primórdios do século XV, estavam marcados por uma experiência de profundo alcance social, económico, científico, cultural e político. Ela comporta o espanto com horizontes até então insuspeitados, projecta-se na observação interrogativa e organizada, concentra-se no engenho técnico e nas ciências, exprime-se na palavra literária e na arquitectura jubilatória. António Rosa Mendes caracteriza os homens da “geração decisiva, que irromperam na história pelos anos 30, depois de uma fase de gestação mental, determinada pelas transformações oriundas dos descobrimentos marítimos e do humanismo

européu” (Mendes, 1993, 384). A dinâmica criativa, que este autor apelida de “humanismo dos Descobrimentos”, integra-se no “movimento europeu do erasmismo e das suas incidências ideológicas nas letras e na espiritualidade” (Ibidem, 391).

Em paralelo, relações de natureza diplomática entre os monarcas portugueses e figuras da sociedade e da cultura italiana desde o “quatrocento”, determinaram uma “lenta progressão [na] vida cultural portuguesa, do classicismo de matriz itálica” (Ibidem, 1993, 377). Tornou-se corrente a concessão de apoios a estudiosos portugueses, tanto em Itália como em França e na Flandres, desde D. João II e D. Manuel. Esses humanistas espelham em Portugal a cultura renascentista que, na sua face laica, recupera matrizes culturais do classicismo, para dar expressão a temáticas do tempo que se vivia então. Por sua vez, tiveram grande difusão em Portugal as temáticas de Erasmo. Num momento cultural em que várias ciências se renovavam e afirmavam, e diversas tendências emergiam no universo cultural, a forma do diálogo, em continuidade com práticas anteriormente referidas, é a expressão própria da controvérsia, mais adequada do que o monólogo expositivo. O *cidadão do mundo* Erasmo é um mestre do estilo, que transmite o debate de múltiplas questões de natureza social, ética e especulativa. Assim, obras portuguesas que laboram em fronteiras desses campos arriscaram-se à reprovação canónica e à ocultação, como sejam escritos de João de Barros, Henrique Calado e André de Resende e, devido à sua proximidade a Erasmo, de Damião de Góis. Uma vez mais, coexistiu uma força contrária, radicada na escolástica, que prevaleceu nas opções determinantes do ensino universitário instituído em Coimbra. O Colégio das Artes acentuou a erudição livresca e depurou os textos clássicos e os métodos literários.

As considerações aqui enunciadas permitem salientar, pela sua diferença, a “linhagem” de autores e praticantes com uma postura de proselitismo de sentido agregador. Essa expressão foi atravessando e suportando, ao longo de séculos, períodos de condenação religiosa e intelectual, e mesmo de perseguição social. Culminou na grande cisão protestante e, por consequente antagonismo, nas políticas da Contra Reforma. São estas políticas obstrutivas as linhas condutoras da consolidação institucional da Igreja ibérica, que veio a marcar a sua acção no período pós Trento, em sintonia política reforçada pela junção das coroas de Portugal e de Espanha.

A Inquisição tivera, no século XIII, o propósito de impedir a expansão de linhas doutrinárias e de práticas religiosas que se desviassem dos preceitos ortodoxos. Com os movimentos da Reforma luterana nos princípios do século XVI, e a abertura de sectores

mais ilustrados da sociedade europeia a novos padrões culturais e a um diferente relacionamento com a religião, a Igreja veio a recuperar esse tribunal, de modo a consolidar a uniformidade da doutrina, a regularização das formas litúrgicas e o controle das práticas dos fiéis. Aliás, o facto de a instituição do Tribunal do Santo Ofício em Portugal se dever à pressão de D. João III, manifesta a intrincada relação da autoridade religiosa com o poder real, particularmente expressiva nos reinos ibéricos.

2.2. A Igreja Católica em Portugal, nos séculos XVI e XVII

2.2.1. Rede de inserção no território e marcas da autoridade

O *Livro de Visitações* aqui em estudo situa-nos bem no interior da acção de disciplinamento e de aculturação, dirigida a uma comunidade rural, com sua cultura ancestral e antigas práticas enraizadas, e importa ter em conta esses contornos.

Ao longo dos primeiros séculos da nacionalidade, a organização da Igreja Católica, em Portugal, como que se foi ajustando ao território, de acordo com os acidentes da geografia e os pólos do povoamento, de modo que a acção da Igreja ganhou forte inserção na sociedade e foi-se definindo pela constituição das paróquias como núcleos da acção eclesial mais próxima da população. Ana M. Rodrigues, traçando o processo da “formação da rede paroquial no Portugal medievo” nas zonas rurais, aponta para o estabelecimento das sedes de paróquias em “centros urbanos” (Rodrigues, 2006, 80). E foi essa implantação das paróquias, com base nos povoados, a matriz da rede paroquial que perdurou em séculos.

Quanto à sua estrutura administrativa, a Igreja consolidou-se “com base na estrutura hierárquica, constituída por uma rede densa, com alcance até às comunidades periféricas – as paróquias” (Paiva, 2000 b, 195). Na primeira metade do século XVI, o território português do continente organizava-se em 13 dioceses (Bethencourt, 1993, 158) e era na autoridade dos bispos que se polarizava a ordem da Igreja Romana, para garantir a aproximação às populações. Segundo este investigador, foi por pressão dos reis portugueses que, desde o início do século XVI, vieram a ser criadas novas dioceses, no território continental do Reino (cinco, entre 1541 e 1570). Tratou-se de um “redimensionamento das dioceses”, visando o reforço do “enquadramento religioso da população e de controle do próprio clero” (Ibidem, 157).

Os mencionados investigadores apontam para a conveniência dessa estratégia para o poder régio, que não dispunha de um outro dispositivo tão completo de autoridade

para assegurar o “disciplinamento social”. Neste domínio, têm relevância estudos de José Pedro Paiva - sistematizações sobre *Dioceses e organização eclesiástica* (2000) e ainda *O Estado na Igreja e a Igreja no Estado* (2008/2009), a par dos de Francisco Bethencourt (1993 e 2010) e de Amélia Polónia da Silva (1990), que foca as problemáticas da Reforma e de estratégias da Contra-Reforma. Estas e outras investigações neste domínio reúnem elementos para reconhecer, ao longo do séc. XVI, “uma relativa estatização da Igreja”, pela posição central dos bispos no campo dos poderes, nos domínios mais diversos. (Bethencourt, 1993, 158-160).

A diocese organizava-se segundo uma subdivisão de territórios tutelados pelos arceprestes que, por sua vez, coordenavam os vigários das paróquias. A rede paroquial vem, assim, a conjugar-se também com a da administração régia, numa estratégia facilitada pelo poder de que a Igreja dispunha, *de penetração no território*, devidamente suportada pela “forma hierarquizada do seu funcionamento” (Luis, 2011, p.170). Em cada comunidade, a paróquia coexistia e concertava-se com as outras “instituições por qualquer modo relacionadas com a acção da Igreja: ordens religiosas, como confrarias [...], centros de romagem, a Inquisição” (Paiva, 2000 b, 187). Será de considerar, ainda, entidades tutelares ou senhoriais, da aristocracia ou religiosas, fossem monásticas ou militares.

Esta estratégia de articulação em Portugal, entre o poder régio e o da Igreja, foi sendo tradicionalmente reforçada pela nomeação de bispos e arcebispos de entre as figuras da família real e da alta nobreza, os quais asseguravam, pela sua proximidade à casa real, uma cadeia de autoridade que podia exercer-se em vários aspectos da vida social. Uma figura personifica este processo: o Infante- Cardeal- Legado do Papa- Regente/ Rei- Mestre da Ordem de Cristo- Inquisidor Geral do Reino, D. Henrique.

No caso específico dos territórios da Beira Baixa, na margem do Alto Tejo, aduz-se ainda o facto da sua inclusão nos domínios da Ordem de Cristo, na sequência da concessão do território da *Herdade da Açafa*, aos Templários em 1199, como referimos anteriormente (citando Alarcão, 2013, 49). Dado que o governo da Ordem passara a ser desempenhado pelo rei, desde D. Manuel I, mais este cargo reforçava o poder do Cardeal-Rei. Por seu lado, o carácter institucional da Igreja confere à autoridade religiosa um duplo poder: o da influência espiritual e disciplinar, quanto à doutrina e ao culto, a par do poder de veicular obrigações e modelos de comportamentos que convêm igualmente ao

controle social e à administração do Estado. No plano simbólico, é bem expressiva a gravura que abre o Tomo II das *Ordenações Manuelinas*, o *Livro das leis e ordenanças tocante às Igrejas* (Figura 5).

Figura 5. DEO IN CELO TIBI AUTEM IN MUNDO (1512/13)



<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223262>

A Deus no céu, como a ti, no mundo

O Rei em magestade, sentado no trono e empunhando ceptro e coroa. Encimando a figura real, a esfera armilar e o escudo das quinas, símbolos heráldicos da sua posição, ladeando a divisa.

Ao seu lado direito, membros de ordens religiosas. Em postura de homenagem em face do Rei, um elemento do alto clero, de cabeça descoberta e, poisados no chão, um chapéu e um barrete episcopal. Esta figura segura nas mãos um livro aberto que o Rei toca com a mão.

Na paisagem em redor, camponeses lavrando a terra e, no horizonte, barcos nos mares.

O Livro que passa entre as mãos reais e as do clérigo será a expressão da ordem ou da justiça, vinculadas à ordem de Deus, que o Rei personifica, e o clero, em grande medida, sustenta e dissemina.

2.2.2. Os textos da Norma - constituições, regulamentos e instruções

Desde o século XIII, foram emitidos em Portugal documentos designados como *Constituições*, com o carácter de “instrumento jurídico-pastoral formado pelas leis, decretos ou disposições que serviam para regulamentar a vida de uma diocese” (Paiva, 2000 a, 9). Produzidos (na sua maioria) em reunião pelos sínodos diocesanos e emitidos pelas autoridades episcopais, desde o concílio de Latrão no século XIII, estava determinado realizarem-se anualmente.

Nos conteúdos das *Constituições* mais antigas, predominavam enunciados sobre procedimentos relativos aos sacramentos e à gestão regular dos bens das igrejas, bem como à *correição* de comportamentos de clérigos e fiéis. A redacção dos itens era simples e incisiva, em termos de ‘guia’ de prática, como é ainda o caso das constituições relativas aos sacramentos e à gestão regular dos bens das igrejas, bem como à *correição* de comportamentos de clérigos e fiéis. A redacção dos itens era simples e incisiva, em

termos de ‘guia’ de prática, como é ainda o caso das constituições da Guarda editadas em 1500¹⁰, que são modelo das de Évora¹¹ e de Lisboa¹² (1534 e 1536).

O Concílio de Trento, no centro da época tumultuosa da Reforma e da Contra-Reforma e realizado em três sessões, entre os anos de 1545 e 1563, levantou exigências de organização das estruturas eclesiais. Sobretudo, fez emergir temáticas doutrinárias que urgia disseminar pelo universo dos fiéis e de que importava assegurar a ortodoxia. Daí decorreram vários normativos produzidos pelas autoridades da Igreja em Portugal (Paiva, 1993), como as referidas *Constituições Sinodais*, entre outras instruções e formas de regulamentação que visavam fixar princípios e corpo doutrinário de referência, para orientar a acção da administração eclesial. Desde o ano de 1564, por iniciativa do Cardeal Infante D. Henrique, então regente, “são dados aos prelados por mandado de D. João III”, itens com instruções produzidas na 1ª sessão do Concílio (Silva, 1990, 134). Avançam, desde logo, condições do exercício dos bispos e da administração das dioceses. As directivas emitidas pelas sucessivas sessões do concílio determinaram mudanças progressivas nos textos normativos, quer quanto à sua orgânica, quer na extensão dos temas tratados e na sua explicitação.

No seu conjunto, e tendo em conta a sua função, as Constituições têm o carácter de um “estatuto orgânico” da diocese, enquanto instituição, pelo que regulamentam sobre a acção dos membros da igreja, clero e fiéis. Neste sentido, F. Bettencourt faz notar que a realização anual de sínodos conferiu às Constituições um carácter de “espaços de criação de uma cultura organizacional” (Bettencourt, 1993, 162). Acentuam-se as normas de tipo disciplinador, tanto para os fiéis, como para os próprios clérigos, sendo os prelados os eixos reguladores da instituição eclesial. É aos bispos que cabe uma presença exemplar, a par da autoridade de governação dos elementos da Igreja e dos seus bens, e da missão directa de pregação, e de selecção dos pregadores, visitantes e outros responsáveis pela orientação doutrinária (Paiva, 2009a, 20-21 e Xavier, 2014, 134). Deste modo

¹⁰ *Constituições e estatutos do Bispado da Guarda*. - Salamanca : [Impr. de Nebrissensis, Gramatica], 12 Setembro 1500. <http://purl.pt/14483/3/#/8>

¹¹ [*Constituições do Bispado Deuora*]. Lisboa : por Germam Galharde, 22 Outubro 1534. - [11], lxxviii f.2). <http://purl.pt/14928/4/res-129-a>

¹² Lisboa. Arquidiocese. *Constituições do arcebispado de Lisboa assi as antigas como as extrauagantes primeyras e segundas*. - *Agora nouamente impressas* - Lisboa : por Belchior Rodrigues : vendense na rua noua em casa de Ioam Lopez, 1588. - 2º (28 cm) <http://purl.pt/14564> (integra conteúdos da edição de 1536 e a vinculação ao Arcebispo de então, D. Afonso de Portugal, seu promotor)

se reforça o “lugar destacado que, a partir do Concílio de Trento, é dado aos bispos em todo o processo disciplinar e pastoral da Igreja de Roma” (Guimarães Sá, 2010, 271).

Quanto aos conteúdos da crença e os relativos ao culto, empregam-se fórmulas mais explícitas de enquadramento doutrinário, que apontam para a sua difusão junto dos clérigos e dos fiéis, como tema de ensino. Também o princípio de *evangelização*, que sempre constituía um desígnio da Igreja, foi reforçado nesta conjuntura, dando corpo ao enfrentamento directo com as cisões da Reforma. Nos reinos de Portugal e de Espanha foram estrategicamente orientadas para a eliminação de comunidades de culto judeu ou muçulmano, bem como de outros adeptos de correntes culturais “suspeitas” e visando também os cristãos-novos e o baptismo dos escravos.

A doutrinação é legitimada pelo enunciado de um duplo princípio: a fé e a salvação da alma, garantia e princípio da vida. As Constituições de Lamego abrem com:

Titulo primeyro [...]: A Sancta Fee Catholica, sem a qual nenhũ se pode salvar, he ho principio da verdadeira vida, e o fundamento de todo nosso bem.

O mesmo texto segue, com breve referência a dogmas da *catholica e sancta fee ... pella qual se distingue dos infiéis [...]* (*Constituições synodaes do bispado de Lamego*, 1563,p.1).

De teor semelhante, as *Constituições de Miranda* (1561) “são as primeiras a comporem-se com as decisões de Trento e com a necessidade de salvaguarda da ortodoxia e do fiel seguimento das imposições romanas” (Paiva, 2000a, 14). Em todo o articulado, são enunciados dogmas e artigos da fé em que assentam os conteúdos doutrinários, bem como a fundamentação do significado dos sacramentos, fixando os sentidos da respectiva liturgia.

Assim, as constituições pós tridentinas ganham um carácter quase “funcional”, pelo propósito de compilar e pôr à disposição dos clérigos o conjunto “básico” da doutrina que lhes compete defender e ensinar, a saber: os artigos da fé e o próprio texto das orações para todos os fiéis, o qual é deste modo apresentado: *E a doctrina he a seguinte*. Neste texto de natureza compendial, publicam-se, em latim e, seguidamente *em linguagem*,¹³ os enunciados das orações canónicas (Pai-Nosso, Ave-Maria, Credo, o sinal da cruz e outras), além dos formulários para uso dos clérigos nas práticas do culto. Contêm ainda um código de conduta, abrangendo datas de celebrações e seu significado, bem como

¹³ Ver Figura 25. *TITULO PRIMEIRO DA FE E DOCTRINA* (p. 92)

preceitos de moral e até regras de vestuário para o clero. Não são ignorados os assuntos relativos aos bens das igrejas, como sejam os “ornamentos” e bens de raiz, os modos de lidar com testamentos e outras questões materiais, de ordem *temporal*. Envolvendo este intento de regulamentação, está a “atitude de fundo da formação [que] corre a par da necessidade de ensinar e aprender, quer melhorando os saberes do clero secular, quer educando os fiéis dentro de uma vivência cristã” (Camões Gouveia, 2000 a, 16). A esse propósito, também se editam catecismos, livros dos santos e breviários para uso dos clérigos.

Determina-se a comunicação directa das Constituições aos crentes, sabendo-se, por certo, quanto seria improvável a sua capacidade de os ler pessoalmente e definem-se *os que sam obrigadas a ter estas constituições e notificalas ao pouo* (*Constituições synodaes do bispado de Miranda*, tít. 38.ijj., fol. 99 e segs). Assim, seriam o *prior, rector e curas* a lê-las *todos os domingos do anno* na missa, à estação, *uma ou duas das constituições, seguidamente*. Para assegurar que serão lidos os artigos adequados ao conhecimento dos fregueses, ao longo de toda a publicação estão aplicadas anotações nas margens: *Pera hos curas* ou *Pera ho pouo* (Ver a Figura 6).

2.2.3. As visitas pastorais e a administração da Igreja nas paróquias

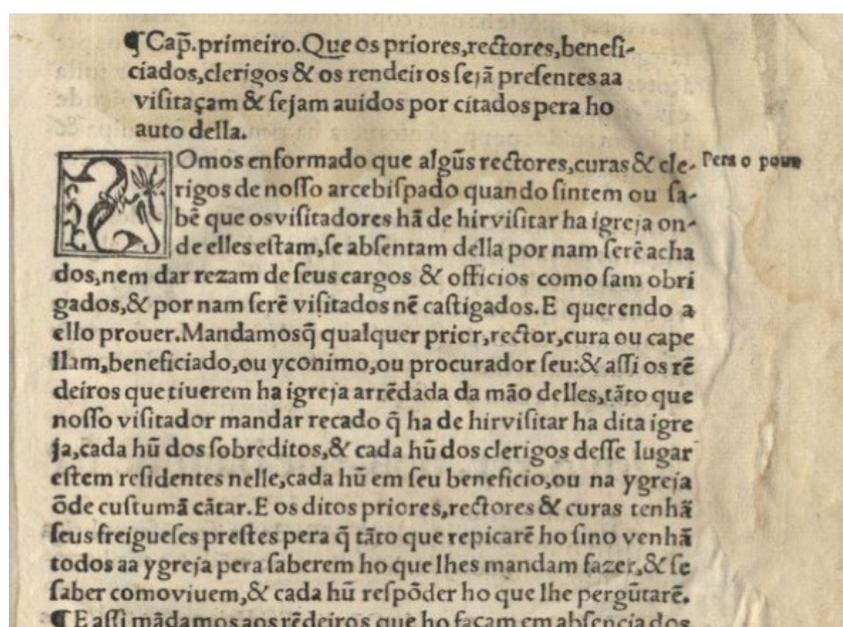
A realização das visitas paroquiais seguia as bases da doutrina e os preceitos e regulamentações oficialmente produzidas pela hierarquia eclesial. Além dos normativos contidos nos *capítulos* das constituições eram também editados em “Instruções” ou “Regimentos”, especificamente dirigidos aos visitantes mandatados pelo bispo da Diocese. Usando uma síntese de J.P. Paiva, “as visitas pastorais eram a estratégia mais directa para assegurar que cada diocese tomasse conhecimento dos territórios sob a sua alçada e, reciprocamente, verificasse a administração dos bens da igreja, desse a conhecer a doutrina e as normas do culto e transmitisse também directivas de comportamento em conformidade com a ordem social desejada” (Paiva, 2000 b, 188).

Geralmente, o articulado das Constituições fecha com a referência às visitas, também designadas, na linguagem corrente das constituições e dos registos paroquiais, como *visitações*. Até ao último quartel do século XVI, essa menção era muito sucinta. Mas nesta fase, a tónica é sobre a presença obrigatória dos responsáveis da paróquia ou instituição religiosa a visitar (clérigos e fiéis), e vêm a desenvolver-se directivas sobre as cerimónias e actos de verificação e inquirição a cumprir.

Nas *Constituições* de Lamego, logo na abertura, apontam-se certos responsáveis que, *quando sabem ou sintem que os visitadores e noossos officiais ham de ir visitar suas igrejas, se ausentam dellas por nam darem rezam de seus cargos e officios* (*Constituições* Lamego, 1563, tít. xxxvii, fl. 232). Existem, pois, alguns elementos avessos à prestação de contas... Eis uma observação presente em outras constituições, como as de Coimbra, de 1548 (Títº xxxviii, const.i-ij, fo.xcij) e, identicamente, nas de Miranda, 1565 (Títº XXXIII, const.Terceira, fo.132-133).

Desde os finais do séc.XVI, foram sendo produzidos, entretanto, outros textos que visaram “regulamentar e disciplinar a actividade visitacional dos bispos nas suas dioceses, enquadrando-as com as directrizes emanadas do concílio de Trento” (Paiva, 1993, 639).

Figura 6. *Que os priores, rectores, beneficiados, clerigos e os rendeitros sejiã presentes aa visitaçam e sejam auídos por citados pera ho auto della.*



Constituições do arcebispado Deuora, 1565, Titulo.xxix. Fl.lxxxj.
À margem, anota-se a que este título é de dar a conhecer *ao pouo*.

No ano de 1564, por iniciativa do Cardeal Infante D. Henrique, então regente, “são dadas aos prelados por mandado de D.João III”, instruções produzidas na primeira sessão do Concílio (Ibidem). Segundo J.P.Paiva, esses regimentos apresentam conteúdos mais descritivos e organizadores, quanto às atitudes e qualidades próprias dos visitadores

e à sequência dos seus actos. Abrangiam celebrações litúrgicas e tarefas de natureza inspectiva, quanto a gestão dos bens relacionados com os legados pios e os seus tombos, a conservação e obras dos lugares de culto, e ainda as denúncias de pecados públicos, com as correspondentes implicações, relativas tanto à verificação das testemunhos, como à punição dos culpados. Estavam também definidas as obrigações (e restrições) de dar pouxada aos visitantes e seus acompanhantes, pela população local. O mesmo autor traça uma análise comparada de vários destes regulamentos, produzidos ao longo dos séculos XVI e XVII, em múltiplas dioceses do Reino, para concluir que este panorama revela que as visitas foram nessa época “um processo suficientemente controlado e regulamentado”, o que nos permite confirmar “a importância que lhes era atribuída” (Ibidem, 654).

No último quartel do século XVI, a orientação doutrinária e a acção pastoral no reino de Portugal concentram-se “em conseguir a manutenção da ortodoxia tridentina” (Camões Gouveia, 2000 a, p. 18), em desfavor do combate à Reforma luterana, que teve aqui pouco relevo. Com esse desígnio, as estratégias eclesíásticas determinaram linhas de organização que apontavam para o reforço do carácter institucional da Igreja. A par da fixação de formas de expressão simbólica (como a liturgia e a definição dos espaços e dos tempos do culto), e da intensa produção de documentos regulamentadores, ordena-se a estrutura de administração eclesial, amplamente estudada e caracterizada pela investigação das décadas mais recentes.

Uma das vias de acção que deram suporte a este empreendimento, foi a implementação (ou o reforço) de bases de registo, nos diversos níveis do governo da Igreja. Para o que nos importa directamente, à escala das paróquias, a produção e o uso desses registos trazia também à Igreja a vantagem de viabilizar o conhecimento do universo de fiéis, dos bens e dos procedimentos da comunidade, com o sentido de formalizar o seu carácter institucional. Sendo as paróquias os pólos periféricos em que se concentravam os desígnios cruzados das várias instâncias do poder administrativo, espiritual e económico, elas não deixavam de ser, em si próprias, comunidades de células familiares e de indivíduos, microssociedades em seu território. A esse nível, a presença da Igreja torna-se progressivamente mais decisiva, e contribui fortemente para “criar laços de sociabilidade horizontais ou verticais estruturados em torno de novas vivências do sagrado” (Bethencourt, 1993, 161-163). É esse o caso, por exemplo, do exercício de funções desempenhadas no âmbito das confrarias e da fábrica da igreja, na gestão de bens e de relações entre os fregueses. Como sublinha Francisco Bethencourt, “o quotidiano da população é

pontuado por símbolos e práticas religiosas, cuja administração é exercida de uma forma cada vez mais eficaz pela Igreja” (Ibidem).

Particularmente na sociedade portuguesa do Antigo Regime, a participação dos fregueses na gestão da vida paroquial (e cívica) dificilmente poderia ter-se desenvolvido e solidificado de modo linear e progressivo, dada a generalizada iliteracia da população. Esta carência era mais acentuada nas zonas rurais do que em centros urbanos, em que uma burguesia comerciante adquiria alguma instrução necessária para a sua actividade prosperar.

A este propósito, poderemos obter imagens sobre o uso da escrita na época do nosso documento, embora em outro lugar distante do país, e procurando acautelar qualquer comparação simplista, que infira mais do que o legítimo. A investigação de Francisco Ribeiro da Silva sobre populações dos concelhos do Termo do Porto traça o panorama de um vasto território, entre 1580 e 1650, em que o “leque de profissões ultrapassa o quadro tradicional da quase exclusividade do sector primário” (Silva, 1986, 119) ¹⁴. O objectivo do autor foi caracterizar os níveis de alfabetização da população, com base nas assinaturas apostas em actos de posse de funções em órgãos locais dos municípios ou freguesias, como sejam Vereações, a Casa dos Vinte e Quatro, os Procuradores do Porto.

Uma das conclusões genéricas deste investigador é a da “grande diversidade de níveis de alfabetização entre os concelhos. Os lugares mais desenvolvidos sob o ponto de vista sócio-económico apresentam melhores níveis de alfabetização” (Id. Ib, 138), como os territórios que elegiam almotacés e ouvidores, oficiais com algum nível de instrução ou ainda mesteirais qualificados (Ibidem, 132-135). São os povoados de carácter predominantemente rural que apresentam os mais baixos níveis de literacia: num quadro que reúne “oficiais” das aldeias (“jurados”, “quadrilheiros” e “coudéis de montaria”), “não sabem assinar” 90,4 %, aos quais se poderiam adicionar também os “duvidosos”, 5%

¹⁴ A investigação abrange povoações numa área socio-geográfica de características muito variadas, uma vez que engloba um centro urbano (a própria cidade do Porto) em época de grande movimento marítimo e mercantil, e abrange também povoações ribeirinhas de actividade piscatória e outras de carácter rural. Esta composição demográfica, possibilitando informação localizada em cada centro populacional, também confere comparabilidade a esses dados, numa unidade temporal comum, relativamente à população da Beira Baixa, de dimensão mais restricta e sociologicamente mais homogénea que é o foco do nosso trabalho. O panorama dos elementos apurados pela investigação da zona portuense define-se em função de variações da composição social das freguesias, das actividades ou profissões e do estatuto social. O autor baseou-se numa “observação criteriosa dessas assinaturas e sinais”, estabelecendo níveis de proficiência: “1º Os que assinam com firmeza ou toscamente; 2º os que não sabem assinar e substituem por um sinal (tipo canteiro); 3º- assinam com letra vaga que duvidamos que saibam de facto, escrever; 4º os que não assinam nem deixam sinal” (Ib., 109-111).

(Ibidem, 136) ¹⁵. É com base nestas conclusões que inserimos esta referência, buscando a analogia entre a população da freguesia rural que estudamos e as populações de carácter marcadamente rural integradas no Termo do Porto, visto que o autor aponta para que sejam as ocupações do sector secundário e terciário aquelas que suscitam e promovem a alfabetização. ¹⁶

Indo ao encontro destas conclusões, António Nóvoa compilou referências sobre actividades de ensino, a partir do século XVI, verificando que existem em crescendo nos meios urbanos e, com maior evidência, em Lisboa. Funcionavam para lá dos ambientes de conventos e igrejas, pela acção de mestres informais, precariamente remunerados pelas famílias, e com algum contributo das instâncias dos municípios (Nóvoa, 1987, 103).

Diferentemente da Igreja da Reforma, que fez difundir a educação dos fiéis e o seu acesso directo aos textos sagrados, a Igreja Católica, especialmente em Portugal, confere aos textos, à escrita e à leitura, um estatuto de *reserva da autoridade*. Com efeito, a Igreja Católica também vem a utilizar o ensino, mas enquanto meio de doutrinação: Paiva explica o “esforço de missão” desenvolvido pelas congregações religiosas entre os séculos XVI e XVII, em todos os territórios de senhorio português, a partir do “fosso que se vai cavando entre uma cultura cortesã/urbana, civilizada, e o mundo rural” (Paiva, 2000c, 239).

Ao receber do poder régio a legitimação do controle directo do ensino, das suas instituições e dos agentes que podiam providenciá-la, a Igreja reforça e amplia essa posição. Ao longo do século XVII, o articulado das constituições sinodais determina as condições para o exercício do ensino, as quais assentam no reconhecimento dos bispos para regular essa função. Determina também o uso exclusivo dos textos seleccionados pela Igreja e prescreve a vigilância directa das escolas e dos mestres, pelos curas e pelos visitantes (Nóvoa, id, 110). Tais conteúdos conferem grande valor documental a esses enunciados, relativamente à cultura e à disciplina religiosa, e a comportamentos sociais, pela

¹⁵ O autor adverte para o facto de os “oficiais” aqui incluídos corresponderem a um sector de “rurais médios”, em que não se incluem nem “lavradores” abastados”, nem “os do fundo da pirâmide social” e que (Id,ib, 136)

¹⁶ Demonstra o autor que a vida urbana, só por si, não se define pela homogeneidade, pois existem “massas urbanas portuenses razoavelmente analfabetas” (Id. Ib, 152), enquanto a elite social composta por “mercadores, proprietários e outros grupos abastados” (como fidalgos) (Id. Ib, 156) era “maciçamente alfabetizados” (Id. Ib, 157). O autor aponta ainda uma hipótese de que cidadãos do “grande sector que abrange o secundário e as franjas do terciário” deverão situar-se entre os 35% e os 45% de alfabetização (Id. Ib, 154). Ausentes destes dados mais visíveis estão as mulheres, pois apenas às proprietárias, a título pessoal, é dado lugar a assinar (Id. Ib, 1142-143).

regulamentação de proibições e dos correspondentes anátemas e castigos, a qual aponta os modelos do bem e as fronteiras do desvio.

No contexto das práticas da Igreja portuguesa da época, e a par de outros documentos normativos, poderá associar-se o teor das constituições ao panorama sobre as ideologias e as mentalidades desenhado por Paul Hazard, na obra clássica, *A crise da Consciência Europeia*: “uma civilização fundada sobre a ideia do dever: dever com Deus, deveres para com o Príncipe...” (Hazard, 1948, p. 9). O autor demarca nestes termos a época que se segue ao Renascimento, em que no seio da cultura europeia, se desenhava já um movimento que abriu caminho para a Revolução Francesa: os *novos filósofos* criavam as bases para a “civilização fundada sobre a ideia do direito: direitos da consciência individual, ...da crítica, ... da razão, ...do homem e do cidadão”(Ibidem).

Em Portugal, dada a preponderância política, cultural e social da Igreja na sociedade, a expressão desse gérmen foi ocultada, em favor do reforço da ideia do dever, corporizada numa estrutura institucional consolidada.

2.2.4. Os registos paroquiais - fontes de investigação

O percurso até agora traçado através destas correntes de pensamento e de religião, de espaços socio-culturais e do edifício institucional da Igreja, conduz-nos para o lugar que, integrando-se na estrutura organizacional da Igreja, é o campo de estudo em que nos situamos: uma paróquia. O que nos interessa caracterizar é para ser tratado à medida das perspectivas temáticas que formos desenvolvendo, pelo que importa, por ora, situar brevemente o quadro próximo das fontes históricas respeitantes a esse lugar. As condições em que o documento que apresentamos atravessou quase cinco séculos, e o estado precário em que foi recolhido e salvo da destruição, patenteiam o historial dos registos paroquiais do Fratel, em particular, e que não é muito diferente do de outros acervos com interesse documental. Na verdade, expõem directamente a dispersão a que estiveram sujeitos esses espólios, alguns devido a factores sociológicos e culturais, e outros a conjunturas históricas.

Recolhas e estudos sistemáticos de investigadores como Isaías da Rosa Pereira, José Pedro Paiva e Joaquim de Carvalho são unânimes em testemunhar e lamentar a desagregação e o extravio de muitos fundos documentais de paróquias e de outras entidades. A investigação continuada de várias décadas sobre as visitas pastorais tem dado a conhecer os procedimentos da sua realização e os seus protagonistas e analisado os registos

formais que resultavam da sua realização, a saber: *Livros dos Capítulos*, deixados nas paróquias, contendo o sumário de normas de doutrina e de comportamentos, assuntos sobre a fábrica da igreja e outros bens paroquiais e ordens de vária natureza; os *Livros das Devassas*, com depoimentos de testemunhas e sentenças relativas às culpas declaradas; *Livros dos Culpados* com os respectivos termos e róis de confessados, listagem das confissões dos fiéis (descrição de Soares, 1981, 27-29).

Quanto aos *livros de devassa*, o facto de terem sido guardados, não nas paróquias, mas nos arquivos diocesanos, permitiu que tenham chegado aos nossos dias em melhores condições e em maior número do que os de visitas paroquiais, por estarem mais sujeitos à variabilidade e ao pouco esclarecimento daqueles que os manuseavam. Na sequência do decreto de 1915, que determinou a incorporação dos registos das paróquias em arquivos distritais, foi separada a documentação com carácter civil (registos de baptismo, casamento e óbito), da que respeitava às funções clericais ou da administração das igrejas e das paróquias (Mariz, 1994). Este facto não significa que, até então, esses acervos estivessem ordenados e fosse cuidada a manutenção do seu espólio, pelo que os documentos chegaram até ao presente, consoante as condições com que foram manuseados e cuidados desde a origem.

Os investigadores acentuam também a insuficiência de acções consistentes na recolha e inventariação do património arquivístico das próprias dioceses. Por contraste com a “situação desastrosa” da maioria dos arquivos diocesanos, J. P. Paiva salientava, em 1993, a excepção das dioceses de Braga, Coimbra e Lisboa, em que “os fundos contêm uma parte substancial da documentação” (Paiva, 1993, 637). Essa vantagem tem, assim, viabilizado linhas de trabalho de centros de investigação, como sejam o *Centro de História Religiosa da Universidade Católica* em Lisboa, ou o *Centro de História da Sociedade e da Cultura*, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do qual se desencadeou a elaboração do *Repertório das visitas pastorais da diocese de Coimbra* e se têm alimentado, em grande medida, projectos de História Regional e Local da *Região Centro* (de que podemos lamentar a pouca presença de estudos para lá do distrito de Coimbra). Deste modo se reuniram condições para um trabalho extensivo, abrangendo a diocese, e sequencial, dada a possibilidade de obter documentos de diversa localização no tempo. Daqui puderam resultar, não só a inventariação e classificação dos documentos, como a definição de metodologias e de linhas de investigação, “seguindo procedimentos uniformes” (Paiva, 1991, pp. 109-110 e 1993, p. 637).

Existem também estudos sistemáticos de Franquelim Neiva Soares para a Arquidiocese de Braga, elaborando o reconhecimento e análises de arquivos, tanto eclesiais (de dioceses, colegiadas e paróquias), como distritais, onde se encontram depositados muitos documentos congéneres. São também de mencionar investigações sobre freguesias da cidade de Lisboa, como Santo Estêvão, Santa Justa, ou os estudos de Isaías da Rosa Pereira em freguesias da região Oeste. Centradas nas temáticas da sociabilidade religiosa e das relações entre as normas da Igreja e as vidas das sociedades locais, assinalam-se contributos sobre comunidades rurais, de Francisco Bethencourt (1987), J. Rocha Nunes (2006) e Maria dos Anjos Luís (2011).

No presente trabalho, é a partir dos conteúdos do *Livro de Visitações* que procuramos alcançar a compreensão possível da realização e manutenção do registo paroquial, deparando-nos com alguns desfasamentos entre as considerações dos visitantes e os documentos constantes dos arquivos públicos em que se encontram preservados. Por outro lado, são inúmeras as alusões ou admoestações contidas no texto deste *Livro* que nos oferecem imagens de relance sobre fases da produção desse escrito, como também das vicissitudes na constituição de um conjunto funcional de documentação que dê suporte à administração da paróquia, em referências que lhe dizem directamente respeito. Este será um dos pontos centrais do capítulo seguinte.

3. APRESENTAÇÃO DA FONTE: *O LIVRO DE VISITAÇÕES DO FRATEL*

O presente capítulo visa caracterizar o documento que é objecto deste estudo. Em primeiro plano, no tópico 3.1, traçamos as suas características, focando as condições iniciais em que se encontrava e os elementos que o constituem. Foi o reconhecimento destas condições que conduziu a várias operações de ordem técnica, para conservação preventiva e definir critérios e linhas de trabalho, como sejam a organização geral da paginação e ainda o registo digitalizado do texto.

Num outro plano, no tópico 3.2., o documento é abordado “em contexto”. Tendo conhecimento da existência dispersa de outras fontes pertencentes ao antigo espólio desta paróquia (os livros de registo em arquivos públicos), enfrentamos, em paralelo, a minguada de fontes e de estudos relativos à época em que o documento se situa. Assim, importa explorar não só os conteúdos explícitos que constituem a razão da sua elaboração (registar as visitas pastorais), mas também o curso dessa produção, isto é, indo mais fundo, procurar significados da própria elaboração da escrita e das mãos que a executaram e mesmo interpretar os danos que são visíveis hoje e que, por sua vez, são também referenciados no discurso formal. É esse o propósito do segundo tópico do capítulo 3.

3.1. Descrição da fonte e processo da edição

3.1.1. Suporte material e componentes do documento. Estado de conservação

Quando foi encontrado, o *Livro de Visitações* estava contido numa capa de carneira, que agregava a parte mais longa do documento, cujos elementos são assim constituídos:

- Um caderno não titulado, constituído por 12 fólios ¹⁷ cosidos entre si e medindo 210 mm x 300 mm. Os registos incluídos nesta unidade reportam-se às visitas pastorais realizadas à paróquia do Fratel, entre 1538 e 1592;
- Uma peça de maior porte, com registos relativos a visitas realizadas de 1608 a 1711. É constituída por 6 cadernos cosidos conjuntamente, e cujas folhas medem 240 mm x 340 mm. Conservaram-se encadernados numa capa de cartão recoberto a carneira, muito deteriorada. Os cadernos contêm, em média, 12 fólios cada um, variando este número, consoante as perdas de folhas. As lacunas mais evidenciadas são a de um

¹⁷ Em regra, 4 folhas cada e 2 páginas/folha.

caderno inicial perdido e de algumas folhas distribuídas no interior. É também notória a extrema degradação das folhas mais expostas, como as finais, visto que a contracapa estava, ela própria, reduzida a metade (ver Figura 9). Passaremos a referir estes elementos como *Parte I* (1538-1592) e *Parte II* (1608-1711).

Figura 7. Composição do *Livro de Visitações*

	Numeração das folhas	Nº de folhas existentes	Nº de cadernos	Registos de visitas
Parte. I 1538 - 1592	01 a 24 lacuna de 18 anos	22	1	18
Parte. II 1608 – 1711	05 a 167 lacunas de 16+4+15 anos	130	6	75
Período total 173 anos		152 folhas		93 visitas

No início da Parte I, o caderno apresenta dupla numeração das folhas, feita em ocasiões diferentes:

- Uma sequência, usando a numeração árabe, situa-se no canto superior direito e principia em 26, o que indica a perda de 25 anteriores (um caderno inteiro) e eventualmente mais uma ou duas folhas, que seriam as exteriores desse caderno ou do que chegou aos nossos dias. Existem ainda expressivas lacunas na sequência das folhas. Assim, na folha 33, iniciada com um registo de 1548, segue-se, no *verso* um registo em 1566, abrindo um hiato de 18 anos nas visitas. Ao retomar-se o texto, é interrompida esta numeração no referido canto superior.

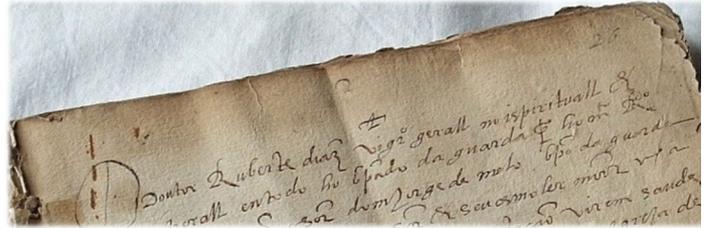
- Outra numeração mais visível, de 1 a 24, aplicada desde o início do caderno, mantém-se até ao final (Figura 9). Está aposta no centro da margem de topo, sem considerar a numeração do canto direito, nem as sucessivas lacunas dos registos. A partir destas coincidências, será possível associar a marcação completa das folhas, à ocasião em que, pela última vez, o caderno terá sido fixado pela cosedura, provavelmente em 1568. Seria também nessa ocasião que se realizou o treslado dos registos

mais antigos que ainda restavam, entre 1538 e 1548, e que são obra da mesma mão. O caderno continuou em uso e a ser preenchido até 1592.

Figura 8. A Parte I, antes da higienização



Aspecto do primeiro caderno antes da higienização



Numeração das folhas, realizada em diferentes ocasiões

A Parte II é constituída por um conjunto de cadernos que perfazem 132 folhas, com as medidas de 340 x 240 mm. Sendo de formato diferente do caderno da Parte I, essa disparidade nas medidas do papel poderá ter inviabilizado a sua encadernação conjunta.

Este volume de 6 cadernos, cosidos e encadernados, encontrava-se muito degradado quando chegou às nossas mãos, também com lacunas na sua composição, demonstrando as condições em que atravessou quase quatro séculos. Antes da operação de conservação preventiva, o exterior do volume evidenciava, no couro de revestimento, os efeitos do mau uso e da humidade a que terá sido sujeito, com rugas, cortes, e rasgões. A contracapa, fracturada no sentido vertical, reduzia-se a uma zona limitada que deixava a descoberto a maior parte da área das folhas finais, muito fragilizadas.

Por sua vez, era visível a desagregação das coseduras, que levava ao extravio do primeiro caderno deste conjunto, assim como o de mais um outro intermédio, e ainda de algumas folhas avulsas. Em consequência destas lacunas, a largura da lombada da capa ofereceu um espaço de “abrigo” para o caderno da Parte I, e ainda a documentos avulsos de séculos mais recentes que não importa agora considerar. A esse facto se deve o terem chegado aos nossos dias as duas partes do Livro de Visitações, mau grado as vicissitudes do seu percurso.

Figura 9. Imagens da parte encadernada, antes da higienização



Fotos: MJM
Vista exterior da capa que continha o conjunto encadernado:
6 cadernos cosidos entre si



É visível o espaço deixado pelo 1º caderno, que se perdeu, deixando espaço para abrigar a Parte I

As folhas da Parte II que chegaram até nós iniciam-se com o número 5, o que desde logo manifesta a perda das primeiras quatro folhas deste caderno. No entanto, existe uma lacuna anterior a esta. Ela poderá corresponder à ausência de registos referentes a visitas entre 1592 e 1608, (assinalados na tabela da Figura 8), visto ser conforme à dimensão de uma “mão” de papel (12 fólhos/24 folhas). Esse conjunto corresponderia ao caderno inicial do volume encadernado, que estaria já desgarrado e em falta, à data em que foram numeradas as folhas de todo o volume.

Todas as folhas desta parte estão numeradas até ao final e rubricadas pela mesma mão, no ângulo superior direito das folhas. Arriscamos identificar quem teria realizado a autenticação, a partir da semelhança dessas rubricas com a do visitador que “inaugura” este volume (ver figuras 10 e 11). Trata-se de Gaspar do Rego da Fonseca, Prior de Loriga e Visitador Geral no bispado da Guarda, que realizou a visita de 19.05.1608 (fls. II.05-II.06v). Terá sido ele a reunir os cadernos de papel entretanto adquiridos, numerando e autenticando as folhas na sua totalidade, para salvaguardar a sua dispersão.

Quanto à sua condição física, o papel apresenta buracos causados por ácaros e, sobretudo nos bordos laterais e nos cantos inferiores, manchas de humidade e de sujidade, manifestando uma longa e intensa utilização, com manuseamento pouco cuidado. As folhas mais degradadas são as iniciais e finais do caderno, que se encontram desligadas da cosedura, sendo que nestas últimas, a folha final apresenta repasses da tinta, dificultando muito a leitura. No entanto, é de sublinhar a resistência do papel, bem como a qualidade

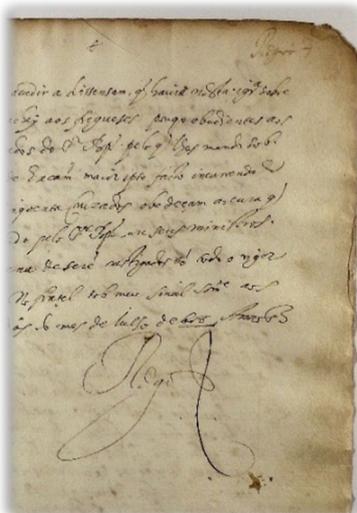
da tinta utilizada na escrita, uma vez que, em geral, mantêm a legibilidade para lá da exposição a derrames de água e uso pouco resguardado.

Figura 10. Assinatura do Visitador Rego da Fonseca, na visita de 1608 (II.6v)

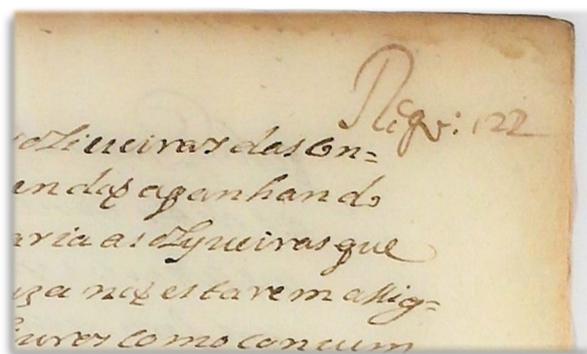


Foto: MJM

Figura 11. Rubricas do Visitador Rego da Fonseca



Rubrica, em adenda na visita de 1608, II.7

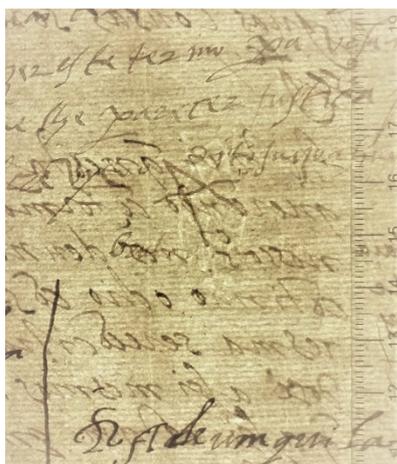


Rubrica dos cantos superiores das folhas, aqui 1684, II.122
Fotos: MJM

Quanto à sua condição física, o papel apresenta buracos causados por ácaros e, sobretudo nos bordos laterais e nos cantos inferiores, manchas de humidade e de sujidade, manifestando uma longa e intensa utilização, com manuseamento pouco cuidado. As folhas mais degradadas são as iniciais e finais do caderno, que se encontram desligadas da cosedura, sendo que nestas últimas, a folha final apresenta repasses da tinta, dificultando muito a leitura. No entanto, é de sublinhar a resistência do papel, bem como a qualidade da tinta utilizada na escrita, uma vez que, em geral, mantêm a legibilidade, apesar da exposição a derrames de água e uso pouco resguardado.

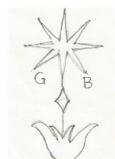
O papel utilizado é de qualidade uniforme, com as folhas marcadas por vergaturas e pontusais. Alguns dos fólhos deixam entrever marca de água (Figura 12). Na parte I foi possível identificar uma marca, enquanto na Parte II são idênticas as dos três cadernos iniciais, (estrela encimando a taça), e nos cadernos 4 a 6 existe, por seu turno, uma marca diferente (escudete com armas traçadas encimadas por flor de liz).

Figura 12. Marcas de água

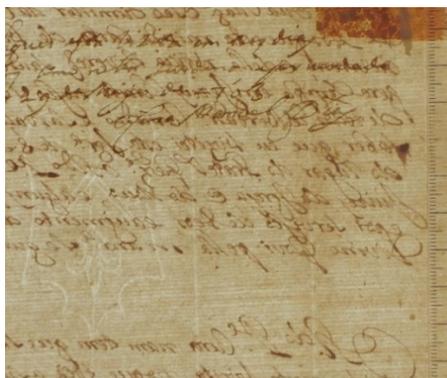


Marca de água na Parte I
presente em I.11_1568

Forma estilizada de uma mão fechada, apontando, em sentido invertido relativamente à escrita (coincidindo com o A).



Marca de água na Parte II
presente em II_13-1616 e
II.81_1659 : forma estilizada de
taça, encimada por estrela de 6
pontas ladeada pelas letras G e B



Marca de água na Parte II

Presente em :

II 137v_1694 e II 160_1703

Escudete com armas traçadas, encimadas por flor de liz.

Fotos: João Fradique

3.1.2. Procedimentos para a preservação e digitalização

As precárias condições do códice levaram à necessidade de uma intervenção técnica, visando garantir a sua preservação e proteger aqueles que com ele trabalhassem. Assim, os documentos foram entregues a uma empresa competente na conservação preventiva e restauro de documentação, em diversos suportes. Realizado o devido diagnóstico, foi decidido proceder à higienização de todas as componentes, para o que se tornou necessário desmontar a encadernação da Parte II e retirar a respectiva capa, muito danificada e nociva para o conjunto.¹⁸

As operações técnicas de conservação, financiadas pela Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, de acordo com o protocolo estabelecido, vieram a facilitar grandemente o indispensável manuseamento do códice na continuação dos trabalhos, uma vez que se impunha digitalização da totalidade das suas páginas. Esta operação teve um triplo propósito: 1. a preservação digital, como “reserva” de segurança; 2. servir de suporte ao trabalho paleográfico de leitura dos textos, como base para a transcrição e análise; 3. permitir o acesso generalizado aos documentos, facilitando a edição *online* ou impressa.

Figura 13. Processo para a digitalização



Foto: MJM

Depois de desmontada a encadernação, e realizada a conservação preventiva, a própria autora do estudo realizou o registo fotográfico, de modo a corresponder aos cuidados requeridos para a manipulação de documentos tão sensíveis e a articulá-lo com o processo de identificação das páginas.

A marcação das folhas: numerar e identificar

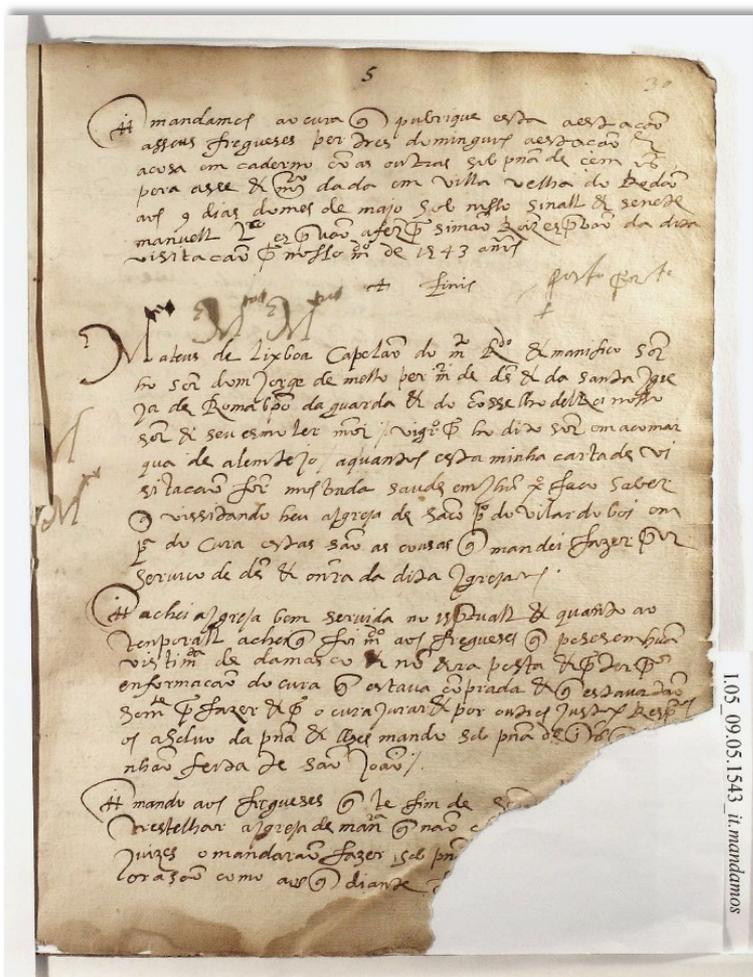
O facto de o documento ser composto por duas unidades com foliação própria, determinou o critério para definir a sua numeração. Mencionámos anteriormente que a parte mais antiga (Parte I) revelava duas ordens de numeração, realizadas em ocasiões diferentes, tendo sido aqui adoptada a numeração que acompanhava a extensão de todo esse caderno.

Porém, essa antiga numeração terminava na folha 24, e na Parte II iniciava-se uma nova contagem (na folha 5, como já referimos). Nestas condições, existiam duas

¹⁸ Operação de conservação preventiva pela empresa *phneutro*, em Lisboa.

sequências de folhas com numeração comum até 24, o que nos fez definir uma sequência própria para cada parte, apondo-se I ou II ao número da folha, de acordo com a respectiva parte. Assim, mantém-se a distinção entre as primeiras 24 folhas de ambas as partes. Esta designação, embora pareça dispensável nas folhas seguintes, torna-se um elemento de continuidade, assegurando que não teremos que nos deter a considerar a parte a que pertence qualquer das folhas que se lê. Por fim, agrega-se a indicação de v, quando se trata do verso da folha.

Figura 14. Folha e legenda (exemplo)



Legenda aposta em cada página
(frente e verso das folhas)
I.05_09.05.1543. it.mandamos

Aos elementos da foliação já mencionados, juntaram-se ainda:

- a data da visita, quando explícita no texto, ou indicação de *sem data* (sd.), ou as balizas possíveis de calcular, de acordo com a sequência de folhas e do texto;
- primeira/s palavra/s na página.

Foto: MJM

Com base neste critério, foi também definido um código identificativo por folha (aposto verticalmente, à margem da folha), que assegurasse a identificação precisa, na digitalização, na edição e nos diversos suportes de registo (índices, foto de cada página, com a legenda própria; índices; referências de citação e outras).

3.1.3. Critérios para a leitura paleográfica e edição dos textos

O documento que estudamos constitui um desafio para enfrentar variações de grafia e de clareza, que em grande medida derivam das diferenças do nível de erudição dos escrivães que realizam os registos. Ao mesmo tempo faz-nos lidar com escritos que atravessam o longo período em que se produz o documento, com variações ortográficas também decorrentes do facto de não existirem, à época, normas fixadas. Por isso a transcrição se torna um exercício dinâmico, entre os sentidos possíveis do texto e a exigência de rigor em transmitir o que não poucas vezes está longe das nossas próprias vivências.

O critério essencial que orientou a transcrição foi o de respeitar as grafias do original, de modo a conservar o interesse linguístico do texto, facilitando a experiência de proximidade com a língua portuguesa dos anos de quinhentos a setecentos, que a leitura deste códice nos oferece. Apontam-se aqui, em termos sucintos, os critérios aplicados à edição completa do documento, apresentada como ANEXO 1.

a) Mantiveram-se as grafias, seguindo as variações ortográficas de vários casos, como as nasalações, as duplas vogais ou consoantes, e bem assim as grafias dos numerais e desenvolveram-se abreviaturas, tanto em nomes próprios como comuns, adjectivos, advérbios, pronomes, preposições, etc.

b) Aplica-se a forma de itálico, nas letras ou sílabas utilizadas no desenvolvimento das abreviaturas, ou ainda, quando é possível a reconstituição.

c) Utilizam-se os sinais de pontuação que constam do original e também é mantida a demarcação dos parágrafos. Sinalizam-se os parágrafos por *Item*, apenas quando o escrivão aplica um sinal derivado desta palavra.

d) Transcrevem-se em notas de rodapé, adstrictas ao registo de cada visita, as anotações do pároco, do próprio visitador ou de outros clérigos, inseridas nas margens do texto manuscrito, visto que reforçam o carácter obrigatório dos tópicos sinalizados, ao mesmo tempo que representam a natureza utilitária do documento.

e) Nos casos de leitura não conseguida, devido a rasgões, desgaste ou mancha do suporte, ou ainda difícil decifração da grafia, assinala-se [...] ¹⁹.

¹⁹ A transcrição realizada seguiu as normas praticadas por orientação directa do Prof. Doutor João Alves Dias, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

f) No texto editado sinaliza-se a foliação, apondo no final de cada página transcrita, a marca //, acompanhada do número da página seguinte, conforme o critério definido no tópico 3.1.3. A sequência da foliação acompanha o texto, na margem esquerda.

Importa salientar que os critérios assim enunciados são o suporte técnico da edição do documento. A definição mais fundamentada dos procedimentos de transcrição adotados acompanha o texto do *Livro de Visitações*, na edição apresentada em anexo. Quanto às remissões, citações e referências ao texto manuscrito, integradas na dissertação, importa mencionar que:

a) é utilizada a numeração de folhas correspondente à do manuscrito (de I.1. a II.167v);

b) optou-se por formatar em itálico cada passagem citada, perdendo-se, portanto, as marcas da transcrição, uma vez que a edição, em grande medida, assenta no uso de itálico e em grafismos inseridos pelo editor. Esta opção tem em conta a consideração de que a inserção frequente de signos gráficos no interior de palavras viria a entrar a leitura corrente de um escrito de curta extensão, sendo que, por outro lado, a leitura paleográfica e a edição não constituem o foco principal da dissertação, deixando assim de ser visíveis.

3.2. O Livro de Visitações e os registos paroquiais: diálogo silencioso entre documentos

... une source ne nous dit que ce qu'elle veut bien dire – ce qui ouvre la voie à la critique textuelle – mais aussi que ce qu'elle peut nous dire – ce qui débouche sur une étude de la place et de la fonction de l'écrit dans la société considérée. (MORSEL, J. 2000, p.1)

A dinâmica de implantação de uma “cultura organizacional” por parte da Igreja, nos séculos XVI-XVII, sistematizada por F. Bethencourt (1993, 161-163), assentava no envolvimento de toda a estrutura da instituição eclesial, até aos pontos periféricos, as paróquias. Centrando-nos, de momento, no “caso” dos registos paroquiais, ao longo desses dois séculos, recorreremos a uma síntese de A. Camões Gouveia, no sentido de que “encontramos uma apetência e interesse pelo registo já antes de Trento mas que, só com este, a obrigação legislada se começa a transformar em hábito” (Camões Gouveia, 2000 c, 532). Os registos paroquiais eram um dos meios instituídos, uma expressão de outras

estratégias de sentido mais doutrinário e simbólico, como o ensino da doutrina, o cumprimento dos sacramentos e a formalização dos comportamentos dos fiéis nos actos e nos espaços sagrados. Na verdade, os registos que chegaram até nós constituem a expressão de um “organismo vivo [a paróquia] que geria os seus campos de acção” (Rosa, 2017, p. 573).

Quanto ao *Livro de Visitações*, objecto do presente trabalho, e sobrevivente de um processo de perdas e dispersão no decurso dos séculos, importa que seja considerado no âmbito desse procedimento institucional mais amplo. As múltiplas referências que contém sobre a elaboração e resguardo dos registos, a realizar na paróquia conduzem-nos a legítimas interrogações quanto ao que teria constituído esse acervo. Seria redutor apresentar e explorar esta fonte, sem a contextualizar e relacionar com a documentação de que há notícia, pertencente ao conjunto de que fez parte: os livros paroquiais do Fratel.

Na verdade, o registo das visitações exprime o núcleo central do encontro entre a autoridade eclesial e as populações, uma vez que fixa as recomendações emitidas pela Diocese, dirigidas a párocos e leigos e menciona o grau de cumprimento ou de desvio em relação às orientações de carácter normativo. Cabe-nos analisar os documentos de que dispomos, para fazer sobressair, na medida do possível, a par dos conteúdos de natureza prescritiva fixados no escrito, o que podem dizer-nos sobre a sua própria elaboração, uso e resguardo, e ainda, para lá do texto, que indicações nos dá sobre o grau de convivência dos moradores com a escrita. Os registos paroquiais do Fratel, desenvolvendo-se no decurso de 170 anos, ilustram expressivamente a dificuldade dessa longa “habituação” a que se refere Camões Gouveia, no contexto de uma pequena paróquia do interior de Portugal.

A fonte histórica que abordamos, quer quanto ao seu conteúdo, quer quanto às condições do suporte material, apresentadas no tópico anterior, transmite informação sobre o desenrolar de um duplo processo: por um lado, representa a formalização de um acto institucional e por outro, contém o sentido da elaboração e da convivência com o escrito. Por isso ilustra abundantemente a expressão de Joseph Morsel: a revelação do “lugar e da função do escrito na sociedade considerada” (Morsel, 2000, p.1).

3.2.1. O *Livro de Visitações* fala de si próprio, da escrita e dos registos da paróquia

O texto do *Livro de Visitações* é pontuado por frequentes inscrições em que, até às primeiras décadas de seiscentos, são constantes as referências à necessidade de organizar e resguardar os livros paroquiais, com ordens minuciosas sobre papel a comprar, ou sobre

tresladar textos que andam dispersos e a sua conservação. Assim, algumas destas menções, utilizadas anteriormente na descrição da fonte (tópico 3.1.1.), oferecem-nos informação directa sobre a elaboração deste documento, e permitem-nos compreender os desgastes e danos que sofreu. Num outro plano, esta informação, que se reporta ao processo do seu manuseamento, abre ainda perspectivas sobre a utilização do papel e da escrita pelos clérigos, que directamente lidavam com eles, e eventualmente pela população.

O mais antigo registo a este respeito aparece logo na visita que abre o *Livro*, em 1538. A par da fórmula usual que ordena a leitura da visita pelo pároco, na *missa conventual*²⁰, recomenda-se a fixação dos registos num caderno e determina a pena correspondente, se não for cumprida: [Publique] *esta a estação e a cosa no caderno com as outras sob pena de çen reaes* (1538, I.01).

Trinta anos mais tarde, ordena-se a compra de papel, em quantidade adequada para dois livros, como já referido [I.08_1566]. Em visita seguinte, poderá fazer-se crer que a ordem de aquisição foi cumprida: *mando aos fregueses sob pena de 500 reaes que ate ho spritu santo facção tresladar todas as visitas no Livro que aguora poserão* [I.10v_1568]. Porém, essa ordem levaria um longo tempo a ser cumprida, pelo que se infere do registo de 1608 (citado no ponto 3.1.1.), indiciando que só então teriam sido reunidos num mesmo encadernamento os elementos da Parte II (mas não os da Parte I, que por isso se degradaram). No mesmo registo, explicita-se um prazo “de validade” da prescrição em causa, apontando-se para uma verificação posterior: *Publique de novo este capitulo e cumprasse [...] até [...] de Maio 93 [sic] podem screver esto os vereis pella maneira que se [...] este compriu [...]* (Id., ib.).

O *Livro de Visitações* constituía-se, como um “edital”, que o pároco tinha a incumbência de tornar público (*publicar*). Para lá dessa proclamação (geralmente nos dois ou três domingos seguintes), não são raras as referências a ordens que se dirigiam, tanto aos fregueses como ao pároco e outros clérigos, para que o usassem como repositório de orientação. Nesse sentido, mantinha-se também como um “arquivo”, a utilizar pelo cura e até por visitantes subsequentes, como referência de informação a médio ou longo prazo, quando considerado necessário. A sua utilidade era tão mais importante, quanto eram poucos os textos escritos que chegavam às localidades, razão pela qual estes manuscritos

²⁰ Referência à “estação” (ou homilia) da missa dominical que tinha uma função alargada de prelecção doutrinária, de informações e directivas de conduta (tema a contextualizar em tópicos seguintes).

representavam a face visível da doutrina e da ordem eclesial, pelo menos para os poucos que podiam lê-los, párocos e outros clérigos locais, bem como os visitantes.

3.2.2. Os livros de registos da paróquia do Fratel

Registos de baptizados, casamentos e defuntos em arquivos públicos

Com base no actual conhecimento de algumas das peças do antigo arquivo paroquial do Fratel, não podemos determinar a existência de registos anteriores, nem sequer quando estes se iniciaram e/ou se alguns foram perdidos. Sabemos, sim, que qualquer deles apresenta lacunas, e podemos também procurar analisar informações que se cruzam entre eles, pelo menos no que respeita à sua produção.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, está depositado um fundo documental constituído por 16 livros de Registo de baptismo, casamento e óbito da paróquia do Fratel, produzidos entre 1624 e 1855. Segundo a descrição arquivística, “em data e por motivos desconhecidos, foram incorporados no Arquivo dos Registos Paroquiais, em Lisboa, hoje Arquivo Distrital de Lisboa”²¹, não sendo indicado o processo e a ocasião de transferência para o Arquivo Nacional. A data de criação do fundo é 09/01/2008. Integram este fundo, PRQ/PVVR02 Paróquia de Fratel 1624/1855:

001 Registo de baptismos 1628/1847

002 Registo de casamentos 1713/1855

003 Registo de óbitos 1699/1815

004 Livros de registos mistos 1624/1713

Um facto a destacar é a sua coexistência no mesmo conjunto documental, respeitando aos mesmos protagonistas, a partir da segunda década de seiscentos (o *Livro de Registos mistos* inicia-se em 1624), acompanhando o termo do Livro de Visitações, em 1711. É de sublinhar que mantêm continuidade, sem as interrupções com que nos deparamos nas visitas. No entanto, a datação do *Livro misto* mais antigo (1624) revela um desfasamento em relação às orientações dos visitantes para a sua criação e preenchimento, desencadeadas a partir de 1566, segundo as prescrições do Concílio (CAMÕES GOUVEIA, 2000, 530). Determina o Visitador:

porão os ditos luizes [...] dous Liuros de quaixa de quatro mãos De papell Cada hũ encadernados em Couro hũ pera escreuerem as visitasões e outro pera ho cura escreuer os casados e defuntos e bautizados (1566, I.08).

²¹ PARÓQUIA DE FRATEL, CÓDIGO REF^a: PT/ADLSB/PRQ/PVVR02.
<https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4837257>

Por sua vez, no Arquivo Distrital de Castelo Branco, têm sido integrados, “de acordo com o artº. 38º do Código do Registo Civil, os registos com mais de cem anos, com uma periodicidade quinquenal”²², pelo que aí se encontram 159 livros de registos, de 1817 a 1911-03-29. De acordo com a descrição, foram aqui incorporados desde 1989:

001 Registo de Baptismos_1846/1911-03-29

002 Registo de Casamentos_1860/1911-03-27

003 Registo de Óbitos_1817/1911-02-26

004 Livros de registos mistos 1624/1713

O enunciado destes registos oferece elementos para reconstituir (pelo menos em parte) o que terá sido o arquivo paroquial e, considerando os períodos temporais que atravessa, seria possível estabelecer alguns cruzamentos com o documento que é o nosso foco de estudo, abrindo perspectivas para o conhecimento de vários domínios da vida local e da acção da Igreja. Sendo possível reconhecer as assinaturas de párocos, em outras oportunidades de investigação mais estendidas no tempo e com outros focos, poderão encontrar-se informações pertinentes sobre protagonistas das visitas, como sejam os clérigos locais e outros fregueses participantes activos na comunidade. Por outro lado, o acervo por ora ainda não divulgado do arquivo diocesano da Guarda abre interrogações pertinentes sobre a existência de outros documentos, como por exemplo, os róis de confessados e de devassa. Em contextos pouco facilitadores da realização destes registos, dada a escassez de recursos, de condições logísticas e de experiência administrativa, a caracterização desse conjunto arquivístico (regularidade de execução, identificação de párocos, eventual compreensão do seu resguardo e conservação), poderia trazer melhor conhecimento sobre a importância atribuída ao arrolamento dos fiéis, e à sua utilidade. É nesse sentido que terá interesse salientar aqui a firmeza das referências dos visitantes a respeito dos vários domínios em que era requerida a fixação de registos.

... requerem os Visitadores

A citação que se segue é uma recomendação do Visitador Gaspar do Rego da Fonseca (já referido anteriormente, a propósito da organização do próprio Livro de Visitas) que aponta para a regularização dos vários registos da paróquia, reforçando a ordem de cumprimento dos desígnios tridentinos. É expressiva a distância temporal de 45

²² Informação do ANTT, idem e ARQ.DISTR.CASTELO BRANCO, CÓDIGO REFª: PT/ADCTB/PRQ/PVVR02 <http://digitarq.adctb.arquivos.pt/details?id=1051367>

anos entre esta referência e a data da publicação de cânones sobre o registo obrigatório dos baptismos, em 1563 (Camões Gouveia, op.cit. 530).

Mando ao Parocho e mais pessoas em cujo poder esteuerem os ornamentos desta Igreja que dentro em trinta dias entreguem os ditos ornamentos ao Juiz da Igreja, e elle os entregará ao que lhe soçeder per inuentairo, e termo de entregua per ambos assinado, e assi se guardará sempre e hos livros das Visitaçõems e Baptizados, casados, e defunctos ficarão em poder do parocho: o que estes e outros cumprirão sob pena de Excomunham e dez Cruzados (1608, II.5).

São aqui bem explícitas as responsabilidades na execução e guarda de cada um desses livros. Enquanto o de visitações e os de baptismo, casamento e óbitos competem ao Pároco, pertence ao Juiz da Igreja (também designado por fabricário) cuidar dos bens materiais para o uso nos actos litúrgicos e da sua inventariação. Na mesma visita, e com idêntico sentido, aponta-se para outras normas tridentinas, produzidas em sessões do Concílio de 1551, neste caso relativas às práticas dos sacramentos da confissão e da extrema unção, e a correspondente obrigação de registo.

Os registos de baptismos e de casamentos são objecto de especial atenção por parte dos Visitadores. Na citação seguidamente apresentada, o Visitador (nessa ocasião, o próprio Bispo da Guarda) explicita com grande minúcia os elementos a incluir nos registos, associando essa recomendação à função principal que a Igreja lhe atribuía, de apreciar as genealogias de candidatos ao sacerdócio e assegurar a "limpeza de sangue":

Por evitarmos os embaraços que experimentão os que se querem habilitar de genere pois sendo hum homem cazado muitas vezes, que tendo filhos de todas essas suas molheres, que havendo em algum desses matrimonios impureza no sangue mal se averigua de que matrimonio nasceo o justificante [...] Mandamos ao Parocho ... que no assento, que fizer dos Baptizados declare o nome dos Pays, e as terras donde são naturais, e de que matrimonio he filho o que se baptiza, declarando que vezes os pays foram cazados, e os nomes dos primeiros maridos, ou molheres que tiverão ... (1686, II.124v)

Inventários de bens da Igreja: mencionados, mas não conhecidos

Como mencionado, não dispomos, actualmente, de nenhuns registos dos bens da Igreja, fossem bens de raiz ou alfaias e paramentos litúrgicos, quer os da fábrica, quer os das confrarias. No entanto, eles são presenças constantes nas recomendações dos visitadores, sendo sempre factores de admoestação e de punições, e objecto de instruções, por vezes pormenorizadas, para a sua execução. Por consequência, são essas referências que se convertem, afinal, em valiosos elementos de informação.

Os conteúdos das visitas constituem indicadores da relevância atribuída aos bens da paróquia, pela constante informação directa sobre a irregularidade e lacunas de tombos ou inventários, tanto das *pratas da igreja e ornamentos* (termo que se aplicava a alfaias litúrgicas), como dos bens de raiz, resultantes de testamentos (predominantemente oliveiras e colmeias). Na verdade, dada a natureza prescritiva dos enunciados das visitas e a amplitude das áreas que nele são tratadas, é compreensível que nelas se refiram também bens fundiários e a sua administração e se apontem os prejuízos que decorrem da falta de ordem dos registos correspondentes. Desde as primeiras visitas, em 1548, se aponta para:

[...] *que fação liuro de tonbo de scrivam pubriquo ou notario em ho quall assentação as ditas fazendas e encareguos que por elas são hobrigados a comprir en cada hũ ano sob pena de excomunhão e de 500 reaes* (1548, I.07).

A pesada pena definida demonstra a importância do assunto, que se desenvolve em continuação:

[...] *por achar que na dita Igreja avia cento e tantas colmeas as que rendião pera a dita Igreja e allgumas pessoas disserão que as ditas collmeas andauão enleadas... lhe mando que me tragão os liuros [...] pera ver se as ditas [colmeas an]dão a bom recado* (Ibidem)

Em 1608, decorridos sessenta anos a seguir a essa observação, e quase duas décadas depois de reconstituída pelos *treslados* a Parte I, e preparada a Parte II das visitas, parece continuar a dificuldade em manter os inventários de bens, a julgar pelo peso das penas atribuídas. Efectivamente, seriam *os tombos das fazendas* (1699, II.151v), que estão a cargo dos Juizes das confrarias e do Juiz da Igreja (ou Fabricário)²³, a assegurar o conhecimento dos legados feitos pelos paroquianos, e a servir de base da sua administração. Registos como os de 1626, 1639, 1648, 1699 ou o de 1703 explicitam claramente este problema. Em 1684, o Visitador afirma que encontrou:

[...] *grande confusão sobre as oliueiras das confrarias de que naces quando se arendão apanhando os rendeiros de hũa confraria as olyueiras são de outra o que tudo he cauza não estarem assignadas e lancadas nos liuros* (1684, II.122).

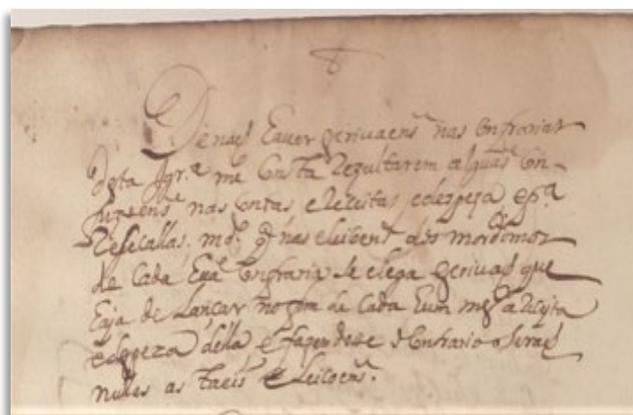
E, quase no final deste volume de visitas e na viragem do século, é reconhecido que, com a passagem das gerações, se perdeu a informação segura sobre as propriedades e será urgente reconstituir os assentos:

²³ Destes tombos, não há hoje notícia de nenhum exemplar.

[...] mando ao Reverendo padre Cura sob pena de se lhe estranhar na futura visita faca tombo das fazendas [...] declarando demarcasois dellas, [...] e anteriores administradores em forma que nam faca duuida alguma para o que se informaram com os homens mais uelhos e de boas e sanas conssciencias a quem se dara juramento se neccessario for para fazerem as declarasoins necessarias[...] (1699, II.152)

Aqui, uma última ordem contextualiza e congrega esforços em torno da gestão dos bens da igreja, com a atribuição de responsabilidades aos fregueses, quer pelo contributo material, quer pelo exercício dos seus cargos. Dada a raridade, à escala da comunidade paroquial, dos que tinham acesso ao uso da escrita nas tarefas correntes, necessárias ao governo dos bens materiais, é o visitador que aponta a necessidade de um escrivão que assegure essas tarefas com o formalismo necessário.

Figura 15. De não hauer scriuaens nas confrarias



De não hauer scriuaens nas confrarias desta igreja me consta rezultarem algũas confuzoens nas contas, e receitas, e despeza e para resecallas; mando que nas eleicoens dos mordomos de cada hũa confraria se elega scriuão que haja de lançar no fim de cada hum mes a receita e despeza della, e fazendosse o contrario serão nullas as taeis eleicoens (1702, II.157v)

Foto: MJM

No entanto, não surgem referências à acção de escrivães locais, nem estes *tombo*s, a terem existido, sobreviveram até hoje, que saibamos. Também não tivemos conhecimento dos registos da fábrica da Igreja, que eram da responsabilidade dos fabricários. Quanto aos registos mantidos directamente pelo pároco, são aqueles de que conhecemos a localização arquivística, na Torre do Tombo e no Arquivo Distrital.

Ausência de referências a róis de confessados e a devassas

Procurando a possível visão panorâmica dos registos da paróquia do Fratel, não deixaremos de mencionar, também, uma ausência, que corresponde ao vazio total de referência no texto das visitas: as devassas, nunca mencionadas, tal como não se encontra notícia de nenhum acto de interrogatório ou de denúncia, assim como qualquer alusão a róis de confessados. Seria de interesse seguir os traços da possível existência de registos desses actos, só possível na Diocese da Guarda, visto que, por regra, os *Livros das Devassas*, bem como os *Livros dos Termos dos Culpados* foram sendo arquivados

nas sedes das dioceses, facto que terá favorecido a sua conservação, com mais condições do que nas paróquias (Soares, 1981, pp. 27-28). Porém, idêntico silêncio envolve o arquivo desta diocese, presumivelmente depositário de tal documentação, mas sem que actualmente seja viável o acesso útil ao espólio que poderá guardar. A esse respeito, Pinharanda Gomes refere sucessivas situações, entre a incúria e os interesses de instâncias concorrentes, em que esse arquivo terá perdido documentos (Pinharanda Gomes, 1981, pp.2-4). Por outro lado, localizando-se numa região de fronteira, marcada por postos militares na primeira linha de sucessivas invasões ao longo dos séculos, foi especialmente atingido por depradações muito lesivas desse património.

3.2.3. Os textos espúrios: escritos *por linhas tortas*

O volume *Livro de Visitações* constitui uma fonte histórica com mais de um plano de leituras. Empregando o conceito já citado de J. Morsel, para lá da informação que directamente nos disponibiliza, os conteúdos relativos às visitas pastorais, é inevitável abrimo-nos ao que poderá dizer-nos. A análise codicológica e diplomática é um meio que permite a interpretação cruzada das condições materiais com os conteúdos do documento. Nesse sentido, propomo-nos passar a outro plano, que extravasa o conteúdo central do documento: variados grafismos, sendo alguns apontamentos pessoais, outros configurando registos para memorização de orações, e até exercícios que podem conjugar vários destes propósitos. Encontram-se todos no que designámos por Parte I e são apostos em espaços não ocupados do papel, deixados livres pelos registos formais.

Figura 16. Exercícios de caligrafia (1587, 1.22v)

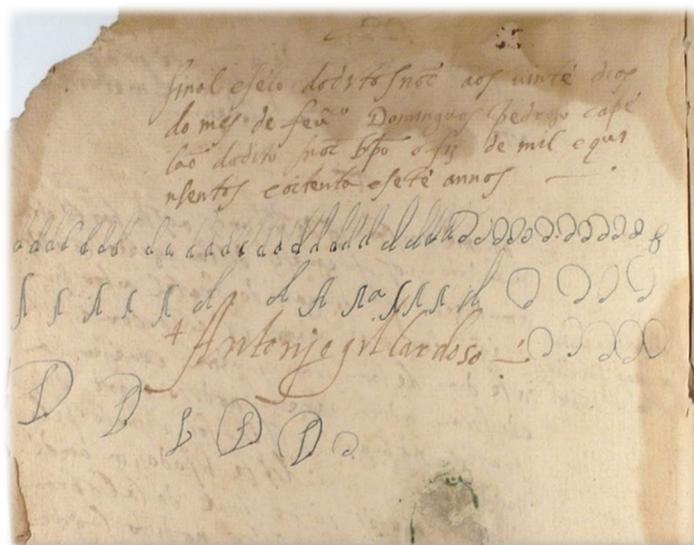


Foto: MJM

Essa localização permite considerar que representam o aproveitamento de áreas disponíveis no papel, um material de difícil aquisição, portanto raro e pouco acessível, facto que é abundantemente referido ao longo das recomendações dos Visitadores, como atrás mencionámos. Geralmente esses escritos situam-se a seguir ao termo de uma visita e da aplicação do selo e assinatura do Visitador, mas em alguns casos, como o da seguinte ilustração, aproveita-se mesmo uma área não utilizada, entre o final do texto e a assinatura do Visitador. A escrita fala por si. De uma maneira geral, realiza-se em caligrafia rudimentar, por vezes indecifrável (como em I.11), e é corrente a presença de exercícios sobre o alfabeto: sequências de letras maiúsculas e minúsculas, como se alguém com uma aprendizagem incipiente da escrita, quisesse responder a uma necessidade de treino.

Os textos em maior número são relacionados com a prática religiosa, como é o caso de um “guia” de oração [*de como um christão deue passar o dia [...]* (I.10v-1568). Existe, ainda, um “suporte” ao ensino da doutrina, em que é traçado um esboço de diálogo para ensinar um menino a orar, apresentado em colunas paralelas, fixando o que, tanto o *mestre*, como o *menino*, deverão memorizar, em que o *padre nosso* constitui o conteúdo a aprender (diálogo: 1582, I.21).

Quem poderia ter usado os espaços livres deste caderno da Parte I?

Arriscamos afirmar que se manifestam diferentes níveis de desenvoltura na escrita, mas têm em comum os seus conteúdos, centrados em assuntos abrangidos pelos programas de doutrina, pelo que poderão indicar que serão realizados por clérigos ajudantes na paróquia, com pouca formação. Não lhes seria fácil superar dificuldades em memorizar as orações e em lidar com processos eficazes de *ensinar a doutrina* aos fiéis. Sendo esses, ou outros paroquianos, porventura jovens, em busca de aprendizagem, faltariam textos acessíveis, apesar da torrente de publicações de catequeses, missais e outros instrumentos de orientação que se sucederam ao Concílio de Trento, e também não haveria ocasiões de valorização, mesmo para o clero secular²⁴.

De entre todos, destaca-se pela espontaneidade da escrita um texto que reúne discursos de natureza diversa, como se fosse uma experimentação de escritas várias (Figura 17- s.d., I.18). Inicia-se por uma espécie de lamento e espanto pessoal sobre rumores

²⁴ Segundo Roger Chartier, a aprendizagem da leitura é anterior à da escrita. O domínio de todas estas competências, porém, depende de uma prática regular, sendo possível assinar sem se dominar a escrita. (Chartier, 1990, p.114). Assim, podemos observar que grande parte das assinaturas constantes em registos de casamentos se mostram incipientes. Nas *Visitações* do Fratel constam duas declarações de fregueses rubricadas, associadas a adendas a visitasões.

quanto a uma guerra num lugar longínquo, o que permite intuir ter sido escrito na época dos ataques holandeses a Pernambuco (por volta de 1630). Segue com um exercício caligráfico, treinando a fórmula de abertura duma visita no tempo de um bispo da Guarda contemporâneo dessas lutas. Remata com um esboço de rima popular que, por sinal, é também uma queixa de separação. Sendo mais espontânea esta passagem, é a de maior precariedade na grafia ²⁵.

Figura 17. Grande toada ... (s.d., I.18)

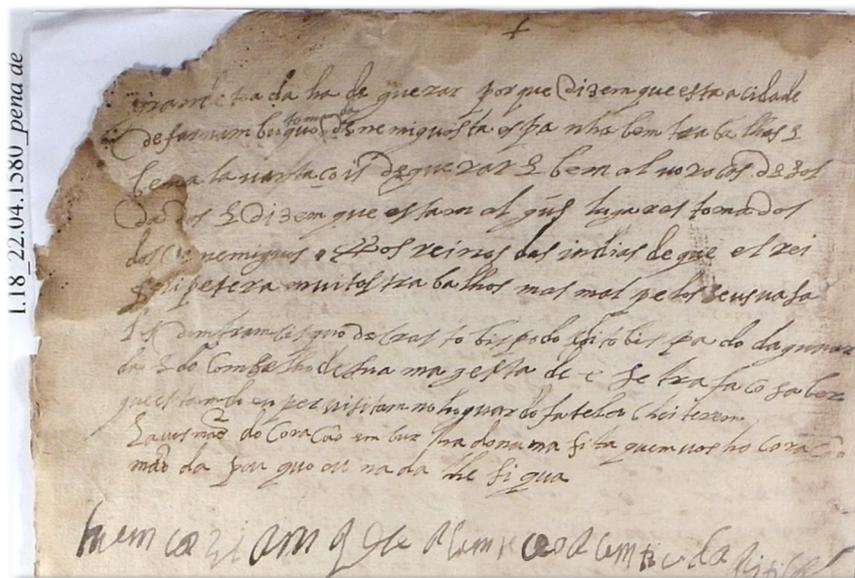


Foto: MJM

Os textos deixam também entrever directamente práticas de doutrinação baseadas na repetição memorizada de fórmulas de oração, e no cumprimento de preceitos cujo significado não será verdadeiramente apreendido pelos fiéis. Sendo de carácter não formal, esses escritos, feitos por mãos diferentes, situados em datas distantes, parecem configurar, no entanto, um propósito comum de exercitação, e documentar, no esforço que

²⁵ Texto escrito na parte inferior da página, em sentido invertido relativamente ao do registo da visita

I.18 Grande toada há de gueras porque dizem que esta a cidade de farnam barquo tomada [entrelinhas] dos enemigos da espanha bem trabalhos e bem alimentaçois de gueras e bem alvorocos de soldados e dizem que estam algũs luguares tomados dos enemigos [em?] os reinos das indias de que el rei felipe tera muitos trabalhos mas mal pelos seus vaSalos dom framcisquo de Crasto bispo do dito bispado da guarda e do comselho de Sua magestade e se Lxa faco saber que estando eu per visit[ac]am no luguar do fatelor e hei terem e a vos mãodo do CoraCão em buz [bur?] lha do numa fita quem nos ho coração mãoda pou quo ou nada lhe fiqua// **I.18v**

[Segue-se exercício de caligrafia]

A transcrição deste trecho integra-se na edição transcrita do L.V. (Anexo VI, p.21)

evidenciam, e pela época em que foram produzidos, “a transição da cultura oral para a cultura escrita” (Ribeiro da Silva, 1986, 114). Segundo este autor, a abordagem das relações entre as pessoas e a matéria escrita, constituiu uma abertura para o estudo de processos sociais implicados na evolução da alfabetização, em entendimento com referências de Roger Chartier, que mais adiante havemos de utilizar.

É nesta perspectiva que as múltiplas facetas de leitura que nos oferece este Livro de Visitações (e certamente outros) nos conduzem a valorizar a informação que pode oferecer enquanto objecto, e não apenas enquanto suporte de conteúdos. Na verdade, testemunhando uma utilização quiçá transgressora do papel (sendo, neste caso, uma peça do acervo da Igreja, reservada ao pároco), vem a ser uma “hipotética marca de modernidade desta transição” (Ibidem): perante a escassez de recursos, o anseio por uma destreza aguça o atrevimento de cometer uma infracção.

No entanto, deparamo-nos com o distanciamento da população em relação à escrita, incluindo, muito provavelmente, os clérigos estabelecidos na freguesia, em funções no âmbito da paróquia. É o que podemos deduzir dos manuscritos “espúrios” citados, com referências associadas às práticas do culto. Assim, a natureza destes textos traz à luz a coexistência, no universo da Igreja, de elementos em diferentes patamares de acesso à escrita e à leitura e, quanto à relação entre a Igreja e as populações rurais em Portugal, de que a desta paróquia constitui uma demonstração: o desfasamento no conhecimento de matérias do culto e do seu significado.

A Igreja, por seu lado, pretende utilizar a escrita dos registos como meio indispensável ao conhecimento da situação civil dos fregueses e do cumprimento dos sacramentos. A escrita seria também um meio adequado à gestão e resguardo dos bens, enquadrado pelas confrarias e pelas vivências do culto religioso por parte da população. Neste sentido, os serviços e os custos atribuídos aos fregueses determinam, também, os seus encargos e responsabilidades pelos desaires que acontecem. Estas experiências são parte de uma mais ampla estratégia de aculturação, no universo modelador da Reforma Católica.

4. O LIVRO DE VISITAÇÕES DO FRATEL UM ESCRITO EM TEMPO LONGO

4.1. Panorama das visitas registadas

A extensão do Livro de Visitações do Fratel permite obter uma visão diacrónica sobre as visitas, enquanto relação directa e regular entre a população e a hierarquia da Igreja. Esse olhar panorâmico permite esboçar perspectivas de relação com o contexto político-social e eclesial, ao longo dos quase dois séculos que aqui se percorrem, plenos de mudanças de toda a ordem. Procura-se encontrar sentidos, utilizando a trama diacrónica das visitas, para lançar fios de relação com os planos que inevitavelmente se projectam e cruzam no microssistema de acção desta freguesia, o “lugar social”, usando a expressão de M. de Certeau (1977, 18).

Este capítulo contém um primeiro tópico que, sem perder a ordem temporal, procura introduzir a visão de “grande plano”, que nos situe no interior das visitas. Para cada uma delas, o eixo central de abordagem é caracterizar o modo como o texto se reporta aos cânones estabelecidos e ao lugar da Igreja enquanto instituição, ao mesmo tempo que documenta perspectivas que dizem respeito à vida dos habitantes locais. Nos dois tópicos seguintes, a leitura diacrónica poderá tornar visíveis ciclos ou unidades de tempo social, em que se buscam os sentidos da frequência de realização e das temáticas mais abordadas nas visitas.

4.1.1. A visita: o escrito e as normas

Com a análise aqui realizada, procuramos expor a estrutura dos registos e evidenciar os seus conteúdos mais comuns. Embora não se trate de um documento de carácter narrativo ou descritivo, é possível discernir as marcas de organização, quer do registo, quer da visita, quais os focos de atenção dos visitantes e, ainda, imagens dos papéis desempenhados pelos intervenientes (visitador, pároco e fregueses), nesse tempo e lugar da acção que é cada visita. Para esta caracterização, servimo-nos de duas visitas que distam cerca de 100 anos uma da outra, sendo uma delas anterior e outra posterior ao concílio de Trento: 02.05.1541 e 18.05.1635.

(Anexo III. *Sumários das Visitas de 1541, 1608 e 1635*)

O termo de abertura

Desde logo, na fórmula de abertura, é em nome do visitador que se introduz o texto, com a menção do seu cargo. Na visita de 1541, trata-se do próprio capelão do Bispo, uma posição de peso na hierarquia da Diocese ²⁶.

A menção *por achar algũas couzas serem necessarias pera o culto divino e bem da dita igreja* tem um cunho de fórmula (1541, I.03v). Com algumas variações no articulado, raramente está ausente dos textos, pois aponta a finalidade canónica da visita, expressa nas Constituições e outros normativos, e que se pretende manter bem presentes. A visita de 1635 invoca também, na saudação inicial, o critério de fé, com uma variação: *saude em Iesu Christo Nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio e saluacão* (1635, p.II.49). No mais, não apresenta diferenças no articulado da fórmula de abertura, contendo as referências às mesmas entidades. Tanto numa como na outra visita, se mencionam os participantes:

[...] *a presenca do viguajro E parte do povo* (1541, I.03v), ou

[...] *presente o padre Cura juis da igreja e pouo e a mor parte dos fregueses* (1635, p.II.49).

Assim é cumprido o que se prescreve nas orientações eclesiásticas, marcando o carácter de relação directa entre a autoridade e os fiéis, nesta ocasião que se destina a prestar contas e receber orientações.

Dos que hamde ser presentes ao tempo da visitaçam. Abbades, Rectores e cape-lães, e asi os Beneficiados e Raçoeyros, ou iconemos de igrejas collegiadas de nosso bispado [e os curas] juntarem seus fregueses e os fazerem vir, pera saberem o que lhes mãdam fazer (Constituições de Lamego, 1563, tít. xxxvii, fl. 232).

Com o seu carácter formal, ainda mais vincado na fórmula inicial da “acta”, não deixam de existir informações factuais, como é o caso do local de realização da visita. Na mais antiga das aqui tratadas, a sede da paróquia era ainda a *Igreia de são pedro do villar do boy* (1541, I.03v), até à mudança da sede da paróquia para o Fratel, no início do séc XVII.

²⁶ É de referir que este Bispo, com elevado cargo no círculo da administração régia, não chegou sequer a desempenhar as suas funções, numa prelatura de 29 anos, tendo-se instalado a morar em Portalegre, devido ao descontentamento pela designação desse Bispo (Pinharanda Gomes, 1981, 158).

Figura 18. S.Pedro no Vilar do Boy, hoje capela de Stº Amaro



Foto: MJM

O espaço que rodeia a ermida conserva a atmosfera rústica, em que podemos reconhecer referências dos registos. No entanto, obras realizadas há algumas décadas danificaram o edifício, tendo invertido a orientação originária da cabeceira, de Leste para Oeste e feito desaparecer os elementos da antiga construção.

No mapa da fig 4, este local situa -se no ponto 6.

Em 1635, documenta-se o lugar da visita, como:

visitando eu a igreja de sam pedro do lugar do fratel [...] (1635, p.II.49).

De facto, desde 1592, pelo menos, se mudara a sede da paróquia ²⁷.

O corpo central

Abrindo o corpo central da *acta*, encontramos, na visita de 1541, a expressão formal de síntese: *achei a dita Igreja bem servida no ispirituell e quanto ao tenporall [.]* (p.I.03v), a qual, com base numa das formulações provindas dos cânones, é correntemente usada para designar o duplo propósito da visita e também o campo alargado da acção da Igreja. (Anexo III. *Sumários das Visitas de 1541, 1608 e 1635*).

O *campo espiritual* é aqui apenas brevemente apreciado, de modo positivo, e citado a par dos assuntos *temporais* ou materiais, que preenchem a parte substancial da matéria tratada. Cumpre-se também outro requisito, que é a avaliação do cumprimento dado às prescrições da visita anterior. Nesta visita, uma única referência ao culto, relativo

²⁷ O primeiro registo com referência à localização da sede da paróquia no Fratel é em 1592, com a nova igreja matriz certamente ainda em construção, na sequência de várias derramas (1592, fl. I.23). O registo imediatamente anterior a esta referência, e localizado em Vilar do Boy, é de 1587 fl. I.23, mediando entre eles 5 anos, sem podermos saber se esta lacuna representa ausência de visitas, ou se se deve à deterioração e perda de folhas do caderno. A construção viria a prolongar-se por décadas, segundo vemos em recomendações sucessivas, até ao final do Livro de Visitações (1711), relativas a atrasos e atribulações nas obras.

às cerimónias da Semana Santa, ritual central na liturgia católica, em que se recomenda que *cada ano busquem hũ cleriguo*, para reforço da acção do prior local.

Apresentamos sumariamente os tópicos relacionados com o *temporal*: alfaias da liturgia a adquirir ou a reparar, paramentos do celebrante e do altar, pequenos panos e outros objectos de uso nas cerimónias, frontais de altar de linho *que ten feitos e não são pintados, hũ guarda po de pano de linho com certas franjas brancas* (1541, I.03v). Menciona-se ainda a aquisição de uma *hũa arqua fechada*, destinada a guardar em segurança as alfaias mais valiosas. Salienciamos a referência aos artefactos da igreja, que nos oferece informações colaterais sobre moradas e geografia local, assim como sobre bens da Igreja e a sua gestão. Ela surge a propósito da queixa de Diogo Pires, procurador da Igreja e morador *em hũ monte deserto*, a quem os *Iuizes*, responsáveis pela *prata da dita Jgreja*, tinham passado a guarda desses bens, o que causava ao seu guardião a insegurança de *que [a dita] prata corria Risco*. Os responsáveis formais pelos bens da igreja parecem ser os *juízes*, a quem o visitador aponta os procedimentos devidos: que se guardem os artigos de valor *em casas antre outros vizinhos onde este seguramente* (1541, I.03v). É um encargo colectivo, decidido por consenso, e baseado na confiança entre os moradores.

Existem outros encargos a cumprir de modo colectivo: o visitador aponta o descuido na manutenção do adro e determina o seu arranjo. Não se limita a fixar genericamente a tarefa. Define a demarcação do adro *per honde soia de ser antiguamente*, determina que não se admita o uso abusivo desse espaço e designa desde já os responsáveis pela execução da tarefa:

[...] *emleção [...] homens antiguos, i.e domingues eanes esteuão bras esteue anes e outros que demarquem ho adro [...] e nenhũa pesssoa laure nelles e ho deixem a Jgreja com suas aruores e as não cortem sob pena de excomunham e de pagarem iij mil reaes* (1541, I.04).

É um episódio revelador do *pragmatismo* dos moradores que, em terreno favorável ao cultivo, não conheciam limites a essa utilização proveitosa da terra. A pena definida conjuga a pesada *excomunham* com a coima de quantia elevada, traduzindo a importância devida ao terreno sagrado que antecipa o espaço da igreja. Mas a designação de *homens antiguos* e, desde logo nomeados, dá a conhecer a naturalidade da acção participada na comunidade e a confiança do visitador nesses compromissos conjuntos.

Figura 19. Igreja de S. Pedro do Villar do Boy. Contorno do adro, na actualidade



Foto: MJM

Actualmente, quase 500 anos depois, o espaço (estreito, para um adro) mantém a “demarcação”, quem sabe se pelas mesmas pedras, pontuadas de sobreiros e na orla de uma seara. Não terá hoje a antiga função de um adro - o acolhimento e despedida junto do portal - visto que se inverteu a disposição originária (e canónica) da pequena igreja.

Na visita de 1635, emergem matérias da ordem do *espiritual*, marcadas pelas instruções tridentinas, que vinham sendo difundidas na Igreja portuguesa desde a década de 60 do século de quinhentos. Nesta visita, há a reter algumas delas:

[...] pera a saluacão das almas dos fieis christaens he saberem a doutrina christa [...] pello que encarreguo muito aos parochos desta igreja [...] que nas confissoens facam muita diligencia com seus fregueses examinandoos mui exaltadamente nas cousas tocantes della...(1635, II.49)

O pecado da cohabitacão entre os esposados he mui graue e escandaloso [...] pello que mando aos parochos desta igreja tanto que souberem que alguns em esta freguesia cohabitão antes de serem recebidos dem conta ao Reuerendo Arcipreste deste distrito pera elle proçeder contra os culpados [...] (1635, II.49)

Por Breue de Sua Santidade esta mandado guardar o dia do glorioso Joseph sposo da gloriosa virgem nossa senhora[...] (1635, II.49- 49v)

Sobre [...] a assistencia que vem fazer os padres acompanhar o Santissimo Sacramento em quanto esta exposto, [...] terão obrigação de assistir de modo que fique sempre o senhor acompanhado com alguns dos padres e gente honrada e de confiança do Reuerendo Arcipreste . [...] acerca da esmola que se lhe ade dar esta ordenado e decretado que se lhes de a cada hum tres ou quatro tostoins pagando se lhe e afora isso seu caminho [...] (1635, II.49v- 50).

Trata-se de conteúdos abundantemente documentados nas visitas do Fratel, por todo o século de seiscent e apresentados com veemência, em especial o do ensino da doutrina. Aqui, é associado ao sacramento da confissão, como oportunidade para o pároco

avaliar o conhecimento dos fiéis sobre a doutrina; a introdução de novos cultos de santos e de mistérios que implicam a introdução de liturgias e altares próprios nas igrejas; as cerimónias da Semana Santa; a celebração do casamento, que sendo um sacramento, se institucionaliza também pelo registo formal.

É ainda de assinalar a temática da coabitação de *esposados*, frequente neste período pós-Trento, revelando práticas sociais correntes que a comunidade não usava formalizar, mas que a Igreja procura modificar. Tornam-se repetidas e enérgicas as determinações de formalização pelo registo dos actos marcantes da vida, correspondendo a “ritos de passagem”: baptizados, casamentos e de óbito, a par do livro de *tombo* dos bens patrimoniais da igreja. A autoridade da Igreja manifesta-se explicitamente, fazendo valer o peso da “malha” da hierarquia eclesial, pela queixa ao Arcipreste, como na visita aqui documentada e, as mais das vezes, pela excomunhão.

Na ordem “material”, há trabalhos de monta, visto que estão em curso as obras de construção e, desde já, o equipamento devido à nova igreja matriz, no Fratel. Quanto à obra, regista-se o que *já he feito*: [...] *o gancho em a pia Baptismal, o branquear o corpo da igreja e retelhar a capella* (1635, II.49)²⁸. No entanto, apontam-se operações técnicas a realizar, outras a reparar ou a concluir, como sejam:

Não tem cumprido com as fechaduras das portas dos sinos, nem as grades do Baptisterio; [...] e porão aduelas sobre a porta principal com a telha necessaria ate dia de sam João Baptista sob pena de mil reaes; (1635, II.49) ;

Os mordomos da Senhora e nome de iesus farão os estrados na forma que lhes esta mandado na visitação passada e ate [...] dia de sam tiago sob pena desta em dobro que pagarão sem remissão (1635, II.49v).

Há também indicações sobre objectos litúrgicos, correspondentes ao equipamento da igreja em construção e já em uso. Estes são alguns dos elementos mencionados:

O fabricario tem satisfeito com a capa de asperges e comprido com o mais que lhe estaua mandado (1635, II.49v).

Os mordomos do Santissimo sacramento ainda não tem cumprido com o veo como lhe he man, dado. e por me faserem certo que tem dado dinheiro e man[da]do vir os não condemno (1635, II.49v).

²⁸A menção à *capella* refere-se à capela mor, a única que se destaca do corpo central do edificio. É significativo notar que, nesta data, se trata de voltar a aplicar um telhado, porventura desabado ou danificado anteriormente. Anotações anteriores e posteriores a esta apontam para desaires da mesma natureza. Em 1592, por exemplo, ordena-se que o *arco da porta principal far se há de nouo per não estar seguro* (1592, I. 23v). E ao longo de décadas virão a repetir-se incidentes semelhantes.

A referência à aquisição do *veo* ²⁹ para o *Santíssimo* documenta a forma como se processavam as encomendas de alfaias, vestimentas ou outros objectos da liturgia: o pagamento é realizado por ocasião da encomenda, o que conduzia a tempos de espera por vezes longos, com elevados valores já despendidos. Para o acatamento de cada determinação, estipulam-se prazo e penas, a que devem responder as confrarias respectivas. Caberá aos membros da comunidade com responsabilidades nesses campos, responder por tais encargos: mordomos, oficiais ou juizes da igreja, o fabricário. Em muitos casos, as condenações *carregam sobre elles*, o que significa que, não cumprindo prazos ou quantias, *irremissivelmente pagarão de suas casas* ³⁰.

São de notar, porém, ocasiões em que os visitantes consideram as condições de vida dos fregueses e os relevam das penas, como mais adiante documentamos (tópico 4.1.2.). Na visita aqui apresentada, de 1635, perante algumas aquisições em falta, o Visitador conclui: *allivio os das penas que lhe forão impostas avendo respeito as resoins que me derão* (1635, II.49v).

O fecho da visita

Também a expressão de encerramento se baseia numa redacção formal que, ao longo das décadas, se foi apurando e tornando mais explícita. O nosso primeiro exemplo é muito sucinto:

[...] *o capelão pubrique esta a estacão e a cossa no caderno com as outras sob pena de cem reaes e as ditas penas serão pera a sse e meirinho dada em montalluão a 2 de majo Iorge da ffonsequa a ffez de 154i anos* (1541, I.04)

Apontam-se os encargos do pároco, aqui referido como *capelão*, na sequência da visita, acompanhados da pena correspondente, de 100 reaes. O primeiro deles consiste em dá-la a conhecer aos fiéis, no acto colectivo mais solene a que têm o dever de assistir - a missa dominical. É uma recomendação sempre presente desde 1583, que implica também a obrigação dos párocos de declararem o seu cumprimento, no final do registo ³¹.

²⁹ O *veo* é um paninho de seda, da cor devido ao tempo litúrgico, destinado a envolver o cálice em momentos da celebração (Guerreiro, 2000, 41).

³⁰ Menções idênticas, explicitando que, não cumprindo prazos ou quantias, *irremissivelmente pagarão de suas casas*, registam-se desde a visita sem data (entre 1569 e 1576, I.13) e encontram-se em múltiplas outras datas, como em 1592, I.23v ou em 1660, II.82v.

³¹ A *certidão da publicação* passou a estar patente, neste *Livro*, a partir de 1582, devidamente assinada e datada pelo visitador.

A fórmula de encerramento da visita de 1635 tem sentido idêntico à do exemplo anterior e, globalmente, os mesmos conteúdos. No entanto, o seu enunciado reforça, não só o teor normativo de cada um dos itens, como explicita o modo de as pôr em prática.

[...] *que esta visitação e as passadas que não forem contrarias a ella se cumpra e guarde como nelas se contem; [...] o padre cura a diga sob as penas declaradas.* (1635, II.49v)

Outra instrução dirigida ao pároco, analisada no capítulo anterior, aponta para os cuidados com a manutenção e preservação dos registos. A propósito desta ordem, convém considerá-la em relação com outro elemento do mesmo parágrafo: o do lugar de produção e assinatura do registo, aqui contido na expressão *dada em montalluão*. Um reparo a fazer é que essa localidade não pertence à paróquia visitada, o que não é único neste *Livro*. De facto, deparamo-nos com assinaturas dadas em Vila Velha de Ródão (1539, I.03; 1543, I.05; 1548, I.07v), *Cernadas*, hoje Sarnadas (1544, I.05v) e até em Castelo Branco (1611, II.8v). Tal processo poderá explicar-se pelo facto de os visitantes definirem percursos de carácter regional que lhes economizassem tempo e desgastes de viagens, com bastante peso de organização (Oliveira, 2010, 327 e 341-342).

Todas as povoações referidas se situam em circuitos habituais de comércio, romarias e relações familiares, na vasta área do sudoeste da Beira Baixa e do nordeste alentejano. No caso desta visita, Montalvão, no concelho de Nisa, não será muito mais distante do Fratel do que Castelo Branco, mas situa-se a Leste, muito perto da fronteira e implica a travessia do Tejo e, a seguir, acidentados e penosos caminhos³². Nestas situações, fará sentido que a elaboração do registo seja deixada para realizar ou concluir numa paragem seguinte do périplo, o que porventura obrigaria a transportar o caderno, ou apenas folhas soltas em que ele foi escrito, sendo devolvido em seguida. Ficam ainda interrogações a este respeito. A recomendação de *coser* “a visita” *ao caderno*, que indicia o carácter precário da sua arrecadação, poderá estar também associada a essa provável movimentação? Um tal vaivém seria um dos factores de deterioração dos registos, especialmente neste “volume”, que se manteve sempre desencadernado?

Finaliza-se com a indicação da data e do lugar em que *foi dada* a visita. A partir de 1577, o assento é confirmado pela assinatura do visitador responsável, juntamente

³² Esta rota é, aliás compatível com circuitos de “visitas inquisitoriais” na zona do Alto Tejo, a partir até à zona da raia no nordeste alentejano, no mapa apresentado por Francisco Bethencourt (1993, 162). É também sustentada pelo conhecimento arqueológico das rotas mais antigas na área da freguesia, constantes do mapa da figura 3.

com o selo do Bispo da diocese e o seu custo em 1580 era de 130 reais e 1592 passou a 230 reais, que se manteve posteriormente. Rematando a visita de 1635, é inscrita a declaração do pároco, atestando que a leu aos fiéis, de acordo com a recomendação do visitador.

Certifico eu Miguel Rodriguez peguado Cura na igreia de Sam pedro do luguar do fratel que eu publiquei a visitação asima na estação da missa conuentual em dous domingos como me foi mandado (1635, II.49v).

[...] o padre Cura a publique em dous domingos ou sanctos de guarda sob as penas da constituição (1635, II.50).

O escrivão e escrivães

Cada registo é assegurado por um escrivão, o qual acompanha o Visitador e se identifica, no termo de encerramento. Quando o visitador é o próprio bispo, ou um elemento da hierarquia da Diocese, é acompanhado pelo seu secretário que não deixa de se apresentar com seus diplomas e cargos:

1587, I.23 - Capelão do S^{or} Bispo; 1614, II.11 e 1658, 79v- Notairo Apostolico;

1633, 47z - capellão de sua Magestade; 1686, 125 - Licenciado, Secr^o de S.Illus^a (Bispo Dom Frei Luis da Silva)

Os visitantes do arciprestado de Castelo Branco são, igualmente, acompanhados pelo seu escrivão, como, a título de exemplo, os das visitas de: 1566-68, 1614-15, 1623-25, 1628-27, 1628-29-31, 1642-44-46, 1648- 49, 1660-61-62 e 1664. Mas há situações em que um outro clérigo cumpre essa tarefa. Em 1592, por exemplo: *Pero Vasquez Cura de Villa Velha do Rodão a fez em ausencia do escrivão da visitaçam por mandado do dito visitador (1539, I.03)*. No anexo IV apresentam-se dados do manuscrito referentes aos Visitadores, Bispos, Escrivães e Párocos.

Âmbito dos registos

Da acção assim apresentada, sobressai o teor geral do texto, baseado na autoridade e competências atribuídas ao visitador e por ele assumidas e exercidas. Corresponde à relação hierárquica em que se fundamenta toda a organização eclesiástica e reconhecida pelo pároco e pelos fiéis. Ao pároco estão atribuídas funções muito precisas, quanto à observância da liturgia e, com o avanço das determinações conciliares de Trento, o encargo do ensino da doutrina e da manutenção da disciplina, a par da “publicação da visita à estação da missa dominical” e da continuada execução dos registos da paróquia.

A minuciosa enumeração de tarefas relativas à manutenção da igreja e à gestão dos seus bens demonstra que é aos fregueses que se dirigem as instruções para o seu cumprimento. É sobre eles que recaem as penas, nas pessoas de fabricários, “juízes” e “mordomos” que, não raramente, deverão pagar de suas casas, em caso de falta reiterada. Inclusivamente, são dirigidas aos fiéis as determinações, não só sobre os comportamentos nas cerimónias do culto, mas também sobre modos de viver a religião e as práticas sociais, nas admoestações pronunciadas. É dos fregueses que se espera a realização dos encargos definidos.

As áreas de autoridade do visitador são muito amplas e é nelas que se sustentam todos os conteúdos tratados na visita e se centram os respectivos registos. Cabe-lhe determinar as linhas mestras do campo *espiritual*, mais visível no exemplo da visita de 1635, mantendo-se ainda o movimento desencadeado pelas reformas conciliares, e invocando os normativos das *Constituicoens*, quanto a *doctrina christam*, *dias sanctos* e novos cultos, que aparentam não ter sido completamente assimilados pelos fiéis. Em paralelo, exerce também uma acção que podemos apelidar de “pragmática”: face a empreendimentos relevantes, como a construção de um edifício de escala completamente fora das experiências dos habitantes, ou a aquisição de alfaias litúrgicas em materiais preciosos e de grande valor material, age simultaneamente como um “mentor” que aponta problemas e modos de fazer, embora determinados pelas referências e obrigações a cumprir.

4.1.2. As visitas no tempo: frequência e regularidade

Numa abordagem temporal, pretendemos encontrar uma periodicidade na realização das visitas, a qual é fixada nas constituições diocesanas por uma frequência anual. Em outra vertente da leitura diacrónica, procurou-se salientar as temáticas mais constantes, identificadas a partir dos conteúdos apresentados em tópicos anteriores. Também aí se pretende uma articulação com o tempo em que se desenvolve a sua acção.

Para estruturar a leitura, organizou-se uma sequência de períodos, um enquadramento baseado em unidades temporais relativamente similares, que evitem uma perspectiva impressiva da passagem do tempo. Porém, ao estabelecer uma periodização, depa-ramo-nos com a irregularidade da sequência dos registos, pelas sucessivas truncagens devidas a extravio de fólhos ou mesmo de cadernos inteiros (como referenciámos no tópico 3.2.1.). Tendo em conta estas características, o critério de base para essa definição foi adoptar como “separadores” dos períodos, os hiatos de maior duração (de folhas e/ou

de anos com registos). São estes os casos das lacunas que se seguem às datas de 1548, 1592, 1608, 1668, 1683 a 1711.

É de anotar a disparidade de duração do 1º período, situado no séc. XVI (1538/48), relativamente a todos os outros, de apenas 10 anos: a interrupção na sequência dos registos assim o determinou. O intervalo de tempo que nos conduz a demarcar aqui um período não vem a ser nocivo ao exercício de caracterização comparada, uma vez que o termo dessa unidade temporal é próximo da sessão inicial do Concílio de Trento, e os conteúdos aí tratados não têm ainda a marca desta baliza histórica. Em seguida, deparando-nos com uma sequência de maior duração, entre 1608 e 1668, que seria desproporcionada relativamente aos outros períodos, e por isso foi marcada nesse conjunto uma divisória entre 1639 e 41, de modo a obter duas fracções de tempo mais aproximadas.

Figura 20. Frequência de visitas nos diferentes períodos considerados

PERÍODO	DATAS DAS VISITAS E LACUNAS	DURAÇÃO	Nº DE VISITAS	FREQUÊNCIA DAS VISITAS
1º	De 15.05.1538 a 23.06.1548 Segue-se lacuna de 18 anos	10 anos (120 meses)	8 visitas	1 visita / 15 meses
2º	De 29.10.1566 a 19.03.1592 (com lacunas somando 6 anos) Segue-se lacuna de 16 anos	20 anos (240 meses)	10 visitas	1 visita / 24 meses
3º	De 19.05.1608 a 22.10.1639	31 anos (372 meses)	24 visitas	1 visita / 17 meses
4º	De 25.05.1641 a 26.03.1668 Segue-se lacuna de 15 anos	27 anos (324 meses)	26 visitas	1 visita / 12 meses
5º	De 11.02.1683 a 19.03.1708	27 anos (324 meses)	25 visitas	1 visita / 13 meses
TOTAL		173 anos	93 visitas	

Fonte: *Livro de Visitações* do Fratel

Para identificar a frequência das visitas, há que ter como referência as Constituições diocesanas de Coimbra, em que se determina, logo no cabeçalho do capítulo 30 referente às *Visitações e Visitadores: Constituição I. Que todas as Igrejas sejam visitadas ao menos hũa vez cada hum Anno* (1591, p.170).

O período inicial considerado neste panorama estende-se entre 1566 e 1592 e é aquele em que as visitas distam mais umas das outras, com a média de 1 visita por 24 meses, considerando os registos de que dispomos durante estes 26 anos. Para contextualizar essa sequência, não podemos ignorar a situação “atribulada” da diocese da Guarda, ao longo da segunda metade do século, com a ausência prolongada de bispos designados, como anteriormente referimos. Essa irregularidade por certo enfraquecia uma governança consequente.

Também no plano nacional, as crises continuadas, tanto de ordem política, como sanitária e económica, terão feito alastrar os seus males e danos nestas terras: à década de quarenta do século XVI, marcada por carência de cereais, nas regiões sul do país, sucederam-se períodos de peste, que sobrevinha por ciclos continuados ao longo das primeiras décadas de seiscentos. Sobre estas calamidades, pairava a dispersão de gente numa intensa conjuntura de viagens marítimas, quer de transporte de bens para comércio, quer em lutas nas possessões do Império, a par da instabilidade dos conflitos políticos, com o desfecho na sucessão dinástica de 1580 (*Anexo I - Períodos das visitas e planos sócio-económicos*)³³.

E não é pela distância dos centros mais populosos ou mais directamente afectados por essas calamidades, que a população do interior se livrava das suas consequências. De modo semelhante, as deslocações de visitadores e seus numerosos acompanhantes teria sido igualmente condicionada. Nos registos do Fratel constam várias referências dos visitadores a essas crises:

[...] *pella esterillidade do anno e serem pobres os relevo da dita pena* (1580, I-17);

[...] *havendo porem respeito ha gramde esterilidade dos annos [...]* (1577, I-15).

Entrados no século XVII, e passado o hiato de 16 anos, de que não dispomos registos, observamos uma frequência de 17 meses, aumentando, de algum modo, a presença de visitadores relativamente ao período anterior. O governo da diocese estabele-

³³ Referências em Rodrigues, T., 1997, 214-222; Marques, A. H.O., 1972, 373-4 e 382-3.

cera-se, enfim, de modo consistente e a Igreja em Portugal, com a “complexificação crescente das estruturas de governo diocesano, acompanhada paralelamente pelo aumento do número de indivíduos que nelas exerciam funções”, reforçava a “unidade de acção imposta a partir da cúpula de S. Pedro” (PAIVA, 2000 b, pp.194-195) e, assim, a difusão das determinações do Concílio de Trento.

No entanto, nessas primeiras décadas, as crises de carências e de peste não deixaram de se repetir, como bem exprimiu em seus escritos, Manuel Severim de Faria, ainda em tempos da “União Ibérica” e, mais tarde, em recomendações sobre o progresso necessário da economia em Portugal, já dirigidas a D. João IV (Faria, M.S., 1655, ed. 1924). (Anexo. II. *Períodos das visitas e planos sócio-geográficos*).

No nosso documento continuam as alusões a esses problemas e às dificuldades da população que condicionavam as capacidades de pagamentos de obras e de aquisição dos artigos de uso na liturgia para a nova igreja em construção, em séries de anos sucessivos, como:

- 1608 [...] *auendo respeito ao aperto do anno* [...] (II-5);
- 1614 e 1616 [...] *avendo respeito as necessidades do anno* (II-5 e II-10);
- 1617 e 1618 [...] *por não auer dinheiro* (II-15 e II-19);
- 1623, 1635, e 1639 [...] *auendo respeito as necissidades do tempo* [...] (II-25v, II-50 e II-52v);
- 1641 [...] *por me constar estar a freguezia muito falta de nouidades* [...] (II-56);
- 1642 [...] *visto o aperto do tempo* [...] (II-57).

(Ver referências no Anexo I)

Ao analisar o ritmo das visitas pastorais do Fratel no século XVII, o que se torna mais expressivo é a sua regularidade crescente, alcançando a média de uma por ano, a partir da década de quarenta. Esta característica é tanto mais significativa, quanto esse extenso período de 41 anos corresponde à vacância da Sé da Guarda, entre 1641 e 1685, devido aos problemas diplomáticos com a Santa Sé, após a Restauração. Com efeito, observa-se uma sequência não interrompida de 27 visitas, o que perfaz a média mais elevada dos sucessivos períodos desde o século XVII: cerca de 1 visita/12 meses.

Estudos nas dioceses de Braga e do Porto reportam situações em que poderão reconhecer-se alguns traços idênticos aos que temos em mãos, no que respeita à frequência das visitas pastorais. Na diocese do Porto, verifica-se que as visitas pastorais “tiveram

maior incidência no último quartel do século XVII e no primeiro do século XVIII”³⁴, segundo Lisbeth M. Silva que reporta “cerca de 18 visitas em cada 25 anos” (2007, 287). A mesma autora refere ainda dados reportadas por J. P. Paiva e J. Carvalho, relativos às dioceses de Bragança e de Coimbra, com um ritmo que também se acentua nos finais do século XVII. Essas frequências serão, em todo o caso, inferiores à média que encontramos no Fratel, em que se realizaram, entre 1641 e 68, 26 visitas em 27 anos (1 visita/12 meses) e no período de 1683 a 1711, 25 visitas em 27 anos (1 visita/12 meses).

Trata-se de uma acção concertada, assente na “estrutura diocesana de governo”, apresentada por J. P. Paiva como “das melhor articuladas e eficientes organizações desse período” (Paiva, 2000 b, 195) consolidada pela crescente “cultura organizacional” referida por F. Bethencourt (1993, 161). Neste dispositivo, as instâncias implantadas nas regiões- os arcepresbiteros- desempenham um importante papel, enquadrados pela autoridade diocesana que, mesmo em situação de vacância, assegura as directivas da acção missionária e o exercício das suas funções. A enumeração dos visitantes da freguesia do Fratel concretiza esta situação, quer pela regularidade da sua presença, quer pela qualificação dos visitantes e sua posição na hierarquia de dignidades, quer pela alternância entre clérigos pertencentes ao cabido da sé e outros como membros dos arcepresbiteros. A “rede densa” referida por J. P. Paiva (1991, 187) está aqui cabalmente ilustrada.

4.1.3. [...] *no espiritual e no temporal*. Temáticas das visitas

A fórmula usada para introduzir a missão das visitas definia, em síntese, o domínio da acção inspectiva dos visitantes e apontava para as matérias da acção da igreja local e seus fiéis. O panorama que aqui se apresenta das temáticas tratadas é traçado com base em ciclos de conteúdos dominantes, em consonância com os tempos que o documento atravessa. Esta descrição genérica das matérias combina a abordagem diacrónica com a de ordem interpretativa, lançando fios de relação com os planos que inevitavelmente se projectam e cruzam no microssistema de acção desta freguesia. É este o ponto de encontro entre a norma da Igreja e a prática dos crentes, *no temporal e no espiritual*. Ela constitui um passo do percurso caracterizado por Michel de Certeau, de

³⁴ É algo frágil a comparabilidade destes casos, uma vez que o espólio em que se baseia o estudo citado se estende entre 1675 e 1800, o que não nos oferece elementos de comparação, nem com o período anterior (de que não existem documentos das freguesias do Porto), nem com o período subsequente à data limite das visitas do Fratel (1711). Por outro lado, esses espólios e os registos capitulares (respeitantes às visitas paroquiais), não são os únicos utilizados como fontes, visto existirem livros de devassa, de confessados e outros (guardados nos arquivos das dioceses).

fazer ressaltar diferenças relativas às continuidades e às unidades de onde parte a análise (De Certeau, 1977, 43).

O quadro da figura 21 utiliza a estrutura de unidades temporais em que se baseou o tópico anterior, sobre a sequência e ritmo das visitas. No entanto, restringimos os períodos a analisar, pela definição de uma “amostra” com alcance significativo, e com uma dimensão que tornasse exequível, no presente contexto, a realização de um registo de ocorrências. Em cada um desses períodos, definiram-se, para este propósito, fracções periódicas de cerca de 10-12 anos que constituem a nossa amostra.

As temáticas a considerar foram definidas e afinadas ao longo das sucessivas fases de análise dos conteúdos no decurso deste trabalho, de acordo com a progressiva captação do seu significado e da sua relevância no conjunto. Estabeleceu-se um número reduzido de categorias que tornassem expressivos os dados sem, no entanto, perderem o seu significado no conjunto dos conteúdos. Esta enumeração diz respeito a referências constantes das recomendações dos visitantes, relativamente a acções ou funções a cumprir, à execução de obras nos edificadas e a peças e artefactos a produzir ou adquirir.

Aponta-se para os conteúdos focados e a sua evolução, organizados nas duas vertentes mencionadas nos normativos eclesiais, *o espiritual* e *o temporal* (caracterizadas no tópico 4.1.1.). Sendo “artificial” esta separação, porquanto os tópicos da área do *temporal* decorrem das matérias de ordem *espiritual*, convém adoptar critérios de ordenação das categorias que nos permitam organizar uma interpretação das informações.

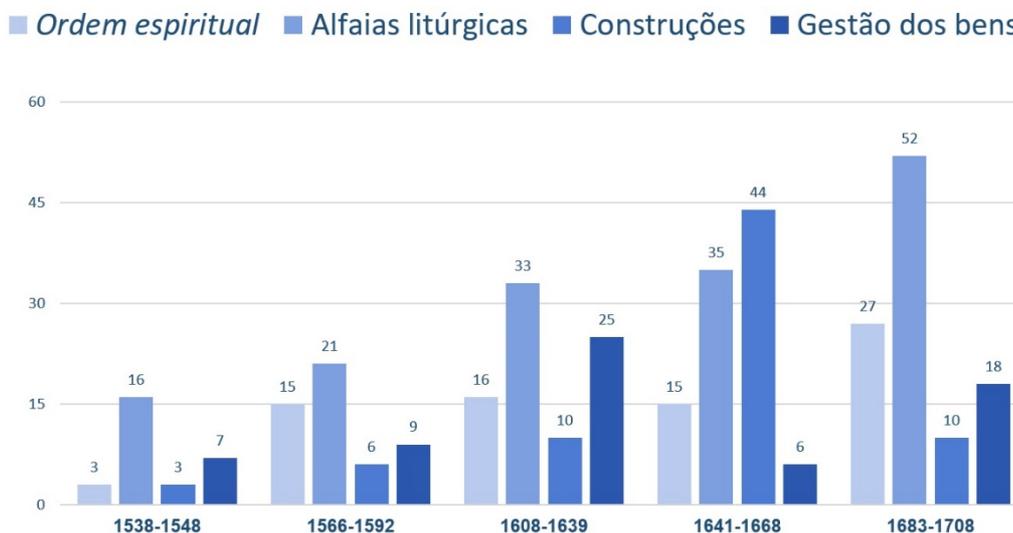
- Quanto ao *espiritual*, incluem-se assuntos de natureza doutrinária ou respeitantes às directivas sobre o culto e ao cumprimento dos preceitos estabelecidos nos cânones, em vários domínios da moral e dos costumes;

- No *temporal*, inserem-se as matérias relativas à acção dos fregueses no governo dos bens da paróquia e ao provimento de cuidados com os espaços do culto. Abrange: a) aquisição de *vestimentas*, alfaias litúrgicas e *ornamentos*; b) construir e reparar os edifícios, da igreja e ermidas; c) gerir os bens rústicos das confrarias e da igreja.

Uma “vista panorâmica” sobre o quadro apresentado oferece-nos desde logo a diferença de referências dominantes entre o primeiro período demarcado e os seguintes. Nesta primeira fase, os temas de natureza *espiritual* são escassos, ou apenas se subentendem nas condições para o cumprimento do culto, como sejam ...*encadernar ho misall*

Romão (1538 e 39), e *cada ano busquem hũ cleriguo* [para ajudar] *aos ofiçios da Semana Santa* (1541).

Figura 21. Temáticas das visitas: número de referências nos períodos considerados



No domínio do “temporal”, trata-se da dignificação dos espaços da igreja e das peças litúrgicas, em que as numerosas recomendações se dirigem à limpeza, concerto e resguardo das peças e vestimentas, indiciando a insuficiência ou a precariedade dos panos de altar e *vestimentas* (exemplos de 1539, 1545 ou 1546). São também patentes os problemas com o próprio edifício, apontando-se a urgência de reparações no telhado e paredes, nas portas e mesmo no pavimento, pela ordenação de procedimentos relativos a lages das sepulturas. Este será um assunto repetidamente tratado, ao longo de todas as visitas. É ainda de referir a menção sobre a gestão de bens da igreja, como fizemos notar, a propósito das dificuldades da paróquia em constituir e manter registos nesse e noutros domínios, como: *fazendas de defuntos*, ou *cento e tantas colmeas que Rendião pera a dita Igreja* (1548).

No seguinte período focado, entre 1566 e 1580, salientam-se desde logo diferenças, relativamente às décadas precedentes. Eram já publicadas provisões do Cardeal Arcebispo D. Henrique, catecismos e livros cultuais e as Constituições de Évora e Miranda (1563-1570). Estão em difusão as matérias das prescrições de Trento, determinando corpos de doutrina com novos dogmas e artigos de fé, evidenciados no campo aqui definido como *Doutrina, Culto e Moral*.

A implementação destas determinações implicava vivências e procedimentos por parte dos fiéis, quer no âmbito do culto, quer na condução das suas próprias vidas.

Veio a reflectir-se também nos outros domínios, uma vez que tudo o que respeita aos espaços do culto e suas componentes, por sua vez, decorre dos princípios emanados da doutrina e das definições da liturgia.

[...] *por esta freguesia ser grande e hir em muito crescimento* (s.d.1568-77, I.14).

Importa agora destacar o factor de ordem local que marca os conteúdos das visitas e terá polarizado, por certo, a vida da população desta freguesia, ao longo do tempo em que decorrem as visitas. Trata-se da recomendação, expressa pelo visitador, de construir uma nova matriz, Tendo sido, desde logo, definidas as primeiras derramas e o respectivo montante (de vinte mil reais), o visitador de 1582 determina mais uma *finta* a somar-se aos valores anteriormente arrecadados, perfazendo *setenta mil res* (1582, 19v).

Em 1587, os vizinhos são pressionados para que:

[.] *comesem a edificar a dita igreja no dito lugar do fratel no lugar que lhes foi asinado pelo governador que foi deste bispado ou aonde elles fregueses com o official da tal obra asantarem ser millor [.] o que compriram os ditos fregueses sob pena de excomunham e dé vinte crusados para seé e meirinho* (1587, 22).

Em 1614, com a nova igreja em construção e a sede da paróquia já localizada na aldeia do Fratel, desde 1592³⁵, procura-se obter o missal que siga os novos cânones:

De nouo mandarão ate o Natal seguinte por hum missal dos novos com pena de trezentos [reaes] (1614, II.10v).

Atravessa todos os registos o percurso dessa edificação, que se inicia com a decisão e a ordem e continua com a recolha de fundos em sucessivas ocasiões. Acompanha o árduo trabalho da própria construção e seus reveses, e ainda o necessário aprovisionamento em ornamentos, mobiliário e alfaias litúrgicas.

Na cuidada ordenação dos espaços sagrados, introduzem-se os altares de novos cultos, criando-se as confrarias respectivas, que estruturam a participação dos fregueses.

³⁵ Segundo a tradição oral, a igreja matriz veio a construir-se em terreno confinante de uma antiga capela do Espírito Santo, referenciada em 1582, localizada no centro urbano da aldeia do Fratel. Essa capela permitiria receber a visita, no caso de não ser viável ainda a utilização da nova igreja, e terá sido demolida aquando da edificação da matriz. Quase em simultâneo com esta matriz, veio a ser construída uma nova ermida dedicada ao Espírito Santo, na orla sudoeste da povoação, no século XVII. Ao longo dos registos das visitas, podemos também seguir as vicissitudes desta obra e alguns episódios da sua utilização. Na figura 29 (p.108), apresenta-se a imagem que será, porventura, a originária.

O altar-mor é dedicado ao Santíssimo Sacramento, expressão maior do dogma da Eucaristia, e concentra grande empenho na sua elaboração, no douramento, bem como na encomenda de *vestimentas*, toalhas de altar e frontais, cálices e outras alfaias litúrgicas que durante décadas são objecto de encomendas referidas nos registos das visitas. São também criados *altares de fora*, localizados *para baixo do cruzeiro* (usando expressões utilizadas nos registos, para as localizações): das *Almas*, da *Senhora*, e do *Nome de Jesus*.

Figura 22. Igreja do Fratel. Capela-Mor e altares laterais



Foto: MJM

Além das atribuições ao longo da construção no séc. XVII, o edifício foi objecto de reparações e mudanças, no séc. XIX. Serão de origem o trono eucarístico, no altar-mor, bem como o retábulo central e os dois altares laterais.

Também originárias, serão a imagem (*de roca*) da Senhora do Rosário e uma imagem barroca de Santa Bárbara. Os retábulos de gosto “neo-gótico” dos altares de face, poderão datar de renovações do séc. XIX.

Consonantes com as directivas relativas aos sacramentos e à sua associação aos *ritos de passagem*, as orientações das visitas determinam paramentos e artefactos para uso nas cerimónias que lhes correspondem e conduzem à definição de componentes do espaço, como o baptistério e os confessionários. Também vestimentas e objectos são prescritos com toda a minúcia, no que se refere a materiais, tecidos e cores relativos aos tempos da liturgia. Na sua maior parte, define-se repartição de custos pelas confrarias, visto serem usados tecidos ricos, por certo de importação, e que são pagos no acto da encomenda.

É o caso, por exemplo, de repetidas alusões aos confesionários a adquirir, que implicam o uso diferenciado nos actos da confissão, consoante são respeitantes a homens ou a mulheres. Em paralelo, são dirigidas aos párocos indicações sobre catecismos e outros livros cultuais, a par dos *rituais* e *folhinhas* editados para servirem de guias da liturgia e no ensino das orações.

Os freguezes [.] poram nesta Jgreja hum dos catecismos dos senhores Arcebispos de Lxa D. Miguel de Castro ou do de Bragua D. fr. Bertholomeu dos Martires o qual liuro o p^e Cura lera e explicara a seus freguezes todos os dominguos do anno na estação (1611, II.8).

Ao fabricario [.] mando que ponha hũ ritual para a administração dos sacramentos ate o são Miguel sob penna de dous tostões [.] (1633, 45).

Em suma, todas as recomendações que pontuam o nosso documento decorrem das pormenorizadas descrições constantes nas Constituições, e realizam-se em consonância com a apreciação dos visitantes sobre os usos e procedimentos de párocos e fregueses. Preenchido de elementos arquitectónicos ou decorativos consonantes com o seu carácter sagrado, reveste-se de sentidos dirigidos à aproximação dos fiéis às normas da liturgia, tanto na ordenação geral do espaço, como no estilo maneirista expresso nos retábulos do altar mor e dos laterais, com alguns elementos de talha dourada.

Reportando-nos ainda ao quadro de referências de ordem “temporal”, é de atribuir à construção da matriz e seu aprovisionamento, o peso das menções nos domínios do “equipamento da igreja e ermidas” (Figura 21), o que é coerente com as fases da construção e das sucessivas aquisições dos *ornamentos*. Na verdade, é nas décadas de 40 e 50 do século XVII, que se intensificam as referências a questões de ordem material, coincidindo com as exigentes encomendas de paramentos, para as quais se tornavam necessárias as correspondentes derramas para arrecadar fundos.

A par dessas aquisições, não abrandaram os esforços relativos ao edifício. As linhas orientadoras dos visitantes estão sobrecarregadas pelos problemas de ordem técnica relacionados com a própria construção, documentando expressivamente as escassas competências locais para levar a cabo esse empreendimento. O facto é que, ao longo do século, persistem as atribulações na obra: logo em 1628, o visitante aponta o *sino quebrado*, que é renovado em 1630 e, em 1646, nova necessidade de *concertar os sinos*, que só estão *concertados* em 1660. Em 1666, a *igreja há mister consertada por mostrar ruina [...]* e ainda em em 1698 o visitante aponta para *estar por concertar a Capella*

mayor [...] as paredes e tambem os Retabolos colacterais... (II.150v), ficando-se sem mais informação sobre reparações. ³⁶

Figura 23. Pormenor da decoração do altar-mor



Foto: MJM

[...] retabolo do altar mor esta pintado e dourado e curiosamente e com perfeição (1625, 29v).

As matérias reunidas (longe de serem exaustivas) poderão transmitir o significado da construção da igreja paroquial do Fratel, como temática central das visitas registadas no documento em estudo, mobilizando não só recursos materiais providos pelos fregueses, mas também o seu consentimento e as suas motivações. Essa edificação constitui um empreendimento de desígnio religioso que dá expressão aos conteúdos doutrinários da Reforma católica e aos códigos de moral que se pretendem inculcar nas comunidades. As simbologias que lhes correspondem estão plasmadas, quer nos espaços demarcados, quer nas diversas linguagens dos textos, dos ornamentos e dos rituais litúrgicos: a “festa litúrgica”, mencionada por A. Dupront (op.cit, 133).

Por outro lado, este processo constitui uma empresa colectiva da população, um produto dos esforços de gerações, que atravessa a longa extensão do L.V. para responder aos problemas persistentes da sua reparação, sendo integralmente suportada pelos fregueses. ³⁷ Estas condições, no plano social e no plano simbólico, conferem à igreja edificada

³⁶ Em um dos degraus do adro, consta uma inscrição sinalizando “1898-1899”, relativa a obras então realizadas. Terá sido por essa ocasião que se edificaram os altares de face, ao gosto dos finais do século XIX.

³⁷ Nesta entrada, consta uma referência à condição do território da freguesia, quanto à concessão ao comendador da Ordem de Cristo de dispensa de sustentar as igrejas da paróquia, a qual não cabe aqui analisar [...] e porque este pouo esta obrigado a toda fabrica, assim de fora como da cappella, e estarem os tempos miseraueis [...] (1666, 92v). Ao longo do L.V. podemos encontrar outras do mesmo teor, como por exemplo: [...] o Comendador esta desobrigado por sentenca de fabricar esta Igreja [...] (1566, I.07v). Também vimos a conhecer a renda anual paga à Ordem, de 3 000 reais (1628, II.38v).)

um sentido axial da vida comunitária. Mais do que formar uma ideia quantificada a seu respeito, a sinalização destes conteúdos facilitará alargar horizontes, levantar interrogações e conduzir a outros caminhos de pesquisa.

Figura 24. Sino grande da Igreja do Fratel.



Foto: João Fradique

Numa das raras alusões aos sinos, ordena-se: *farão hũ sino em lugar do quebrado do tamanho e peso do outro* (1628, II.38), o que se dá por *cumprido* em 1630 (II.42).

Dos três sinos actualmente existentes, porém, apenas é possível alcançar a vista da data de dois deles: um de 1792 (na imagem) e outro de 1851.

4.2. ... ao serviço de Deus, e culto diuino prouí, e mandei...

O título do presente tópico serve-se de uma expressão regularmente enunciada no início das visitas, formulando o desígnio da missão do visitador e configurando o seu mandato perante os fregueses. Pretende-se reunir elementos sobre os papéis dos protagonistas na visitação - visitadores, párocos e fregueses-, a partir das suas posições institucionais no âmbito da visita pastoral à paróquia, num período histórico em que se reforça o poder institucional da Igreja e se cruzam tensões e grupos sociais com estatutos desiguais.

4.2.1. Os visitadores na paróquia: a presença da diocese da Guarda

No último quartel do século XVI, a Igreja veio a constituir (como já referimos em tópico anterior) “uma rede extremamente densa” de subdivisões, com órgãos administrativos e tutelas de diversa ordem (Paiva, 2000.2, 187).

Na sequência das determinações do concílio de Trento, a organização reforçada das visitas pastorais (com um historial provindo de séculos anteriores) representou uma presença activa de informação e autoridade nas comunidades, que cimentou a instituição eclesial. Os visitadores seriam também, para as populações visitadas, a face visível dos

princípios e dos cânones religiosos. Uma longa sequência de registos, como a que é objecto do presente estudo, documenta vários aspectos desse processo (Anexo IV. *Visitadores, Bispos, Escrivães e Párocos*).

As *Constituições de Coimbra* de 1591, as primeiras que desenvolvem conteúdos detalhados sobre as visitas, incluem vários títulos relativos às condições e qualidades dos visitantes. Destacamos a passagem seguinte:

[...] *que sejam todos os que ouuerem de visitar, Sacerdotes, de idade de quarenta annos ou pouco menos, Doutores ou Lecenciados, ou ao menos bachareis em Theologia ou Canones, pessoas graues, e de autoridade, os quais não fossem accusados de algũ crime ao menos escandaloso [...] mas de fama boa, de vida exemplar, e reformados nos costumes, sobrios, castos, e charidosos, para que não somente cõ a palaura, e doutrina, mas com o exemplo de sua vida emendem e reformem os outros. Constituições de Coimbra, 1591, Titº 30. I. Das Visitações e Visitadores. fl. 170*

É de registar que o articulado determina condições respeitantes, quer a níveis de formação, quer a competências, apresentando traços de carácter que sirvam de modelo junto das populações. (Anexo II. *Visitadores, Bispos, Escrivães e Párocos*)

Quando percorremos a lista de visitantes que contactaram com a freguesia do Fratel reconhecemos, na sua apresentação, que grande parte deles tinham graduação em estudos canónicos e exerciam cargos no mais elevado nível da diocese, como no âmbito do Cabido:

- *vigario gerall no ispiritual e no tenporall en todo ho Bispado da Guarda* (1538-39);
- *Capelão do Senhor dom Jorge de mello, bispo da guarda* (1541-44);
- *conego lente da sagrada escriptura na se deste bispado e visitador nelle* (1582, 1587);
- *Conego prebendado na See da Guarda* (1599, 1617, e todos os visitantes entre 1641 e 68, e de 1685 a 94);
- *Dezembargador juiz dos Rezidos Vizitador Ordinario neste Bispado da guarda* (1611);
- *conego doutoral na see da Guarda, Protonotario Apostolico visitador ordinario deste bispado e Arciprestado de Castell Branco* (1633);
- *Comissário do Sto Officio* (1639, 1700-01-03-10);
- *Conego Magistral na see da Guarda Provisor nella e seo Bispado e vizitador ordinario o presente anno no districto de Cast. Bº* (1706);
- *dezembargador da meza do despacho, vizitador ordinario o presente anno no districto de Cast. Bº* (1709).

Em meados de seiscentos, alguns visitantes incluem, na sua apresentação, a qualidade de “comissário” do Santo Officio (1639, 1684, 1700-01-03-04), um deles “familiar” (1710). Apresenta-se também um escrivão como “nobilizado” (1699). O caso do

visitador de 1608 é digno de nota, por ilustrar um itinerário de vida. Trata-se do *Licenciado Gaspar do Rego da Fonseca, Prior da Parochial igreja do lugar de loriga visitador geral neste bispado da Guarda* (1608, II.5), com um percurso de eclesiástico sempre em exercício de magnas funções, mesmo pertencendo a uma família “na qual não corria sangue do mais nobre” (Paiva, 2006, 433). Desde a prelatura de D. Afonso Furtado de Mendonça (1610), participou em estudos e redacções preparatórias das Constituições da Guarda que apenas foram editadas em 1621, sendo já D. Francisco de Castro o bispo titular ³⁸.

A este visitador já fizemos referência anteriormente, pela sua relevante intervenção, na visita de 19.05.1608, na organização dos escritos da paróquia. O registo dá também a conhecer o seu papel na regulação de desentendimentos sobre tarefas no serviço da igreja, e ainda sobre alegada falta de diligência do pároco, no exercício das suas funções. Dando continuidade a esta acção, regressou à freguesia, dois meses depois da visita desse ano:

[...] *vindo acudir a dissensam, que hauia nesta igreja sobre cura, achey aos fregueses pouço obedientes aos mandados do S^{or} Bispo* (1608, II.07).

A sua visita abrange um leque alargado de assuntos e não deixa de mediar a comunicação entre o pároco e os fregueses, o que o leva a considerar deficiente a execução das tarefas necessárias na freguesia. É esse o caso de uma *demanda que pendia sobre mandar arranjar os sinos*, estendendo-se ao problema de quem assegura o toque do sino, para o qual dita a sentença salomónica de:

[...] *sob pena de dez cruzados cada hum que em quanto durar a demanda tangião os ditos sinos aos meses, scilicet o Reverendo Vigairo mandará tanger hum mes, e o juiz da igreja tangera outro e assi o farão alternatim todo o anno* (1608, II-6).

Este recorte contém a mais antiga referência aos sinos da nova igreja (referidos no plural), enquanto decorriam ainda obras estruturais da construção (Figura 24).

Um numeroso conjunto de visitantes é constituído por priores ou vigários de freguesias importantes, como sejam: o Prior de S. Pedro de Penamacor, o qual exerce

³⁸ Pinharanda Gomes traça o percurso de Gaspar do Rego, que se inicia com estudos canónicos em Coimbra e, com valor já reconhecido, exerce em seguida funções de visitador geral na diocese da Guarda, vindo a ser nomeado vigário geral e cónego. J.P.Paiva apresenta-o como figura destacada nas sucessivas prelaturas de D. Afonso Furtado de Mendonça na Guarda, em Coimbra, Braga e Lisboa, onde o nomeia bispo auxiliar, como *Bispo de Targa* e deputado na Inquisição de Lisboa. A carreira eclesiástica de Gaspar do Rego terminou como (cont. de 1) Bispo do Porto, tendo morrido em 1637. (Gomes, 1981, 131; Paiva, 2006, 433-4; *Bibliotheca Lusitana*, II, 167; *Colecção dos documentos ... Academia Real da Historia Portugueza*, 1725).

como *visitador no bispado* (1587), ou sucessivos Vigários de Idanha-a- Nova (1618, 23, 25, 27, 36), de S.Silvestre da Covilham (1625, 27), de Aldea Nova das Donas (1624, 26, 29, 31, 34, 36). Alguns destes eclesiásticos estavam adstritos, como visitantes, aos arciprestados do *districto*: como os de Castello Branco, Penamacor e Monsanto (1616, 1650, 1692-94-99). Há ainda os que se apresentam como *arciprestes* nesses mesmos territórios eclesiásticos (1547, 1548, 1566, 1625 e 27, 1628, 1635, 1636, 1695, 1698, 1700).

Várias destas figuras repetem as visitas, beneficiando, porventura, de um conhecimento continuado das comunidades, para melhor compreender procedimentos, dificuldades e esforços, ou para intensificar o rigor das determinações. São esses os casos do *Licenciado* Joam Gil da Costa, que na visita de 1611 se apresenta como *Dezembargador juiz dos Rezidos Visitador Ordinario neste Bispado da Guarda*, e voltou em 1615 e 1616, como *visitador ordinario*. Entre outros mais, em época posterior, conhecemos Simão Ruiz de Calvos, Prior S.Silvestre, Covilham (em 1625- 27), Manoel Dias, *prior de Aldea Nova das Donas*, que visitou 6 vezes a freguesia, nas décadas de 20 e 30 e Luis de Proensa, *Conigo Prebemdado na Se cathedral da Guarda Visitador ordinario em o dstricto de Castello Branquo*, no Fratel por quatro visitas entre 1659 e 65 ³⁹.

Com outra perspectiva, uma abordagem serial e comparada, na totalidade dessas sequências, permitiria revelar contornos da orientação prestada, consoante a posição dos visitantes, ou no quadro do cabido diocesano, ou em funções paroquiais no distrito de Castello Branco e seus arciprestados ⁴⁰. Mas de momento, importa considerar os focos da acção dos visitantes na freguesia, em relação com disposições que, formalmente, terão sido emitidas pelos bispos da Guarda, no tempo de duração do presente L.V. As marcas dessas determinações deverão ser interpretadas mais em relação ao exercício colectivo do cabido e dos sucessivos deões, especialmente ao longo do século XVI. Nesse século, deparamo-nos com a frequente inobservância de prelados que se mantiveram ausentes da diocese por extensos períodos, revelando-se bastante irregular a sequência dos bispos titulares, o que é revelado pela análise sequenciada das visitas do Fratel e dos seus visitantes

³⁹ Menções aqui transcritas em grafia da época.

⁴⁰ Joaquim de Carvalho e José Pedro Paiva afirmavam, em 1989, que “as visitas pastorais portuguesas esperam ainda estudos sistemáticos que rentabilizem a sua excepcional riqueza no campo da história social e das mentalidades”, apontando diversos ângulos de investigação que poderiam tirar partido dessas fontes (1989, 27).

Na entrada da época moderna, estava instalado um modo de designação dos prelados com base na sua estirpe real ou na pertença aos mais elevados graus da nobreza, sem cuidar da sua preparação para o cargo ou, sequer, da sua idade e condição eclesiástica. Estas condições associavam-se a modos de vida bem longe da espiritualidade e rigor adequados à vida em religião e que, aliás, não diferiam do panorama de outros países em que se praticava o culto da Igreja Romana (Paiva, 2006, capº 2, 111-128).

Quando se iniciam os registos do Fratel aqui estudados, o Bispo é Dom Jorge de Melo (1519-48), que nunca se estabeleceu na Guarda, por desentendimentos relacionados com a sua nomeação como Bispo dessa diocese. Instalou-se a viver em Portalegre, onde se manteve até ao fim da vida⁴¹. Seja dito ainda que resistiu a advertências transmitidas pelo Papa, que lhe aplicou, por fim, a excomunhão. Este facto não impediu que, enquanto viveu, mantivesse a titularidade do bispado da Guarda, como se verifica nas menções que se lhe referem nas fórmulas de entrada das visitas paroquiais. O seu mandato dura 29 anos o que, no lapso de tempo dos registos do Fratel, constitui a mais longa duração de prelatura.

Ainda no século XVI, mais outros dois bispos têm prestações irregulares dos seus mandatos. D. João de Portugal, doutor em cânones, que tomou posse como bispo em 1566, desentendeu-se com o Cardeal D. Henrique e deixou a diocese entregue ao provisor, passando a residir em Abrantes. D. Manuel de Quadros, instituído Bispo da Guarda em 1585, também ele se retirou, por diferendos com o cabido da Sé⁴².

Neste enquadramento, que configura um vazio de orientação durante longos períodos na diocese da Guarda, é pertinente a interrogação quanto ao cumprimento da missão eclesiástica do bispado e, mesmo, quanto à sua coesão interna. Perante a descontinuidade da figura episcopal, um olhar pelo conjunto de visitantes dos finais do séc XVI e de XVII permite reconhecer do seu lugar na hierarquia, o elevado nível das suas qualificações, e a constância de figuras oriundas da região, facilitando a aproximação às dispersas paróquias de comunicações difíceis.

⁴¹ Pinharanda Gomes afirma que a posição deste eclesiástico, quanto à sua residência, “contribuiu de forma decisiva para que Portalegre, território diocesano até 1549”, viesse a constituir uma diocese autónoma, em relação à Guarda (Gomes, op.cit., 158).

⁴² D. João de Portugal, tendo sido partidário do Prior do Crato, não esteve presente nas cerimónias de proclamação do rei Filipe I, em 1581, o que lhe valeu a deposição e a prisão em recolhimento num convento, em Espanha, cerca de 1590. D. Manuel de Quadros, Canonista, reitor da Universidade de Coimbra e bispo de Viseu, de onde passou para Bispo da Guarda, veio a retirar-se para uma sua quinta no Vale do Tejo, onde morreu, em 1593 (Paiva, 2006, 210-341 e Gomes, 159).

Bispos visitantes

No longo período de registos que analisamos, encontram-se quatro visitas realizadas por Bispos, sendo que duas delas têm a presença do mesmo bispo, em 1543 e 1545, ainda que não seja bispo titular da diocese da Guarda ⁴³.(Anexo. 5. Sumários das Visitações de Bispos da Guarda em 1686 e 1697.

(Anexo IV. *Sumários das Visitas de Bispos da Guarda em 1686 e 1697*).

O visitante de 1543 apresenta-se como *dom beltesar bispo de lora que hora temos carreguo de visitar este bispado da guarda* (1543, I.04). Seguidamente, dá-se como *Dom Beltasar de Vitória Bispo de Lora que hora temos carreguo de visitar este Bispado da Guarda* (1545/46, I.05v) Não dispomos de elementos biográficos consistentes a seu respeito, a não ser que seria bispo auxiliar de Évora, junto do Arcebispo Cardeal Infante D. Henrique, então investido no arcebispado de Évora ⁴⁴.

Os assuntos tratados são os que se tornaram constantes, e que sobressaíam dos desígnios da hierarquia, quanto à normalização do culto e dos espaços sagrados. O visitante aponta também para a manutenção do edifício e das alfaías litúrgicas, bem como para o governo dos bens da igreja e o seu rendimento

[...] *hũ guarda po de linho com franjas brancas; hũa vestimenta de seda perfeita com sua alua ate primeira visitação sob pena de j^M reaes [...] e a seda sera damasco azull bom;* (1543, I.04).

[...] *Mando aos fregueses - alinpem as nodas da cruz ... concertar a vestimenta de chamalote, ponhão hũas toalhas no alltar;* (1545/46, I.05v). [sublinhados do manuscrito]

[...] *mando ao cura sob pena de ij^C reaes que não consinta abrir couas na dita Igreja ate primeiro lhe não paguarem as ditas couas ou poerem hũ penhor para se pagarem as ditas couas* (1543, I.04v).

[...] *aos fregueses que guarneção a Igreja de madeira telha [.] per os lugares h onde for neçesario te primeira [.] pena de iij^C reaes* (1545/46, I.05v).

⁴³ Do século seguinte, focamos as visitas dos Bispos Dom Frey Luis da Silva, em 1686, e Dom Rodrigo de Moura Teles, em 1697.

⁴⁴ D.Baltazar foi bispo auxiliar de Évora, com o Arcebispo Infante D. Henrique, e daí enviado em missão, em 1549, à diocese de Angra, cujo bispo esteve ausente mais de uma década, segundo M. Leonor Cruz (1994, 103). Esta investigadora atribui-lhe o nome de Baltazar de Sousa ou de Évora, com base em informação de A. Caetano de Sousa. Também a *Colecção dos documentos ... da Academia Real da Historia Portuguesa, Ordenada por M. Telles da Silva* (M DCCXXV, p.303), analisa hipóteses para a atribuição do título de Lora, admitindo enganos na escrita, entre Évora ou Leiria, por Lora. Por sua vez, Jorge de Alarcão elabora uma “cartografia histórica”, procurando localizar uma povoação assim chamada, levantando hipóteses na área da faixa litoral do Oeste, e até apontando que poderá ser essa a origem etimológica de “Leiria” (Alarcão, 2008, 112-115).

É de salientar a minúcia com que se enumeram as *vestimentas* e panos de altar a adquirir por encomenda, decerto vindos de longe e desconhecidos dos camponeses, introduzindo tecidos nobres que conferem solenidade à liturgia. Nestas visitas, são escassas as matérias directamente relacionadas com o culto ou a doutrina, apenas se detendo na obrigação do cura quanto à regularidade da missa. Na verdade, ambas se focam nas reparações do edifício, na manutenção dos espaços e nos meios de assegurar a recolha e a regulação das rendas e dos bens da igreja.

Lançaremos ainda um olhar sobre as visitas realizadas pelos dois únicos bispos titulares da diocese da Guarda, de que conhecemos a presença nesta freguesia, já nos finais do século XVII ⁴⁵. A leitura comparada das visitas destes dois prelados (Anexo xxi Sumários das Visitações de Bispos da Guarda) oferece uma perspectiva sobre a continuidade e até o reforço das matérias canónicas prioritárias, visto que são as transmitidas pelos visitantes de mais elevado grau hierárquico, cerca de um século e meio depois das determinações emanadas do Concílio de Trento.

O primeiro desses bispos realiza a visita em 1686 e é esta a sua identificação:

Dom Frey Luis Silva, por merce de Deos e da Sancta Sé apostolica Bispo da Cidade e Bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade e ett^a (1686, II.124).

Os traços biográficos que dele pudemos recolher mencionam a sua condição de religioso trinitário, e o seu exercício como bispo de Lamego, próximo das populações e empenhado no ensino da doutrina. Toma posse como bispo da Guarda em 1685, de onde sai para a arquidiocese de Évora em 1691, onde morre em 1703 (Gomes, op.cit., 163). Segundo J. P. Paiva (2006, 473-4), no seu percurso episcopal residiu sempre nas respectivas dioceses, manteve vida frugal, e centrou-se na acção pastoral. Em paralelo, esse percurso não foi alheio às relações nas margens do poder, como era de conveniência nos meios sociais e políticos da época.

O segundo bispo da Guarda a realizar a visitação é assim apresentado no registo:

⁴⁵ Em 1639, é interrompida nos registos a identificação dos prelados da Guarda, sendo substituída pela menção “sede vacante”, e apenas retomada em 1683, com a referência a D. Martim Affonso de Mello. Este hiato deve-se, em 1º lugar, à morte do bispo Dinis de Mello e Castro (em 1640), seguida do longo período de 30 anos depois da Restauração, durante o qual a Santa Sé não homologou as propostas de bispos apresentadas por Portugal. Nesta sequência, é de notar, ainda, a lacuna de 25 folhas, com as correspondentes visitas.

Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos, e da Sancta Sé Apostolica Bispo deste Bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade que Deos Guarde e seu sumiller da cortina ett^a (1697, II.139).

Formado como canonista, foi reitor da Universidade de Coimbra e, em 1694, confirmado como bispo da Guarda, tendo efectivamente ocupado o lugar em 1697, ano em que realiza a visita pastoral no Fratel. Devem-se-lhe obras de reparação na Sé da Guarda, danificada com as lutas da Restauração (Gomes, op.cit., 164) ⁴⁶⁴⁶

Nas visitas do Fratel, e claramente em ambas as realizadas por prelados que se analisam neste tópico, as temáticas com ênfase especial são as que se dirigem ao cumprimento de práticas religiosas, as quais referenciam todas as áreas da participação dos fiéis. Abrangendo as recomendações, está o propósito de *salvação das almas*, sempre presente nas constituições pós Trento e expresso nas fórmulas introdutórias das visitas, desde 1619 a 1628. Desenvolvendo-se a partir dos cânones das Constituições, é constante no nosso documento a atribuição aos párocos da missão essencial de transmitir aos fiéis as matérias de fé, que estes necessariamente assumiriam, na base de *consentimento* que consolida o relacionamento pastoral.

A mais antiga expressão relativa a essa missão data de 1566, e a minúcia das recomendações do visitador vai em paralelo com o texto canónico.

[...] *sob pena de jM reaes Cura ensine a doutrina com muita Diligencia todos hos dias de sua hobrigação e castigue os que não mandem seus filhos...*(1566, 08v).

Reforça-se continuamente a recíproca obrigação dos fregueses, que se estende a [...] *mandar seos filhos e criados a doutrina* (1700, 154). O que podemos identificar nos capítulos das visitas, especialmente nas de ambos os Bispos, é a dupla explicitação, para orientação dos párocos, de garantir a ortodoxia das matérias e de assegurar uma liturgia da oração, como é definida por Dom Rodrigo:

[...] *as ladainhas a Nossa Senhora nos Sabbados de tarde antes das Ave-marias... e outrosim nos Domingos ... ensinará a doutrina christã a seus // Freguezes e explicando lhes, que ha folhina que deixamos, os misterios necessarios para a saluação*

⁴⁶ O Bispo *Dom Rodrigo* integrou o Conselho de Estado (Gomes, op.cit., 164 e Paiva, 2006, 500) e foi sagrado Arcebispo de Braga em 1703. J.P. Paiva cita passagens de um dos elogios fúnebres na ocasião do seu funeral, em que são salientadas grandes virtudes, sentido de caridade e frugalidade (Paiva, op.cit. 137). Cabe também referir a influência deste prelado na criação de instituições religiosas em Braga e na renovação arquitectónica e cultural da cidade, que constitui uma marca histórica da arte barroca. Congresso «*Sete castelos: Congresso de homenagem a D. Rodrigo de Moura Teles*», promovido pelo Instituto de História e Arte Cristãs da Arquidiocese de Braga, destinado a reunir investigação e conhecimento sobre o legado de D. Moura Teles (Braga, 2017),. http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=1004&lang=1&artigoID=3033

de suas Almaz [...]; como tambem a estação da missa conuentual lerá a seus Freguezes os capitulos de nossas Constituições [...] (1697, 139-139v).

No longo período que abarca a segunda metade do século XVII, abrangido pelas visitas, os párocos foram Thomé Esteves (pároco nos registos entre 1659 e 1697), Pedro Dias Carepo (pároco entre 1698 e 1699), e Manuel Dias (entre 1700 e 1711).

(ver Anexo II. *Visitadores, Bispos, Escrivães e Párocos*)

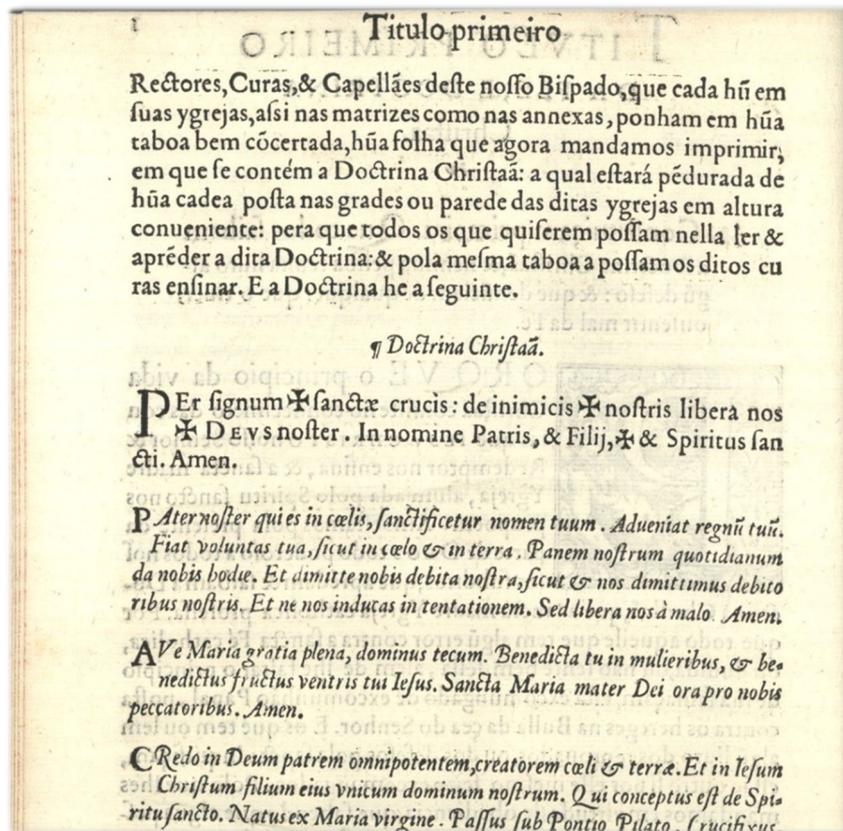
Apresentam-se dois exemplos de destaque da sua acção: o do louvor ao P^e Cura Thome Esteves, pelo visitador Manoel Falcam e o louvor ao P^e Cura Manuel Dias, pelo visitador Bento de Oliveira Mesquita, Comissário do Santo Offício, referindo também os critérios .

[...] ensina a doutrina Christãa e canta com elles a ladainha da Virgem na forma que per sua Ill^{ma} lhe foj mandado o que muito lhe louuo, e encarrego continue neste tam louuavel exercicio, em que cumpre como seruiço de Deoz e obrigação de seu cargo - esta a Igreja decent^e ornada [...] (1689, 127v).

[...] satisfas a sua obrigaçam de Parocho ensinando a doutrina a s/ freguezes; e cantando a Ladainha a N^a Sra [...] (1701, 154v).

Conhecendo-se o valor e a força da tradição oral e da transmissão de saberes pela participação familiar e comunitária, na época que estudamos, importa reconhecer qual o papel atribuído pela Igreja a esse modo de expressão. Seguindo a interpretação de J. P. Paiva, a importância da crença é a base do “acatamento da disciplina da Igreja, com o valor fundamental dos sacramentos impedindo que os leigos «disputassem» sobre matérias de fé, com a estrita observância da ortodoxia” (Paiva, 2000, 15). Também as considerações de Dominique Julia nos permitem reforçar a ideia de que o *conhecimento da doutrina* requerido pela autoridade eclesiástica da Igreja Romana, “decorrendo da cisão decisiva nos tempos modernos”, se representava em “comportamentos aptos a atestar uma pertença social” (Julia, op.cit.,165). O que se infere de numerosas referências no nosso documento é que o “ensino da doutrina” consiste numa transmissão de fórmulas (ou de narrativas), em que aos fiéis compete a sua memorização passiva, a replicar nas celebrações do culto. Não se configura o exercício da espiritualidade, ou acções de divulgação bíblica que foram o cerne da doutrinação das igrejas luteranas. Estas condições representam um quadro favorável a uma postura de passividade aos fregueses, consentânea com o critério de obediência que guiava a relação da Igreja com os fiéis.

Figura 25. *TITULO PRIMEIRO DA FE E DOCTRINA*



Constuição segunda. Que em todas a Ygrejas haja hũa taboa
(Constituições synodaes do bispado de Miranda, 1565. Tit.I., fl. 1v- recorte)
 A cruz inserida no texto indica os momentos em que se deve fazer o “sinal da cruz”.
 No final do enunciado: *Segue a Bençãam & orações em linguagem.*

O controle dos tempos, dos espaços e dos comportamentos

A organização e o calendário do ensino da doutrina vem preencher sábados e domingos, conjugando-se com as cerimónias litúrgicas. O visitador não deixa de reconhecer as dificuldades de uma população de camponeses, em compatilizar os tempos de *doutrina* com as suas lidas, que implicam demoradas e penosas deslocações a pé, desde povoados que distam da sede de freguesia, entre 4 e 10 km, por caminhos acidentados⁴⁷. Assim, propõe-se que o pároco tenha em conta essas condições, na marcação das sessões:

[...] *por nos constar os muitos lugares que esta Freguezia tem, e estar espalhada*
 [...] *ordenamos e mandamos que os Freguezes moradores nos lugares desta freguezia mandem seus filhos, e Pastores alternatiuamente aos Domingos à esta Igreja à ouuirem missa, e aprenderem a doutrina christãã... pella ordem, e maneira que o Reverendo Parocho desta Igreja lhe declarar, para que não fiquem faltando ao que são obrigados, nem à assistência doz seus gados, e lauouras [...]* (1697, II.139).

⁴⁷ Ver mapa da Figura 1

A marcação de acções catequísticas vem a preencher sábados e domingos, se tivermos em conta os tempos de percurso a pé e, assim, o tempo da religião vem a moldar as vivências pessoais e sociais, alastrando para os pesados tempos do trabalho rural. Na verdade, são os visitantes (e, por maioria de razão, os bispos) que orientam a sua acção para moldar os fiéis no sentido de “cristianizar: o controle do espaço e do tempo”, segundo a doutrinação da ordem tridentina desde a sua fase inicial, no século XVI (LÓPEZ y SÁNCHEZ, 2012, 1333). O *controle dos tempos* é formalizado, aqui, à escala da semana, ocupando o sábado e acentuando a importância do Domingo. Está em sintonia com o que os mesmos autores designam por “introduzir a religião na quotidianidade” (Id. 1332). Este princípio traduz-se, tanto na escala semanal, como na dimensão anual, pelos tempos litúrgicos, constituindo um calendário que vem a incorporar as festividades das tradições ancestrais que demarcavam o decurso do ano.

Por outro lado, a dignidade dos *lugares sagrados* é igualmente um desígnio de Trento que atravessa todos os registos. Dom Rodrigo de Moura Teles é particularmente expressivo nessas recomendações, utilizando o termo de *decência*, ao reportar-se a obras de reparação ou de manutenção dos edifícios ou componentes decorativas e simbólicas:

[...] *o Parocho desta Igreja tenha grande cuidado se as Ermidas que estão no lemite desta freguesia estão decentes, e com boaz portas [...]* (1697, II.139v) espaço abaixo

[...] *a ditta Capella mor se conserte de modo que fique decente, e segura: e se Reboquem as paredes della onde necessario for, e se caheyem; como tambem as paredes da mesma Igreja;* (1697, II.140v)

[...] *e se forre o tecto della por ser mui irreuerente e indecente que esteja Christo sacramentado em huma каза de telha vã;* (1697, II.140v) ⁴⁸

Quanto aos fregueses, é Dom Rodrigo que continua a enfrentar a questão dos lugares na Igreja, a qual provém do século anterior e continua a ocupar as preocupações dos visitantes.

[...] *contra a decencia do genero femenino se sentão as Mulheres nesta Igreja logo a porta principal; ordenamos, e mandamos asim por esta razoens, como por outras que consideramos, que as Mulherez se sentem das portas traueças desta Igreja para sima athe o arco da Capella –mor della; e os Caxoens, e Bancos se mudem das portas trauesas athe a porta principal, parte adonde os Homens estarão;* (1697, II.141).

⁴⁸ Documenta-se, nesta passagem, que alguns remates significativos do edifício da igreja matriz permanecem sem conclusão.

O controle dos comportamentos nos actos do culto e nos espaços sagrados é particularmente expressivo no que se refere às mulheres, a quem se exige comportamentos do maior recato. Ainda na mesma visita, Dom Rodrigo adverte:

Por se euitarem alguns inconuenientes que consideramos podem suceder na administração do Sacramento da Penitencia; ordenamos, e mandamos ao Reverendo Parocho desta Igreja, ... não confessem Mulher algũa de qualquer idade, [...] fora, do Confessionario se não pelas gradinhas delle, e não por outra, nem em outra parte [...] (1697, II.140).

[...] terão muito cuidado de que no tempo que se forem consertar os Altares, ou aLampadaz // delles se tratem as Mulheres em todo acatamento (1697, II.141-141v).

É comum aos dois prelados o propósito de regulação da autoridade e disciplina, dirigida, tanto aos párocos como aos fregueses, e incidindo em vários domínios. A *compostura* que se espera dos clérigos é uma questão muito presente nestas últimas décadas de seiscentos:

[...] aos mesmos Clerigos mandamos sob pena de suspensão de suas ordens, ipso facto incurrando, que quando forem a Igreja, para dizer missa vão compostos e com volta, e não com lenços ao pescosso... (Frey Luís da Silva, Carta Pastoral, 1686, II.125).

Em visitas anteriores, recomendações de outros visitantes, com idêntico sentido, exprimem-se em relação a uma diversidade de comportamentos, nas cerimónias litúrgicas. Em 1566, o visitador anuncia ordem do bispo para que homens e mulheres ocupem espaços separados na igreja, matéria ainda presente em 1591, p.I.23v. Alguns anos mais tarde, espanta-se com o facto de que:

[...] esta igreja não se conforma das outras todas do bispado aserca dos asentos dos homens e molheres (entre 1569 e 1576, p. I.13).

Em paralelo, estendem-se as repreensões sobre comportamentos pouco ordenados na missa, questão que há-de perdurar até às últimas visitas constantes deste livro, desde a visita de 1566, continuando em 1647, p. II.6; 1649, II.66; 1651, II.70;

[...] fui enformado que hos leigos se metem na Cap[ela e] fazem muita turvação a missa”; e outros, “hos que tirão peditorios fazem muita turuação (1566, I.08).

Apontam-se ainda abusos na utilização de bancos e utensílios pertencentes à igreja, convivência ruidosa nos adros e outros usos impróprios para espaços de carácter sagrado, como também os divertimentos nas festas religiosas, como na importante romaria da *Senhora do Castelo*.

Reprezentousseme o grande damno e perjuizo e ainda perturbacoins que avia de se balhar e fazer farcas nas Ermidas desta freguezia como ha pouco sussedeo na de nossa Senhora do Castello e enformando me com Constituição que as prohibe e principalmente bailando homens com molheres e de noute o que he muito prejudicial por se dar ocasião a majores ruinas [...] mando que daqui en diante com pena de ex Comunham major e de dez cruzados [...] que nenhũa pessoa de qualquer calidade que seia baile com molheres juntamente [...] ermidas nem se consenta baillos ainda somente homens ou molheres de noute mas antes encomendo ao parrocho tenha nisso particular cuidado e os moradores dos montes deante as tais ermidas os tirem as tenham de noute fechadas sob a pena de quatro mil reaes. (Visitador João Ferreira, 1683, II.120)

Figura 26. Capela e terreiro da Senhora do Castelo



Foto de um antigo bilhete-postal editado por Domingos Alves Dias (Açafa online, nº1,2009, capa)

As mulheres são um motivo especial de restrição, quanto a qualquer comportamento, mesmo sendo em acções de manutenção e cuidados da igreja:

Tem o Illustrissimo Senhor Bispo prohibido, que as molheres de noite não corraõ as igreias nas estacois da quaresma depois de sol posto, e para que isto se guarde com mais perfeição lhes mando sob pena de escomunham ipso facto incurrenda asi o cumprimento per obuiar alguns inconuenientes que podem succeder e como nos tem mostrado a experiencia tem sucedido.

(Visitador: Frei Antonio Fernandes, 1636, II.51v)

[...] se me fes queixa, que em caza de Fregueses da Igreja onde se fas a barba se fas tal falaria que se perturba o sacerdote que esta dizendo a missa do dia em os Domingos ou dias sanctos porquanto mando ao Reverendo Padre Cura pergunte por seus freguezes a estação da Missa na forma da Constituição e constando lhe que o barbeiro na hora da procissão faz barba alguma lhe leuara de comdemnação duzentos reis para a fabrica da Igreja, e assim mais lhe leuara a ditto Comdemnação achando a Rua com agoa que lanção da ditto caza [...] (1695, II.138v)

[...] fizerão me tambem queixa que a porta da Irmida do espirito santo hião algumas pessoas jugar e fazer alguns officios profanos como he estender lans e officiais a trabalhar em seus officios por cuia causa esta o eirado desconsertado [...] (1691, II.130v).

Este quadro de informalidade dos moradores não se conformava com um ideal de uniformidade e contenção que as autoridades da Igreja pretendiam implantar. Nas Constituições de Coimbra de 1548, define-se *como e quando aueram lugar os peditorios* (Título xi, const. vi. fo. xxxiiij), tal como nas de Évora de 1565, o Título xxvii determina o “*modo que se deve ter acerca do rezar e dos officios divinos*” (Constituições de Évora, 1565, fo.lxxv). Ambos os textos canónicos se reportam a situações similares às que encontramos descritas e exprimem a aspiração da Igreja de “introduzir a religião na quotidianidade ” (López y Sánchez, 2012, 1332).

As repetidas menções testemunham, porém, a permanência de comportamentos enraizados nas pessoas, aos quais uma autoridade vem atribuir malefícios e impor transformações. Atestam a relevância que era dada à mudança de hábitos, no sentido da sociabilização dos fregueses numa cultura religiosa que lhes não era familiar. Emanuel Le Roy Ladurie, a propósito da aldeia *occitane* de Montailou, refere “certos problemas de sociabilidade política e religiosa” dos camponeses (Ladurie, 2012, 345). No artigo “A religião-antropologia religiosa”, Alphonse Dupront analisa como se estabelecem as “correspondências” e ajustamentos entre a “liturgia colectiva e (...) os ritmos de trabalho de uma sociedade agrária”, o que faz emergir o “conflito quase permanente entre a festa litúrgica e o campo” (Dupront, 1974, 122). O texto que estudamos documenta expressivamente essa dicotomia como que latente, numa sociedade que, na integração de um culto novo, é conduzida à mudança e até, à condenação de práticas ancestrais que tinham a sua carga simbólica própria.

As visitas dos bispos da Guarda à freguesia, através dos respectivos assentos, espelham as questões essenciais das “políticas de reforma católica” (Paiva, 2000, 15): o rigor na prática dos sacramentos, o respeito e a correcção nos actos e nos espaços do culto, alicerçando-se no conhecimento da doutrina e no disciplinamento social. Por outro lado, reconhecendo-se rigor e assertividade de ambos os prelados, Frey Luís da Silva (1686) aplica penas com dureza, apontando excomunhões a quase todas as determinações. Quanto a D. Rodrigo Moura Telles (1697) emite uma sentença, invulgar neste *Livro*, com o propósito de abrandar a severidade das penas:

[...] por se nos Repezentar, e sermos informados das muitas excomunhoes e suspensoens, que por nossos antecessores forão postas, assim por Pastoraes como por capitulos de vizitas, aos Parochos: e considerando nós o quam conueniente seria o Reuoga las para descargo das consciencias dos mesmos Parochos; ordenamos, e mandamos, e

hauemos por bem declarar // Por nullas, e de nenhũ vigor quaes quer excomunhões, suspensoens, e cençuras que por nossos antecessores são postas aos Parochos desta Igreja [...] (1697, 140-140v).

Outras matérias, provindas das determinações tridentinas e dos normativos das Constituições, são repetidamente tratadas pelos prelados que exigem rigor com *o assento dos Baptizados*, de modo a registar elementos sobre ramos familiares e assegurar, para o futuro, a pureza de sangue dos sacerdotes, requerida para conduzir as cerimónias do culto e dos sacramentos. As mais explícitas referem-se ao *baptismo, penitência*, A informação do L.V *e celebração da missa*.

Especialmente no longo registo da visita de Dom Rodrigo de Moura Teles, que é o mais extenso neste repositório de 93 visitas, são feitas recomendações sobre assuntos correntes da administração da paróquia, como as relativas às dificuldades e resistências *em darem contas os Mordomos das confrarias* (1697, 141), assunto que focaremos no tópico seguinte. Este Bispo ainda determinou a metodologia para assegurar funerais dignos, aos moradores nas pequenas povoações dispersas. Realizando-se a visita *em prezença do Reverendo Padre Cura, Iuis da Igreja, e mais justiças seculares, e da mayor parte dos Fregueses* (1697, 139), terá obtido informação sobre as condições de vida, numa freguesia com dificuldades de deslocação *per serem os montes muito dillatados* (1661, I.85). A estratégia de organização que definiu baseava-se na agregação dos povoados por zonas, para a aquisição colectiva de um esquife em cada uma delas, destinado ao transporte dos defuntos para a sede da paróquia, onde se realizavam os ritos fúnebres⁴⁹. Mais uma vez, o visitador (aqui o Bispo, perto dos fiéis), aponta direcções a seguir, sendo exigente em prazos e determinando penas que imprimem expressão à gravidade da falta. Como anotávamos atrás, o visitador exerce a autoridade doutrinária que lhe é conferida, mas também não descarta as condições dos fregueses e, consoante a sua implicação com a população, abre caminhos de solução para questões práticas da gestão da paróquia.

Invocando de novo a figura de Dom Baltazar, Bispo de Lora, que visitou o Fratel em tempo muito distante (1543 e 45 ou 46), é patente a diferença do seu modo de inter-

⁴⁹ É de referir que os defuntos eram amortalhados e assim enterrados, sendo o uso de caixão inacessível às famílias de poucos bens. Esta prática manteve-se até aos princípios do séc. XX (LOPES, 2011, 182-184). A organização definida com /pelo Bispo baseia-se certamente no conhecimento experienciado do território, pelos fregueses, e permitia fazer percursos a partir de cada zona, em condições de maior segurança e dignidade, com um esquife que seria reutilizado. As áreas de agregação correspondem, aproximadamente, às que constam do mapa da fig^a 1, como “percursos de 30 minutos”.

venção junto dos fregueses, relativamente aos dois bispos nas últimas décadas de seiscentos. Sendo embora exigente e atento às condições de pobreza e da deficiente conservação da igreja e dos seus bens, o exercício pastoral de Dom Baltazar é mais marcado pelos critérios da disciplina, da ordem e da sanção, ainda que a sua intervenção fosse de proximidade. Pela sua data, não tem as marcas da doutrina de Trento, associadas a uma visão renovada que determina a acção dos prelados do séc. XVII, e mantendo-se um tanto distanciado da acção comunitária na paróquia.

Nas figuras de Frei Luís da Silva e de Dom Rodrigo de Moura Teles (especialmente neste), reconhecemos traços delineados por J.P. Paiva, ao caracterizar a imagem do “bispo pastor”, personificando a concepção do “pastor responsável pelas ovelhas e pela diocese, em articulação com a faceta de juiz severo e paternal” (Paiva, 2006, 132). O compromisso com a consolidação institucional da Igreja, a fixação das práticas de “novos cultos” e da administração dos sacramentos, a “vigilância e emenda de párocos e fiéis através das visitas pastorais” (Ibidem), norteavam o *múnus* pastoral, assente numa vida pessoal sóbria e coerente com os princípios de que era portador.

O percurso que aqui traçámos, através dos conteúdos de visitas realizadas por visitantes de diversas condições e em diferentes datas, permitiu reunir elementos sobre papéis destes protagonistas e os conteúdos tratados, no quadro da administração diocesana e das suas prescrições. Conhecendo-se, porém, a irregularidade dos bispos titulares da Guarda no século XVI, época das novas exigências doutrinárias, será de retomar a questão apresentada no início deste tópico, sobre o modo como os desígnios da instituição eclesial se puderam disseminar e aplicar.

No conjunto dos visitantes e das respectivas posições no clero secular, podemos identificar a presença crescente de clérigos vinculados à província de Castelo Branco e, sobretudo nas décadas de 20 e 30 de seiscentos, frequentes visitas dos próprios arceprestes. Este processo demonstra a existência de uma rede actuante de arceprestados que assegurava a proximidade com os fiéis num território muito amplo e de difíceis condições de deslocação. Por toda a extensão das visitas em período da sé vacante (entre 1641 e 1682), há a presença continuada de membros do cabido da Sé, todos cónegos prebendados. Passado esse “vazio” episcopal, nas duas últimas décadas do século, retoma-se a presença de arceprestes ou de párocos da região, em alternância com altos dignitários da diocese, um cónego doutoral e um cónego magistral. Duas dessas visitas

são protagonizadas pelo bispo em pessoa, marcando a vinculação mais directa dos fiéis com a hierarquia.

O visitador desempenha papéis de natureza orientadora e correctora, apontando as faltas, quer as espirituais quer as temporais, estabelecendo sanções e prazos de cumprimento ou, em raras ocasiões, chegando a fazer um louvor. Estas posturas e prescrições estão em consonância com os desígnios de aculturação ou ajustamento a padrões de comportamento e ao disciplinamento social determinados pela Igreja.

4.2.2. O lugar dos fregueses: imagens da vida e do culto

Ao longo do nosso estudo, os habitantes da freguesia têm sido referidos na globalidade, enquanto “população”, “fregueses”, “fiéis” ou “laicos”. No presente tópico, reunimos os elementos da população de quem ficou registado o nome no L.V, uma vez que deles podemos vislumbrar uma acção concreta, no quadro da vida paroquial, ainda que em esfumadas imagens. A identificação dessas pessoas está, em geral, vinculada ao lugar onde habitam, na freguesia ou de fora, o que oferece informações sobre aspectos das dinâmicas locais, sejam as relações entre os povoados, ou seja a circulação na região e o conteúdo das funções exercidas no âmbito da organização paroquial e da sociedade local. De alguns sabemos a morada na freguesia, outros são designados como “forasteiros” ou “estrangeiros”. O propósito de abordagem é, agora, destacar essas referências, procurando interpretá-las, consoante o teor das observações dos visitantes a respeito da sua acção. Pretende-se também enquadrar os episódios de que são protagonistas, nas temáticas que nos têm ocupado, recorrendo, quando considerado oportuno, a outras passagens do Livro de Visitações.

O quadro completo dessas referências constitui o *Anexo V. Fregueses do Fratel e forasteiros: origem, profissão e episódio*. Na impossibilidade de no texto se abranger a totalidade das situações aqui reunidas, que resultaria em uma enumeração de conteúdo dispersivo, seleccionamos algumas em que se conjugam critérios que têm conduzido o nosso trabalho: as referências de natureza socio cultural e geográfica relativas a este território e matérias que respeitam à acção dos leigos no quadro das confrarias.

Os juízes, as confrarias e o património da igreja

Nas mais antigas referências a nomes concretos de fregueses que desempenhavam tarefas ou cargos no âmbito da igreja, estes são designados por *procuradores* ou por *juízes*, como são os casos descritos no registo de 1541. Tomamos conhecimento de que o *procurador* de nome Diogo Pires guardava a *prata da igreja* e temia pela sua segurança, *no monte deserto* onde morava. Os responsáveis formais pelos bens da igreja parecem ser os *juízes*, que deverão passar o cuidado da guarda a outros moradores e também assegurar que Domingues Eanes, Estêvão Bras e Esteue Anes *demarquem ho adro*. (1541, I.03v-04).

Era por meio dos testamentos que se reforçava o património da igreja, o qual, nesta comunidade rural, assentava em oliveiras e colmeias. Esses bens eram, por sua vez, arrendados a moradores (frequentemente com dificuldades em cumprir as rendas), servindo também para prover as ermidas e a matriz com azeite e cera, usados na iluminação e nas funções do culto. As referências mais antigas a bens da igreja associados a santos da veneração local empregam o termo de *candeia de...*, o que permite ligar simbolicamente os contributos dos fiéis aos gastos indispensáveis com as candeias de iluminação ou as velas de cera. Esse facto oferece-lhes um sentido de conexão directa da sua doação ou legado testamentário, com os actos do culto, tanto mais que se trata de produtos da terra, directamente cultivados (enquanto rendeiros) pelos próprios fregueses.

Os protagonistas mencionados em casos de arrendamentos são os rendeiros faltosos que não satisfazem as respectivas obrigações e, também, os juízes que devem assegurar o cumprimento dos pagamentos e dos assentos das propriedades. Já mencionámos, no tópico 3.2., as dificuldades na regularização destas situações, dado o raro acesso dos confrades à leitura e à escrita. Mas este não é o único problema dos juízes, como deixa transparecer o procedimento de Brás Anes:

Diz bras anes do Iunquall Iuiyz da jgrejja de são pedro do vyllar do boy este ano de myll e quynhemtos e sesemta e oyto anos que a elle foy dito por pedro fernamdez do acor que sabya omde amdava [sic] fazemda da camdeia de são pedro⁵⁰ e que otras [sic] cousa [sic] que pertemce a dita Igrejja e mais dise o dito juiz que sabya omde amda mais fazemda sonogada e po [sic] elle não ter tãoto mãodo para a fazer pagar mãodou fazer este termo pera vosa.mercê. tudo ver e mãodar ho que lhe p:arecer justica (1568, I.11).

O registo dá conta da expressão de prudência do juiz Brás Anes, que não se considera com autoridade bastante para fazer um reparo pessoal a quem utiliza indevidamente a dita *fazenda*, o que dá a entender um certo resguardo sobre as competências adequadas dos elementos da comunidade, nomeadamente deste juiz. É também de salientar uma (discreta) informação que nos deixa Brás Anes, pois sendo morador no Juncal, perto do extremo sul da freguesia, cuja sede era, na altura, em Vilar do Boi, nem por isso deixa de exercer com zelo o cargo de juiz da Igreja, que dista cerca de 10 km da sua morada.

A designação de *confraria* aparece em 1577, ainda a sede da paróquia era em Vilar do Boi. Nesse episódio, o visitador tem que dar solução a um testamento não cumprido, por estarem os bens arrendados a alguém que não presta contas.

[...] *por falecimento de Rodrigo Lourenco ficarão duas colmeas a confraria de Sam Pedro, as quais [...] ficouo pesuimdo pero vaz da uilla uelha e as não tem entregues atee agora [...] lhe mando* ^{1.15v} *Com penna de excomunham e dous mil reaes que da pubricação desta em quinze dias primeiros seguintes dem e entreguem as ditas colmeas com seus Remdimentos desde que os pesuem atee agora e temdo que dizer ho aleguara diamte do vigario da comarqua ao qual comete a execução deste capitollo [...] (1577, I.15-15v).*

Será o *vigario da comarqua* a assegurar a entrega das colmeias legadas à confraria de Sam Pedro e sobre essa falta, aliás frequente, se lança a pena mais pesada, em consonância com o prejuízo para os bens na posse da igreja. Mais de 100 anos depois, em 1692, o visitador (Antonio Pessoa de Andrada) assenta:

Outrosi me derão por queixa os mordomos dos Santos e Santas que Manoel Francisco Sobrado deste lugar deixara a cada hũa das confrarias hũa oliueira; e porque estas estavam na sorte de huma pessoa abzente; vindo depois repetira as tais oliueiras, e com effeito se venderão e as confrarias não estauão entregues dellas [...] (1692, 133v)

Cabe ao visitador determinar com minúcia a estratégia de solução, que passa por dar conhecimento à estação da missa e por iniciar os procedimentos que permitam que os bens entrem na devida posse de cada uma das confrarias *dos Santos e Santas*. A igreja matriz compreendia duas confrarias,⁵¹ cuja constituição terá sido iniciada com a edificação da nova igreja e que tinham que prover, maioritariamente, os fundos necessários para a mesma.

⁵¹ O Pároco Francisco João Rombo, nas *Memórias Paroquiais de 1758*, anota que “a igreja paroquial tem quatro altares: o altar mor do Sacramento, o (...) da Nossa Senhora do Rosário, o (...) do Nome de Deus,

[...] *auise na primeira estação aos herdeiros do ditto testador [...], que dentro em termo de quinze dias paguem cada hum pro rata a valia das dittas oliueiras aos mordomos das confrarias. [...] dando ao dono que as tem o dinheiro que por ellas deo, por quanto disse em minha prezença as largaria de boa vontade às confrarias.* (1692, 133v)

Verifica-se que a maior parte dos legados à igreja consiste em árvores ou colmeias isoladas (sendo uma ou mais), dispersas na freguesia e, não raramente, distantes das povoações. As oliveiras e colmeias atribuídas em testamento são mencionadas como unidades de valor *per se* e os exemplos aqui reunidos documentam a dispersão do património rústico, que persiste até aos nossos dias. A generalizada fragmentação da propriedade nesta área geográfica torna a Igreja proprietária de bens muito espalhados e, por isso, difíceis de gerir.

Os rendeiros

O *leilão dos Ramos* é a ocasião em que se tornam patentes desmandos e irregularidades, quer no cumprimento das rendas devidas, quer na limpidez do próprio processo de atribuição dos arrendamentos em causa – o leilão. É assunto tratado frequentemente nas visitas, e traz consigo os nomes de fregueses que ficam anotados no L.V., para conhecimento futuro e para servir de referência aos actos de disciplina a aplicar.

Achei que muitas pessoas estauão devendo o dinheiro dos Ramos que têm tomado como são Pedro Dias de Vermum dous mil duzentos do Ramo que tomou da Confraria de São Sebastião, e a veuva que ficou de francisco pires do forno da telha // ^{II.39} Domingos Simão da aldea e os mais que tem denheiro de Ramos os satysfarão da publicação desta em quinze Dias sob pena de oitocentos reis quada hũn [...] (1628, 38v-39)

É a propósito de uma questão relacionada com abusos nestes arrendamentos, por fregueses identificados, que obtemos uma valiosa informação: o valor de *mil reaes* atribuído a uma oliveira.

Fuj jnformado que Manoel martinz de villas rujuas tras huma oliuejra da confraria de nossa senhora e que a apanhaua sem ordem e licensa dos mordomos e que não pagam a renda pello que mando [...] entregue a dita olivejra aos mordomos e mais a não apanhem [...], e outrosi que manael nugejra arancou outra olivejra da mesma Confraria que se aualiou em mil reaes nos quais o hej por condenado e mando os page a ditto confraria en termo de trinta dias sob pena de excomunham major dada ut supra (1644, II.60)

o (...) das Almas. Esta igreja tem duas irmandades, uma do Sacramento e outra das Almas” (FERNANDES, 2005, 44). Estes cultos coincidem, portanto, com os que foram introduzidos na sequência das determinações de Trento.

À semelhança destes fregueses, vários outros são mencionados, como estando em dívida dos ramos das respectivas confrarias de S. Sebastião (1628, 38v) e de S^o. António do Juncal (1630, 42v e 1646, 63) (ver Anexo V *Fregueses do Fratel e forasteiros...*).

A eleição dos Mordomos

O exercício do cargo de mordomo é um dos campos em que o L.V. oferece informação directa sobre nomes de figuras locais e sobre acções, movimentação e relações entre os fregueses. Nas fórmulas de abertura das visitas, é sempre mencionada a sua presença, juntamente com a do pároco, atestando o contributo da sua informação para os assuntos tratados e o conhecimento directo que obtinham na reunião, sobre decisões e recomendações ali estabelecidas. São patentes as responsabilidades que lhes são atribuídas na gestão e resguardo de bens, na angariação de receitas, na direcção de obras e reparações, ou mesmo na transmissão aos membros das irmandades das determinações emitidas para os *vizinhos* ou *fregueses*. O termo de “juiz”, aliás o mais corrente para designar esse cargo, contém, significativamente, o sentido de “mediação” que nele está implicado e a amplitude desta função numa comunidade.

Apesar de honroso, o exercício do cargo devia levantar reservas a alguns, tendo em conta as alusões à dificuldade em manter em ordem as propriedades e os compromissos dos arrendatários. Não será de admirar as resistências de alguns e os problemas para encontrar os mais desejados para essas funções, como se documenta pela forte admoestação do visitador aos que se eximem a esses compromissos.

[...] fui emformado que os homens honr[ados] que sam enleitos juizes para seruirem de [mordo]mos nas confrarias e Igreja o não querem deixar o que he muito de desdede-nhar pois fogem de servir a deos [...] no que prouendo mando sob pena de excomunham e mil reaes [...] a toda pessoa ou pessoas que as mais uozes forem eleitas para os taes carguos os aceitem et siruão de boa vontade e se sentão por muito honrados em servir deos pois servillo he reinar (1582, I.20)

O facto é que nem sempre são lineares, quer o processo de designação, quer os modos como é exercida a função.

Achej que a elleição dos juizes, e officiais da jgreja e confraria se não faz como se deue, e os que acabam hũ ano não fazião logo entrega do que por sua conta ficouauão deuendo, e querendo nos prover como seja seruiço de deos nosso senhor, e proueito da comfraria, e elles, desencarregue suas conciencias mando que en cada hũ ano se faca noua eleijção por votos dos fregueses estando o cura presente [...] (entre 1569 e 1576, II.)

A observação aqui fixada dá a conhecer a existência de problemas na prestação de contas em final de mandatos. A esta referência segue-se, anos depois, uma outra de teor semelhante, respeitante a vizinhos nomeados no nosso documento.

Há annos que seruem de fabricarios nesta Igreja Pedro Simão e Antonio Dias belete, e ate agora não tem dado conta com entrega; pello que mando que por todo este mes a deia perante mim ou por diante do senhor Arcipreste sob pena de mil reaes. (1614,10v)

Tratava-se frequentemente do dever de passar testemunho a sucessores, com claras prestação de contas, outras vezes de assegurarem a sinalização dos bens, o seu inventário actualizado e o devido pagamento de arrendamentos, ou ainda de se garantirem eleições, da “forma devida” e com a presença do Cura:

[...] Porquanto se fazerem as eleições das confrarias na forma devida depende o bom governo dellas oredeno e mando sob pena de excomunhão mayor que daqui em diante assista sempre nellas o P^e Cura e de juramento a todos que escreva sempre votarem e que nos livros das ditas confrarias escreva sempre o ditto o P^e Cura (como agora se fez) sobre as adições de receita e despeza por titulos distinctos para que bem se entendão. (1633, II.46)

<Assista o Cura a todas as eleições das Confrarias. Escreua nos liuros dellas> (Ibidem, anotado na margem, para reforçar)

Como expressão das dificuldades, referem-se processos menos escorreitos nas eleições anuais dos juizes das confrarias, marcadas por influências familiares ou bloqueios pessoais, e a demora na prestação de contas (1613, II.9v; 1620, II.24v; 1697, II.141 e 1702, II.157). Salienta-se que, sendo atribuídas responsabilidades aos fregueses, compete ao pároco supervisionar e assegurar a realização adequada dos actos da eleição, e executar os pesados castigos que consistem, as mais das vezes, em multas elevadas e na excomunhão, que se concretizava em impedir-lhes a frequência dos officios divinos. Também ao cura se atribuía a garantia sobre a boa execução dos livros das confrarias.

Por outro lado, deparamo-nos com referências frequentes a recomendações sobre a aquisição de paramentos ou alfaias litúrgicas de grandes custos, com longas demoras de entrega (ou, algumas delas, com atrasos da própria encomenda). A responsabilidade é sempre atribuída aos mordomos, como é bem claro neste exemplo

[...] e poram hum Misal dos modernos da melhor impressão que for possivell porquanto vi a grande falta que delle auia nesta Igreja e huma mangua para a Crus que sera de damasco de seda Branquo com seus antremejos de borcatel de cor conuiniente franjada e com cordois de Retroz para o que lhe aplico dois mil Reaes da confraria de Santo Antonio e dois mil Reaes da Confraria do espirito Santo o que faram the dia de

sam Bertolomeo futuro sob pena de mil Reaes que de sua casa pagara o fabriquario e Luis da Igreja (1659, II.80).

[...] *Botto iuis e procurador da igreja não compriu com o que lhe foi mandado [aquisição de artigos de uso no culto] [...] mas porque he pobre e por rezois que me alegou o não castigo ainda o relevo das penas postas na visitação passada [...](1646,60v).*

Os encargos dos mordomos e do fabricário reportam-se, não apenas ao processo da encomenda e arrecadação de valores, mas recaem sobre eles, pessoalmente, em caso de falta. Seja dito que, em muitos casos, estas sentenças convertem-se em perdão, como se ilustra com um dos “nomeados”, que identificamos.

Missões para os homens mais uelhos e de boas e sanas consciencias

Para lá das dificuldades do exercício de cargos formais pelos juizes e fabricários responsáveis das confrarias, são de destacar as menções a empreendimentos de relevo que são cometidos a outros moradores. É o critério da respeitabilidade que leva a confiar a estas pessoas um encargo especial, certamente com base na informação dos presentes na visita, mas sob a autoridade do visitador. Já referimos anteriormente a ordem *aos fregueses que emleijão entre si homens antiguos*, para que *demarquem ho adro* (1541, I.04).

Assim tomamos conhecimento de outras figuras escolhidas em semelhantes circunstâncias, sucessivos encargos: a guarda e o controle do produto da derrama para a construção da nova matriz, arrecadar fundos especificamente para a obra da capela-mor e, ainda, confirmar elementos a assentar nos tombos de bens da igreja e confrarias.

[...] *para começar a Igreja [...] cobrarão e farão arrecadar [...] e os entregarão a Pedro Alvares do Marmelal e Adriano Martinz do Fartel a metade a cada hũ com escritura publica como o receberão e se dão por depositarios do dito dinheiro para de sua mão se gastar na Igreja que se ade fazer da maneira E no lugar que o prelado ordenar [...]* (1582, I.19v)

[Achei] *que se fizera novamente taxa de tres mil reaes para a capella desta Igreja, e que estava ia algũ dinheiro na mão do depositario diogo pirez, ao quall mando que a ordem do p^e Cura de o dinheiro que tiver para as mais necessarias cousas* (1626, 32v-34)

Por achar pouca clareza das fazendas [...] mando ao Reverendo padre Cura [...] faça tomo das fazendas encappelladas declarando as demarcasois dellas, instetuedores e anteriores administradores [...] para o que se informaram com os homens mais uelhos e de boas e sanas consciencias a quem se dara juramento se nesessario for para fazerem as declarasoins necessarias, e tombara outrossi as fazendas pertencentes as confrarias [...] (1699, II.152-152v)

Num “capítulo” muito extenso e detalhado, constante no registo de uma visita de 1666, o visitador levanta um tema sempre latente: o estado precário do edificado da

matriz, [...] *por mostrar ruina por algũas partes* [...]. Aí é formulado o modo de angariação dos recursos indispensáveis, aludindo, mais uma vez, à dispersão das propriedades, embora de um ângulo diverso, visto que o visitador manda vender os bens nos terrenos mais longínquos, retirando à irmandade o ónus dos trabalhos do cultivo e colheita, de mais difícil execução:

[...] mando, consentindo o pouo, que das confrarias se tire ainda para a dita obra, e se uendaão algũas colmeas, que tiuerem, e havendo grande falta, se uendaão algũas oliueiras, não de hũa confraria somente mas de todas conforme as que precisarem, das que estiuerem mais distantes. (1666, 92v)

Deste modo, no registo de uma visita de 1666, todas as confrarias são chamadas a contribuir, como sempre, nos empreendimentos considerados colectivos.

[...] por ser muito necessario mando comprem e ponhão o ditto vasso [sacramental] [...] para o que contribuiram as confrarias com suas adiudas por as achar com alguns alcançes para se faser o ditto vaso; e por euitar duuidas applico da Confraria de Santo Antonio; sinco mil reaes da Confraria de sam João quatro mil reaes, da do spirito Sancto sinco mil reaes entrão quatro i os applicados para esta mesma obra; (1656, 77)

A Casa do glorioso Santo Amaro, que antigamente servio de igreja Matris esta mui a pique de lhe cair o telhado e seu madeiramento se lhe não acudirem com breuidade, pelo que do Reste, que se achar se gaste nesta obra, e o que faltar, se supra do Reste das mais confrarias ... (1636, 51v)

Figura 27 Imagem do Espírito Santo, no Fratel



Foto: MJM

A imagem pertenceu à Capela do Espírito Santo (Fig. 27), demolida nos anos 50 do século XX. Foi construído, nas imediações do antigo, um edifício incharacterístico, com a mesma invocação, onde se abriga a imagem.

As matérias que nesta análise se reportam ao domínio do *temporal* não deixam de revelar problemas da administração, seja pela dispersão das propriedades, seja pela dificuldade em organizar e manter tombos das fazendas, ou pelas diferenças de implicação e de cumprimento dos mordomos, como já mencionámos em tópicos anteriores.

O carácter colectivo da acção dos fregueses abrange tudo o que se relaciona com os bens materiais da Paróquia, resultantes, em toda a sua extensão, de doações e aquisições dos laicos, e cuja administração era também por estes assegurada, embora regulada pelo pároco.⁵² A informação do L.V. sobre a acção das confrarias desta freguesia é circunscrita, no entanto, ao modo de aquisição do património e ao disciplinamento dos leigos, tanto no que diz respeito à verificação dos testamentos, como à verificação da produção agrícola e da recolha das respectivas rendas. Existem ainda referências quanto a contribuir para o disciplinamento em cerimónias litúrgicas (1566, I.08v, s.d., I.13), em tanger os sinos, (1566, I.08v), a acompanhar o *Santissimo quando vai fora aos enfermos e mandem repicar os sinos* (1689, II.128 e 1709, II.165) e outras mais.

Figura 28. Imagens de Santo António do Juncal e da Senhora dos Remédios de Gardete



Fotos: José Baptista Martins

A mais antiga menção à ermida do Juncal é em 1630 (p. II.42v), sobre a demora na construção do alpendre.

Quanto à capela de Gardete, a primeira referência é de 1650 (II.68), em que o visitador adverte os fregueses de que *tirem a esta Imagem as vestiduras que tiuer e mais lhas não ponham pera que fique em termos de maior reuerencia*, visto já ser a *escultura de corpo inteiro*.

Pela constância de referências no L.V., a trabalhos de vária ordem, e aos contributos dos moradores, sabemos também a relevância das ermidas *dos montes* e da irman-

⁵² Nos termos da inclusão deste território no senhorio da Ordem de Cristo, *este pouo esta obrigado a toda fabrica ...* Ver nota 37, pág 84.

dade do Espírito Santo, no Fratel. As ermidas, com suas irmandades, como descreve Camões Gouveia, tornaram-se “o pólo dos campos da região, santuário/ermida/capela, ha- giológicos ou, mais tarde, marianos, percentualmente crescentes e uniformizadores do espaço de peregrinação rural” (Camões Gouveia, 2000, 175). Espalhadas no território, protagonizavam também lendas tradicionais e, nessas narrativas, muito se fixou sobre o seu significado na cultura popular, como ilustram Paulo Soromenho na pequena obra cheia de conteúdo, *Lendário Rodanense* (Soromenho, 1965), e trabalhos em outras co- munitades da região, como o de Maria Adelaide Salvado, *O culto do Espírito Santo na alma do povo de Monforte da Beira* (Salvado, 2014).

Numa freguesia rural extensa, pontuada por pequenos povoados e de desloca- ções difíceis, a agregação dos moradores em torno de cultos comuns aproximava-os na devoção e em responsabilidades partilhadas. Na sede da freguesia, existiam também ca- pelas dedicadas a cultos próprios, enquanto a igreja matriz representava a pertença a um território comum e congregava os habitantes. As confrarias constituíam uma estrutura social que elegia os respectivos *mordomos*, formalizava a pertença comunitária e legiti- mava o exercício daqueles que as coordenavam. O desempenho de cargos dirigentes ofe- recia, certamente, posições de destaque e estava associado ao estatuto social dos respec- tivos elementos. Constituindo uma representação dos grupos e níveis sociais estabeleci- dos, abriam também experiências de desempenho em campos que ultrapassavam o plano individual e familiar, para passar a responsabilidades sociais mais amplas e mais formais.

Obras e artesãos nos edifícios religiosos

No L.V., o empreendimento da construção da igreja e das constantes repara- ções dos edifícios do culto deu-nos a conhecer nomes de pedreiros que, sucessivamente, tiveram a responsabilidade de executar esses trabalhos.

A primeira referência expressa a essas figuras é de 1614 e impõe uma multa, se não terminarem o trabalho no prazo de um mês:

Não tem acabado de fazer a obra que tomarão os pedreiros Pedro fernandez e joão fernandez e avendo muitos annos que a isso estão obrigados e tendo em si jaa o dinheiro, mando que acabem tudo na forma de sua obrigação, por espaco de hum mes, sob penna de tres mil reaes [...] (1614, II.11).

Anos mais tarde, seguem-se menções (1618, II.19), a um outro irmão, Gonçalo Fernandez, que arrastara a obra e falecera entretanto (1625, II.30). Estes atrasos e atribu- lações levaram o visitador Luís Barbosa a mandar entregar a construção a um *official pedreiro, contanto que não seia a João fernandez* (1644, II.30). Nessa data, já não seria

esta família que assegurava a obra da capela do Espírito Santo, *que esta aRematada a Antonio Preto da Villa da Mieira* (1646, II.61). A constância das obras dos edificadros religiosos, ao longo do período abrangido pelo documento, conferiu importância ao trabalho desses artífices, e não dispensou, certamente, a intervenção de artesãos de diferentes especialidades (carpintaria, ferraria, pintura...), alguns residentes na freguesia, outros vindos de fora, como o *pintor que dourou o retabollo de Santo António*, no Juncal (1692, 132v-133v).

Figura 29. Rossio do Fratel, com a Igreja Matriz



Foto: José Correia de Araújo (1934)

No Rossio do Fratel, a construção de casas, ao longo dos séculos XVIII e XIX, veio a reduzir o espaço simbólico da Igreja Paroquial.

Forasteiros e outros ecos de lugares longínquos

São as permanentes menções a paramentos –“ornamentos” e “vestimentas”-, ou outras alfaias litúrgicas permitem-nos reconhecer sugestões ou referências explícitas a lugares longínquos. Desde logo, as suas designações indiciam a proveniência de terras por certo desconhecidas destes habitantes: *Borcatel*, *Escumilha*; *Gadamexi*; *Pano da Índia*; *Pano de Flandres*; *Razo* e muitos outros (Ver). Importados de Flandres, Lion, Córdova, Marrocos, Múrcia, do Oriente, em tempo de feitorias e do Império, estes materiais faziam parte da base de provimento das igrejas portuguesas, e da expressão estética de sumptuosidade de que se revestia a liturgia.

(Anexo V. *Fregueses do Fratel e forasteiros: origem, profissão e episódio* e Anexo VIII, Glossário)

Temos também conhecimento, pelo L.V., da estadia na freguesia de forasteiros com profissões itinerantes, como António Tomé, *cardador, estrangeiro* (1566, I.09v), que exercia o seu ofício nos rebanhos da freguesia. Assinala-se também a presença de almocreves, e a admoestação sobre o seu pouco zelo em cumprir o culto dominical.

Manoel Fernandez, e hun filho de [...] Fernandez de Monforte, moradores em Castelo Branco e Manoel Gonçalvez, morador na Villa do Resmoninhal, [...] partiram ontem dia de nossa Senhora ja sol alto desta freguesia com suas bestas carregadas sem ouvirem missa sendo lhe mandado por mim que tornasem atras a ouvi la não quiseram obedecer... (entre 1569 e 1576, I.13- 13v).

Os ditos almocreves, mesmo em dia de culto religioso e festa popular (seria 15 de agosto ?), partiram *com suas bestas carregadas*, o que indicia que havia, na terra, bens excedentes, passíveis de interessar em outros lugares, uma vez que as milenares rotas de comércio que aqui se cruzavam, tanto traziam como levavam. Poderiam vender-se produções derivadas da agricultura e da pastorícia, algumas delas mencionadas nas Memórias Paroquiais.

As menções personalizadas, reunidas no Anexo V, oferecem-nos um painel de referências sobre a vida local, na diversidade das suas actividades, na duração dos problemas concretos e mesmo em situações conflituais. Porém, por não dispormos de mais fontes coevas e relativas a situações e fenómenos em contextos similares ou vizinhos, não podemos ir mais além na interpretação destes discursos.

Um espaço rural, cultos novos para cultos comuns, empresas colectivas, caminhos difíceis e rotas cruzadas

Nesta conjuntura histórica, em que a norma religiosa se estende à moral pública e privada das populações, as práticas religiosas populares podem, afinal, contornar ou conformar-se e assimilar o exercício dessa autoridade. É o caso das celebrações do Natal, da Semana Santa, ou dos santos identificados com experiências comuns de vida, sejam as lidas do campo ou os fenómenos da natureza, que se associam ao calendário formal estipulado pela Igreja. A religiosidade popular vem a exprimir-se em criações radicadas nas próprias tradições ancestrais, como o canto, que integra a palavra poética, as representações, as procissões, a decoração floral e muitas outras, integrando as celebrações litúrgicas em que encontram sentidos consonantes com as vivências sociais.

A relação com a Igreja, absolutamente definidora do documento que usamos como fonte, pode aparecer aqui como a exclusiva relação desta população com outros campos, outros lugares e outra gente. Ainda que seja determinante, sem ser, no entanto, exclusiva, é comum entre os historiadores da economia, da cultura e das mentalidades, o conceito de que “microssociedades” como esta são “atravessadas pelas relações com outros espaços, com permeabilidade variável aos correspondentes efeitos, segundo as conjunturas - tempos e instituições” (Ladurie, 1977, 156). Por outro lado, encontram-

se entre “dominâncias”, “em função do impacto das potências exteriores” (Ladurie, 2012, 39). É este o caso do poder efectivo da Igreja na época do nosso estudo. Trata-se de procurar os contornos desse exercício de poder e os modos como os moradores de uma comunidade encontram margens de decisão nas suas vidas.

Notas finais

Encontramo-nos no termo do percurso conduzido por um documento que, cada vez mais, nos parece de sentidos imensos, sendo muitos deles não revelados. No começo do caminho, no capítulo I, servindo-nos do panorama descrito por Romero de Magalhães (op. cit., 1993, 13), olhávamos a paisagem histórica de um território de “estreitos limites”, de difícil “circulação e mobilidade”, “uma *stremadura* entregue às populações que aí viviam, sem ninguém que nelas mandasse”, como desenhou Jorge de Alarcão, referindo-se a este território, ao tempo da passagem do século XII para o XIII (op. cit., 2013, 12).

Percorridos os quase 200 anos em que se desenrolaram as 93 visitas deste registo, importa fazer sobressair as marcas mais salientes do encontro entre o conjunto de normas, perspectivas e práticas preconizados pelas visitas, e a comunidade aldeã desse território. O documento atravessa um período crucial da Igreja Católica, referenciado no corpo deste trabalho, num contexto sócio-histórico muito complexo, pontuado por conjunturas de escalas diversas, marcadas por triunfos e misérias, e desencadeando sucessivos domínios de mudança. A de mais forte incidência no nosso estudo tem origem no Concílio de Trento, que estabeleceu um *corpus* de natureza doutrinária, associando dogmas e novos cultos, o qual constituiu as traves mestras da Reforma Católica, um novo edifício institucional e administrativo e determinante nas referências morais.

As notas de síntese agora reunidas (mais do que conclusões) reportam-se a conceitos desenvolvidos no corpo da dissertação, com base nos caminhos percorridos primordialmente no *Livro de Visitações*, referenciados por leituras em diversos domínios pertinentes, e pretendem incidir sobre a acção desenvolvida na paróquia.

1. A consolidação da estrutura de administração da Igreja e as visitas pastorais

Assentando na orgânica diocesana e no alcance territorial de arciprestados, o reforço das visitas pastorais foi a estratégia desenvolvida pela Igreja para garantir o enquadramento dos lugares periféricos das paróquias e a orientação doutrinária.

No *Livro de Visitações* do Fratel, podemos identificar, no conjunto dos visitantes e das respectivas posições no clero secular, a sua qualificação e a posição que ocupam na hierarquia de dignidades. É assim que reconhecemos a crescente alternância entre clérigos pertencentes ao cabido da sé e clérigos vinculados à *província* de Castelo Branco, vindo a tornar-se regulares as visitas dos próprios arciprestes. Duas dessas visitas, nos

últimos anos de seiscentos, são protagonizadas pelo bispo em pessoa, marcando a vinculação mais directa da hierarquia com os fiéis.

- A frequência das visitas

No *Livro de Visitações* do Fratel, é na perspectiva do tempo longo que se encontram diferenças na frequência das visitas. Na verdade, o que verificamos é que o ritmo das visitas pastorais é menos regular ao longo da segunda metade do século XVI, coincidindo com problemas nos vários planos social, económico e político do Reino e ainda na governação da diocese da Guarda. O que se torna mais expressivo é a sua regularidade crescente, alcançando a média de uma por ano, a partir da década de quarenta do século XVII, no longo período de sé vacante que se seguiu à Restauração,.

- Os conteúdos focados: um “antes” e um “depois” do Concílio de Trento

Nas visitas anteriores a 1548, os temas de natureza espiritual são escassos, ou apenas se subentendem em recomendações relativas a condições para o cumprimento do culto. No domínio do “temporal”, trata-se de assegurar a dignificação de espaços e peças litúrgicas, deixando entrever problemas constantes de manutenção e resguardo, tanto de edifícios, como de alfaias.

No período seguinte, a partir de 1566, enquanto crescem as prescrições de ordem “espiritual”, sobretudo relacionadas com as matérias de Trento e a disciplina dos fregueses, reforçam-se também os temas de ordem “material”, determinados por novas práticas litúrgicas. Estas referências intensificam-se, a partir das décadas de 40 e 50 do século XVII, coincidindo com encomendas e aquisições de paramentos e objectos do culto, para as quais se realizaram pesadas derramas.

2. Um processo de aculturação no “tempo longo”

A acção pastoral das visitas apontava para a sociabilização dos fregueses na cultura religiosa do Concílio de Trento, abrangendo a adesão a novos dogmas e cultos e aos espaços e tempos da liturgia.

As práticas de evangelização e de doutrinação da Igreja baseiam-se na memorização e recitação de fórmulas de oração e não se entrevêm sinais de que o “ensino da doutrina” se oriente para a espiritualidade dos fiéis e a aproximação a sentidos da religião, mas sim para o exercício de práticas de natureza ritualista, que testemunhem, pelo cumprimento formal, a pertença à Igreja.

Perante o distanciamento da população em relação a práticas litúrgicas e organizativas de várias ordens, a acção da Igreja Católica assenta num paradoxo:

- a rigidez doutrinária e dos cânones eclesiais não favorecem o acesso directo das populações, quer aos textos sagrados, quer ao universo da expressão pela leitura e a escrita;
- o modelo de “socialização” é fundado:
 - na doutrina centrada em dogmas e rituais que se desenvolvem numa língua desconhecida (o latim);
 - na obediência a cânones disciplinadores cujos elementos se encontram fora do alcance da generalidade dos fiéis (como a leitura e a compreensão dos textos sagrados).

Os comportamentos nos lugares sagrados são matéria sempre presente: a informalidade dos moradores dificilmente se adequava ao quadro de disciplina que as autoridades eclesiais pretendiam implantar, visando o ajustamento dos fiéis à sacralidade dos espaços religiosos. Até aos últimos registos fixados neste documento, coexistem as prescrições dos visitantes a esse respeito, dando nota da permanência de comportamentos enraizados dos fregueses.

3. O reforço da estrutura da Igreja alcança a administração das paróquias

- O pároco

Ao pároco estão atribuídas funções muito precisas, quanto à observância da liturgia e, com o avanço das determinações conciliares de Trento, o encargo do ensino da doutrina e do cumprimento dos sacramentos por todos os fregueses e, essencialmente, a regulação do culto, da autoridade e da disciplina. Competia-lhe também supervisionar operações relativas aos edificadros, a par das aquisições de artefactos necessários ao culto.

- Os visitantes

As áreas de autoridade do visitante são muito amplas, e é nelas que se sustentam as matérias da visita. Assume-se tanto como autoridade eclesial, quanto social. Primordialmente, exerce funções de natureza orientadora e correctora, no âmbito da doutrina e da moral pessoal e colectiva. A sua acção está em consonância com os propósitos de aculturação a padrões de comportamento e ao disciplinamento social determinados pela Igreja.

- Os registos das paróquias

Na linha da consolidação organizacional da Igreja, preconiza-se a realização sistemática de registos, à escala das paróquias, em diversas dimensões:

- como meio de fixação da norma, enquanto instrumento da autoridade;
 - como recurso da gestão, relativamente aos fregueses, a bens de raiz, a tombos da “fábrica” da igreja e das ermidas;
 - como instrumento de controle sobre os bens e sobre a moral pública e privada.
- As confrarias - uma estrutura social que formalizava a pertença comunitária

A informação dos assentos das visitas sobre a acção das confrarias refere-se a:

- gestão do património (verificação dos testamentos, da produção agrícola, da recolha das rendas);
- disciplinamento dos confrades quanto a legados pios e, em alguns casos, à disciplina de comportamentos nos actos do culto.

Outros encargos dos mordomos e do fabricário reportam-se ao processo da encomenda e arrecadação de valores para as ermidas e para a igreja matriz e de manter inventários de bens. Em caso de incumprimento nas aquisições para os lugares e objectos do culto, é sobre eles e suas casas, que o visitador faz recair o ónus devido.

4. A construção da igreja paroquial - uma obra de sentido colectivo

Esta construção (determinada pelo visitador em visita não datada, entre 1568-77), correspondeu a um desígnio religioso, enquanto expressão dos conteúdos doutrinários e dos códigos de moral da Reforma Católica.

A obra atravessou pesadas atribulações: as exigências de um edifício que excedia amplamente a escala das pequenas habitações locais e superavam as competências dos seus construtores. Veio a constituir uma empresa colectiva da população, integralmente suportada pelos fregueses, um produto dos esforços de gerações, atravessando a extensão do século XVII, para responder a problemas persistentes. No plano social e no plano simbólico, estas condições conferem à igreja edificada um sentido axial da vida comunitária.

5. O lugar dos fregueses: algumas menções personalizadas

Nos registos surgem referências a pessoas que por algum motivo, são protagonistas em episódios tratados pelo visitador e oferecem um painel de referências sobre a

vida local, na diversidade das suas actividades e na duração dos problemas concretos e mesmo em situações conflituais.

Predominam os que desempenham cargos na gestão das confrarias e os pedreiros que realizaram a obra da igreja, outras em relação com legados pios (testamenteiros ou herdeiros) e outras como rendeiros de propriedades que as confrarias têm que gerir...

E há os *forasteiros*, a maior parte relacionados com aquisições para os edifícios religiosos, bem como alguns itinerantes: almocreves, cardador, vizinhos de outras paróquias do concelho e clérigos vindos de fora. A “terra em fim de reino” era, afinal, cruzada por rotas de poderes, de gente e de produtos.

Desafios

A extensão temporal abrangida pelo Livro de Visitações do Fratel, aliada à sequência dos seus registos por longos períodos (ainda que com alguns hiatos), permite seguir fenómenos de longa duração na vida desta colectividade rural. Por outro lado, a variedade das matérias tratadas é, em si mesma, uma ampla fonte de informação, com interesse para diversos campos da Ciência Histórica, como estudos de natureza etnográfica, de Economia e Geografia Histórica. A inserção das temáticas identificadas, no contexto delimitado desta freguesia constitui, em si própria, um desafio à História Local e Regional, desenhando as ligações de continuidade com os conhecimentos já produzidos pela Arqueologia nesta região da Beira Baixa e do Alto Tejo, que merece ter continuidade para eras subsequentes.

Tendo em conta estes considerandos, apresentamos alguns desafios à investigação histórica, que possam tirar partido da informação contida neste documento.

- Estudos arqueológicos e com outras fontes documentais, focados na Idade Média e Idade Moderna inicial, visando a compreensão das continuidades do povoamento, de deslocações e do aproveitamento dos rios;
- Estudos comparados com populações da região mais alargada, sobre rotas de comércio e outras trocas, em diversas épocas
- A construção da igreja paroquial e as operações técnicas e custos aí implicados: telhado, transporte dos sinos, a elaboração dos retábulos e os respectivos artífices (também em Gardete);

- A igreja paroquial, como expressão da doutrina de Trento, na conjuntura da arte maneirista, e perspectivas para classificação e restauro tecnicamente conduzido, das poucas imagens de origem, que ainda subsistem nas capelas e na igreja;
- Estudo das referências relativas a valores de bens, cruzando com os valores das quantias recolhidas em derramas para obras de construção e reparações com os edifícios religiosos;
- Contornos do relacionamento com *a comenda*: montante das taxas pagas, processo e destinatário directo;
- Temáticas relativas á autoridade da Igreja e ao processo de socialização na cultura religiosa pós Trento, que compete aos visitantes mobilizar. Análises mais extensas, tendo por referência estudos etnográficos no campo da religiosidade popular

Um outro desafio se apresenta, e esse muito amplo e de futuro, que será o de abrir a História Local aos caminhos do processo educativo na escola, e mesmo da informação a divulgar com as populações, por constituir um factor de reforço da coesão com o lugar e com o colectivo social.

Na verdade, como diz o Poeta, *Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo...*

MJAM

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Paróquia de Fratel: Registos de baptismo, casamento e óbito. PT/AD-LSB/PRQ/PVVR02. Paróquia de Fratel (1624 a 1855). Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4837257>

Processo de Margarida Fernandes (Fratel) 1627-03-11/1632-04-05. PT/TT/TSO-IL/028/06855. Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2306919>

Processo de Pêro Vaz (Moita do Açor), 1579-04-15/1583-06-17. PT/TT/TSO-IL/028/13433. Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2313646>

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Arquivo Distrital de Castelo Branco

Paróquia de Fratel: PRQ/PVVR02_Paróquia de Fratel_1817/1911-03-29. Disponível em <https://digitarq.adctb.arquivos.pt/details?id=1051367>

FONTES IMPRESSAS

Barros, J. (1955). *Ropica Pnefma*. Leitura modernizada, notas e estudos de I. S. Révah (vol.II). Reprodução facsimilada da edição de 1532.

Constituições do arcebispado Deuora. (1565). Evora: Andre de Burgos. Disponível em <http://purl.pt/13348>.

Constituiçoens do arcebispado de Lixboa. (22 de março 1537). Lisboa: Germam Gaharde. Disponível em <http://purl.pt/14665>

Constituições synodaes do bispado de Coimbra. Coimbra: per Ioam de Barreyra e Ioão Alvarez, 1548. Disponível em <http://purl.pt/4066>.

Constituições synodaes do bispado de Coimbra feitas & ordenadas em synodo pello... sôr Dom Affonso de Castel Brãco bispo de Coimbra, cõde de Arganil... e por seu mandado impressas. (1591). Coimbra: Antonio de Mariz. Disponível em <http://purl.pt/21747>

Constituições synodaes do bispado de Lamego. (1563). Coimbra: Ioam de Barreyra. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/3027>

*Constituições synodães do bispado da Guarda...*bispo dom Francisco de Castro. (1621). Lisboa: Pedro Crasbeck.

Constituições synodais do bispado de Goarda impressas por mandado do ilustríssimo e reverendíssimo senhor Dom Frei Luis da Silva bispo da Goarda e do conselho desta magestade. (1686). Lisboa: Miguel Deslandes.

Constituições synodais do Bispado da Goarda. (1686). Lisboa: Miguel Deslandes. Disponível em <http://hdl.handle.net/fcrb/228>.

Constituições synodaes do bispado de Miranda. (1565) Lisboa: Francisco Correa, 1565. Disponível em <http://purl.pt/14686>

Cremona, J. P. (1514). *Ordenações Manuelinas* (2ª edição). Lisboa: Valentim Fernandes. Disponível em <http://purl.pt/14708>.

Faria, M. S. (1924). Causas e Remédios do despovoamento de Portugal. *Seara Nova*, 24: pp. 203-206. Disponível em <http://ric.slhi.pt/visualizador?id=09913.001.024&pag=1>

Fernandes, N. C. (2005). *Memórias Paroquiais*. Vila Velha de Ródão: Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento.

Henrique, D. (1564 a 1570). Provisão do Arcebispo D. Henrique recomendando a prática dos sacramentos da confissão e comunhão. Disponível em <http://purl.pt/15315>.

Leão, D. N. (1785). *Descrição do Reino de Portugal* (2ª edição). Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira.

DICIONÁRIOS, ENCICLOPÉDIAS E OBRAS DE REFERÊNCIA

Bivar, A. (1948-1958). *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*. Porto, Edições Ouro. Publicado postumamente por M. dos Santos Ferreira e M. V. dos Santos Ferreira.

Bluteau, R. (1548). *Vocabulario portuguez e latino (...)*, 10 vols. Coimbra: Collegio da Companhia de Jesus. Disponível em <http://purl.pt/13969>.

Caetano, M. (1725). *Catálogo dos Summos Pontífices, Cardeaes, Arcebispos, e Bispos Portuguezes que tiverão Dioceses ou Titulos de Igrejas, fora de Portugal, e suas Conquistas*. In *Collecão dos documentos, estatutos e memorias da Academia Real da História*

Portuguesa. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva. Disponível em https://play.google.com/books/reader?id=sQa-puvbK8wC&hl=pt_BR&pgGBS.PA303.

Costa, P^{de} A. C. (1708). *Corografia portuguesa e descripçam topografica* do famoso Reyno de Portugal (...), II. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes. Disponível em <http://purl.pt/434>.

Giddens, Anthony. (2004). *Sociologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Guerreiro, J. S. (2000). Alfaias litúrgicas (glossário). In Azevedo, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal, A-C*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp. 38-43

Machado, D. B. (1741). *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca. Disponível em https://books.google.pt/books/about/Bibliotheca_lusitana_historica_critica_e.html?id=-KiXPU4JJgC&redir_esc=y

ESTUDOS

Alarcão, J. (2008) Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia - V. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11(1), (pp. 103-121). Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/11_1/2/05notasdearqueologia-epigrafiactoponimia.pdf

Alarcão, J. (2013). *A Beira Baixa: terra tomada sem guerra*. Coimbra: CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

Almeida, J. F. (1987) Párcos, agricultores e a cidade — dimensões da religiosidade rural'. *Análise Social*, XXIII (96), (pp. 229-240).

Bandeira, Ana Maria Leitão (1999), O fabrico do papel no distrito de Coimbra ao longo dos séculos XVI-XIX: um percurso histórico. *Pasta e Papel. Revista Portuguesa para a Indústria Papeleira*, Orléans.

Ariès, Philippe; Duby, Georges (dir.). (1990). *História da vida privada*, 3, Porto: Afrontamento.

Bethencourt, F. (1987). As Visitas Pastorais: um estudo de caso (Entradas, 1572-1593), *Revista de História Económica e Social*, 19, Lisboa (pp. 95-99).

Bethencourt, F. (1993). A Igreja. In Mattoso, J. *História de Portugal - No Alvorecer da Modernidade*: III. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 149-164).

Bethencourt, F. (2000). Inquisição. In Azevedo, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 2. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 447-453). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/13495>.

Bethencourt, F. e Ramada Curto, D. (coords.). (2010). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70.

Bourdieu, P. e Chartier, R. (2003). La lecture: une pratique culturelle. Débat entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier. In Chartier, R. *Pratiques de la Lecture*. Paris: Éditions Payot-Rivages. (pp. 277-306).

Braga, I. M. D. (1998). A Circulação e a Distribuição dos Produtos. In Serrão, J. e Oliveira Marques, A. H. (dir.), *Nova História de Portugal*, 5: *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, Lisboa: Presença. (pp. 195-202).

Braga, I. M. D. (2007). Viajar na Época Moderna. *Códice*. S. l.: Fundação Portuguesa das Comunicações: Ano X, série II, anual nº 4 (pp. 4- 27).

Candeias, A. e Simões, E. (1999). Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*: 17 (1), (pp.163-194). Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0870-82311999000100017&lng=pt&nrm=iso.

Candeias da Silva, J. (2000). *Abrantes. A Vila e seu Termo no Tempo dos Filipes (1580-1640)*, Lisboa. Colibri.

Caninas, J. C.; Henriques, F.; Osório, M. (2017). Ocupação do território de Fratel (Vila Velha De Ródão) na pré-história recente. *Scientia antiquitatis*: 1 (1), (pp. 177-208). Disponível em <http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/article/view/33>.

Carvalho, J.R. e Paiva, J. P. (1985). Reportório das visitas pastorais da Diocese de Coimbra, séculos XVII, XVIII e XIX. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*: VII (p. 111-214).

Carvalho, J.R. (1988), A Jurisdição Episcopal sobre Leigos em matéria de pecados públicos: *as visitas pastorais* e o comportamento moral das populações portuguesas de

Antigo Regime. Coimbra nos séculos XVII e XVIII. *Revista Portuguesa de História*: 24 (p. 121-163). Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12788>.

Carvalho, J.R. e Paiva, J. P. (1989). A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. *Ler História*: 15 (pp. 29-42). Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/bahp/ft.passados/jrc/jrc.text2.html>

Castro, H. T. (2014). Marcas d'água de livros impressos em Portugal (séculos XV-XVIII). *Cultura* [Online]:33. Disponível em <https://journals.openedition.org/cultura/2350>

Chartier, R. e Roche, D. (1987). O livro. Uma mudança de perspectiva. In Le Goff, J. e Nora, P. (dir.). *Fazer História: Novos Objectos*: 3. Venda Nova: Livraria Bertrand (pp.127-149).

Chartier, R. (1990) 'As práticas da escrita'. In Ariès, P. & Chartier, R. *História da Vida Privada – do Renascimento ao Século das Luzes*: 3. Porto: Edições Afrontamento (pp. 112-161).

Chartier, R. (1997). Du livre au lire. *Réseaux. Communication - Technologie - Société*. Éditions Payot/Rivages(pp.271-290). Disponível em https://www.persee.fr/doc/reso_004357302_1997_mon_1_1_3842#reso_004357302_1997_mon_1_1_T1_0277_0000

Chartier, R. (dir.). (2008). *Pratiques de la lecture*. S. l.: Petite Bibliothèque Payot/Poche.

De Certeau, M. (1977). A operação Histórica. In Le Goff, J. e Nora, P. (dir.). *Fazer História: Novos Objectos*: 1. Venda Nova: Livraria Bertrand (pp.17-58).

Coelho, M. H. C. (2008). A construção histórica da multiculturalidade. *Portugal: Percursos De Interculturalidade*: 1. S.l.: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), (pp.70-169). Disponível em <https://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om/colecao-portugal-intercultural>

Corbin, A. (2000). *Les Cloches De La Terre*. S. l.: Flammarion.

Cristóvão, F. S. (1992). Tecidos Medievais Portugueses de Vestes Litúrgicas, *Didaskalia*: XXII. Lisboa: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa (pp. 165-175). Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/16765/1/V02201-165-175.pdf>

Costa, M. P. (2004). Glossário de termos têxteis e afins. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património: Série I (III)*, Porto (pp. 137-161). Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/16765/1/V02201-165-175.pdf>

Costa, A. J. (1993). Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos (3ª ed.), Coimbra: IPD da FLUC.

Cruz, M. L. G. (1994). A Situação Eclesiástica em Portugal nos começos do reinado de D. João III. *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora: II. Évora: Instituto Superior de Teologia/Seminário Maior de Évora* (pp. 93-107).

Daveau, S. e Galego, J. (1986). *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico: 9*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

D' Encarnação, J. (2009). *Inscrição Rupestre sobre o Tejo. AÇAFA On Line: 2*. Vila Velha de Ródão: Associação de Estudos do Alto Tejo (pp. 1 - 6). Disponível em http://www.altotejo.org/acaafa/docsN2/Inscricao_Rupestre_sobre_o_Tejo.pdf

Daveau, S. (2010). A rede hidrográfica no mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco (1560). *Finisterra: Revista portuguesa de geografia: 35 (69)*, (pp.11-38).

Dias, J. A. (1987). A Beira Interior em 1496 (sociedade, administração e demografia). *Ensaio de História Moderna*, Lisboa: Presença (pp. 11-102).

Dias, J. A. (1989). *Paio de Pele: A vila e a região do século XII ao XVI*. V. N. da Barquinha, Santarém: Junta Distrital de Santarém e Câmara Municipal de V. N. da Barquinha.

Dias, J. A. (1996). *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI): I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Dias, J. A. (1998). A População. In Serrão, J. & Oliveira Marques A. H. (dir.), *Nova História de Portugal: V. Portugal do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Presença (pp. 26-46).

Duby, G. (1977). *História social e ideologia. Fazer História: I. Novos problemas, Formação e Limites da Cristandade*. Amadora: Livraria Bertrand (pp.173-195).

Dupront, A. (1981). Antropologia religiosa. *Fazer História: 2. Novas contribuições, Formação e Limites da Cristandade*. Amadora: Livraria Bertrand (pp. 121-155).

Gaspar, J. (1970). Os portos fluviais do Tejo. *Finisterra: 5* (10) (pp. 153 – 185). Disponível em <https://doi.org/10.18055/Finis2440>.

Gomes, J. P. (1981). *História da Diocese da Guarda*. Braga: Edição do Autor.

Gouveia, A. C. (2000a). Contra-Reforma. In Azevedo, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal: 2*. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 15-19).

Gouveia, A. C. (2000b). Espaço Sagrado. In Azevedo, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal: 2*. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 174-177).

Gouveia, A. C. (2000c). A Sacramentalização dos Ritos de Passagem. In Azevedo, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal: 2*. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 529-557).

Gouveia, A. C. (2000d). Tempo Sagrado. In Azevedo, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal: 4*. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 274-276).

Henriques, F., Caninas, J. e Chambino, M., (2007, Março). *Carta Arqueológica de Vila Velha de Ródão - uma leitura actualizada dos dados da Pré-História Recente*. Comunicação na 1ª Reunión de Estudios sobre la Prehistoria Reciente en el Tajo Internacional Marcadores Gráficos y Constructores de Megalitos en el Tajo Internacional. Santiago de Alcántara, Cáceres. Disponível em http://www.altotejo.org/UserFiles/File/Estudos_e_Publicacoes_arqueo/Carta_Arqueologicade_Rodao.pdf

Hespanha, A. M. (2003). As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna. In Tengarrinha, J. (org.). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Portugal: EDUSC/Editora UNESP/Instituto Camões (pp. 117-181).

Godinho, V. M. (1963). Complexo Histórico-Geográfico. In Serrão, J. (dir.). *Dicionário de História de Portugal: I*. Lisboa: Iniciativas Editoriais (pp. 644-649).

Godinho, V. M. (1971). *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia.

Gomes, M. V. (2002). *Arte rupestre do Vale do Tejo. A construção de um ciclo artístico pré-histórico*. Comunicação no Colóquio-Congresso Arte Pré-Histórica Europeia- Investigação e Gestão. Tomar.

Gouveia, J. (2009). O Monumento Natural das Portas de Ródão, Associação de Estudos do Alto Tejo, *Açafa on-line*: 2 (p.78). Disponível em http://www.alto-tejo.org/acafa/docsN2/Monumento_Natural_das_Portas_de_Rodao.pdf

Henriques, F. e Caninas, J. C. (2013). Toponímia do concelho de Vila Velha de Ródão. *Açafa On-line*: 6, (pp. 516-553). Disponível em <http://ptdocz.com/doc/95836/topon%C3%ADmia-do-concelho-de-vila-velha-de-r%C3%B3d%C3%A3o>

Henriques, F.; Carvalho, C.; Batata, C.; Pires, H.; Caninas, J.; (2015). “Novos elementos sobre o castelo de Ródão (Vila Velha de Ródão)”. Vila Velha de Ródão, *Açafa on-line*: 10 (pp. 161 - 174). Disponível em https://www.researchgate.net/publication/285587957_NOVOS_ELEMENTOS SOBRE O CASTELO DE RODAO VILA VELHA DE RODAO

Henriques, F.; Monteiro, M.; Caninas, J.; Chambino, M. (2016). Atalaias da Raia na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa: olhos de um território aberto a leste e a sul, *Açafa On-line*: 11, (pp. 69-91).

Ladurie, E. L. R.. (1977) La civilisation rurale. In Ladurie, E. L. R. *Le territoire de l'historien*, S. 1.: Gallimard. Collection Tel (nº19) (pp.141-168).

Ladurie, E. L. R. (2012). *Montaillou Village Occitan de 1294 à 1324*. S. 1.: Gallimard (Coll. Folio Histoire, Nouvelle édition revue et corrigée, par l'édition de 1982).

Le Goff, J. (1987). As mentalidades. Uma história ambígua. In Le Goff, J. e Nora, P. (dir.). *Fazer História: 3. Novos Objectos*, Lisboa: Livraria Bertrand (pp.87-106).

Lemos, F. S. (2013). Eduardo da Cunha Serrão, a AAP e o projecto de estudo da arte rupestre do Tejo. In Arnaud, J. M.; Martins, A. e Neves, C. *Arqueologia Portuguesa*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (pp.31-38).

Lima, J. S. (2000a). ‘Festas’. In Azevedo, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal: C-I*. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 251-263).

Lima, J. S. (2000b). ‘Religiosidade popular’. In Azevedo, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal: P-V*. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 107-120).

Lima, J. S. (2001). 'Liturgia'. In Azevedo, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal: J-P*. Lisboa: Círculo de Leitores, (pp. 138-145).

Lopes, M. A. (2011). As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos. In Mattoso, J. (dir.) *História da Vida Privada em Portugal: III. A Época Contemporânea*. Lisboa, Círculo de Leitores e Temas (pp. 152-193; 470-473).

López, A. I. e Sánchez, F. J. C. (2012). Sínodos pretridentinos de Calahorra y Pamplona: La Iglesia y la regulación de la sociedad campesina. In Álvarez, M. J. P.; Pérez, L. M. R. (eds.). *CAMPO y campesinos en la España Moderna. Culturas políticas en el mundo hispano*. León: Fundación Española de Historia Moderna. Disponível em file:///C:/Users/maria/Downloads/R.C.FEHM_Le%C3%B3n_2012_p.1327-1336_Irigo-yen_L%C3%B3pez.pdf

Luís, M. A. S. F. (2009). *Vivências religiosas e comportamentos sociais: Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII*. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras Dep. de História. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1702>.

Luís, M. A. S. F. (2011). Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII. *Lusitania Sacra: 2ª S (23)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa (pp. 169-187). Disponível em repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/.../1/LS_023_MariaASFLuis.pdf

Magalhães, J. R. (1993). O Enquadramento do espaço nacional. In Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal: III. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 12-60).

Magalhães, J. R. (1993). As estruturas agrícola e pastoril - o cultivo da terra. In Magalhães, J. R. (ed.). *História de Portugal: III. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Estampa (pp. 243-281)

Magalhães, J. R. (1993). Da transformação elementar à organização do trabalho. In Magalhães, J. R. (ed.). *História de Portugal: III. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Estampa (pp. 281-313).

Mariz, José (coord). (1993). *Inventário colectivo dos registos paroquiais*: 1. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Arquivos Nacionais, Torre do Tombo. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo2131.PDF>

Mariz, José (coord). (1994). *Inventário colectivo dos registos paroquiais*: 3. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Arquivos Nacionais. Torre do Tombo. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo2131.PDF>

Marques, A. H. O. (1972). *História de Portugal*: I. Lisboa: Edições Ágora.

Martins, M. J. A. (1967). *Ropica Pnefma de João de Barros. Uma interpretação*. Tese de licenciatura apresentada à FLUL. Texto policopiado.

Martins, M. J. A. (2012). *Quadros da vida rural no território de Ródão, no tempo da implantação da República*. Vila Velha de Ródão: Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão (Coleção: Vidas e Memórias de uma Comunidade).

Mendes, A. R. (1993). A Vida Cultural. In *Mattoso, J. História de Portugal*: III. *No Alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Círculo de Leitores (pp.376-421).

Monteiro, N. G. (1996). A sociedade local e os seus Protagonistas. In *Oliveira, C. (dir.). História dos Municípios e do poder local*, Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 29-55).

Morsel, J. (2000). Ce qu'écire veut dire au Moyen Âge... Observations préliminaires à une étude de la scripturalité médiévale. *Memini. Travaux et documents de la Société des études médiévales du Québec* (pp.3-43). Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00291802/document>

Neto, M. S. e Rodrigues, M. R. S. (2012). *Informações Paroquiais e História Local. A Diocese de Coimbra (Século XVIII)*. C.H.S.C: Ed. Palimage.

Nóvoa, A. (1987). *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII- XX siècle)* (2 vols.). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Nunes, J. R. (2006). Crime e Castigo: 'Pecados Públicos' e Disciplinamento Social na Diocese de Viseu (1684-1689), *Revista de História da Sociedade e da Cultura*: 6. Coimbra (pp. 177-213).

Oliveira, A. (2007). Fabrico de papel em Braga no século XVI. *Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA*: III Série (8). Porto (pp. 25-28).

Oliveira, R. P. (2010). Para o estudo da alimentação no século XVIII: O Agasalho dos Prelados no decurso das Visitas Pastorais, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*: 10 (I). Coimbra (pp. 323-342).

Paiva, J. P. (1991). A *administração* diocesana e a presença da *Igreja*: o caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. *Lusitania Sacra*: 2ª série. Lisboa (pp.71-110).

Paiva, J. P. (1993). Uma instrução aos visitantes do Bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das visitas pastorais em Portugal. Separata da *Revista de História das Ideias*: 15. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Disponível em https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/42009/1/Uma_instrucao_aos_visitadores_do_bispado.pdf

Paiva, J. P. (2000a). Diocesanias. In Azevedo, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*: 2. C-I, Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 9-15). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/13495>.

Paiva, J. P. (2000b). *Dioceses e organização eclesiástica*. In Azevedo, C. M. (dir.). *História Religiosa de Portugal*: 2. *Humanismos e Reformas*. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 187-199).

Paiva, J. P. (2000c). As visitas pastorais. In Azevedo, C. M. (Dir.). *História Religiosa de Portugal*: 2. *Humanismos e Reformas*. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 250-255).

Paiva, J. P. (2000d). Igreja e Estado (Época Moderna). In Azevedo, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*: 2. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 393-401).

Paiva, J. P. (2001a). D. Fr. Luís da Silva e a gestão dos bens de uma mitra. O caso da diocese de Lamego (1677-85). In Ramos, L. A. O.; Ribeiro, J. M. e Polónia, A. (coord.) *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*: II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (pp. 243-255).

Paiva, J. P. e Carvalho, J. R. (2001b). *Visitações*. In Azevedo, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*: 4. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 365-370).

Paiva, J. P. (2006). *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

Paiva, J. P. (2008/2009). O Estado na Igreja e a Igreja no Estado. Contaminações, dependências e dissidência entre o Estado e a Igreja em Portugal (1495-1640). *Revista Portuguesa de História*: XL (pp. 383-397).

Paiva, J. P. (2009a). Episcopado e pregação no Portugal moderno: formas de actuação e vigilância. *Via Spiritus*: 16(pp.7-42). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/13495>

Paiva, J. P. (2009b). O episcopado e a "assistência" em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII). In Ramos, L. A. O. (dir.). *Estudos de homenagem a João Francisco Marques: II*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (pp. 243-255) Disponível em <https://edicoes.up.pt/livro/show/291>

Paiva, J. P. (2011). *Baluartes da Fé e da Disciplina: O enlace entre a Inquisição e os Bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Parsons, T. (1964). *The Social System*. Canada, Toronto: Collier- Mac-Millan.

Portalegre, P. (2007). *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira Crónica dos Lóios: edição crítica e estudo por Cristina Sobral*. Lisboa: Roma Editora.

Penteado, P. (2000). Confrarias. In Azevedo, C. M. (dir.). *História Religiosa de Portugal: 2. Humanismos e Reformas*. Lisboa: Círculo de Leitores (p. 323- 330).

Pereira, I. R. (1994). Visitas Paroquiais dos séculos XIV, XV e XVI. *Lusitania Sacra*: 2ª série (4) (pp.311-344). Disponível em https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4870/3/LS_S2_04_IsaiasRPereira.pdf

Queirós, M. H. (2009). A contra-reforma em Portugal: 1540-1700. Critical note. *Via Spiritus*:16(pp. 173-186). Disponível em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/vsp/issue/view/283>

Ramos, R. (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, XXIV (103-104), (4.º, 5.º) (pp. 1067-1145). Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223032571Q0nUJ7ty8Sg03SR3.pdf>

Ribeiro, O. (1967). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*: 3ª edição, revista e actualizada). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Ribeiro, O. (1985). *Guia de Portugal. Beira. II. Beira Baixa e Beira Alta*: 3°. Lisboa: Fundação Gulbenkian (2ª edição).

Ribeiro, O. (1991). *Opúsculos Geográficos: IV. O Mundo Rural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Rijo, D. M. M. (2011). *A representação da freguesia de Santa Justa (Lisboa) nos Róis de Confessados (1693-1702)*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/7291>.

Rodrigues, A. M. (2006). A Formação da rede paroquial no Portugal medievo. In Jiménez, M. G. e Romero-Camacho I. M. (dir.), *La Península Ibérica Entre el Mediterráneo y el Atlántico, Siglos XIII-XV. V Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval*. Sevilla, Cádiz: Diputación de Cádiz/ SEEM (pp. 685-695). Disponível em <http://ler.lettas.up.pt/uploads/ficheiros/4407.pdf>

Rodrigues, T. F. (1993). As estruturas populacionais. In Mattoso, J. *História de Portugal: III. No Alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 214-222).

Rosa, M. L. (2017). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna: perspectivas teóricas e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*: XXX. Coimbra: Imprensa da Universidade (pp. 547-586). Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/>.

Rosa, M. L. (2016). A vivência do cristianismo pelos fiéis leigos - A experiência do sagrado cristão. In Paiva, J. P. (coord.). *História da Diocese de Viseu: I*. Viseu/ Coimbra: Diocese de Viseu e IUC. (p. 517-568).

Rosa, M. L. (2017). *Fazer e pensar a história medieval hoje: guia de estudo, investigação e docência*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ruas, J. (2014). Notícias sobre a história do papel em Portugal. *Cultura* [Online]: 33. Disponível em <http://journals.openedition.org/cultura/2344>.

Salvado, M. A. N. (2014). *O culto do Espírito Santo na alma do povo de Monforte da Beira*. Castelo Branco: RVJ Editores.

Santos, E. (1979). Os *livros das visitas* pastorais da região portuense. Questões e perspectivas de abordagem. *Revista de História*: 2 (pp. 237-244). Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6338.pdf>

Santos, M. J. F. (2014). Marcas de água e história do papel, *Cultura* [Online]: 33. Disponível em <http://journals.openedition.org/cultura/2334>.

Seixas, M. M. (2017, Dezembro). Overseas Elements in Portuguese Armorial from the Modern Era. *E-Journal of Portuguese History*: 15 (2). Disponível em https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue30/html/v15n2a01.html

Sequeira, J. (2014). *O Pano da Terra: Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: U. Porto Edições - Universidade do Porto. (Coleção Para Saber. Disponível em https://books.google.pt/books?id=MsvlCQAAQBAJ&dq=Gloss%C3%A1rio+de+termos+t%C3%A0xteis+e+afins&hl=es&source=gbs_navlinks_s

Serrão, J. V. (1974). *Viagens em Portugal. Manuel Severim de Faria (1604,1609,1625)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História (pp. 96-97, 112-113).

Serrão, J. V. (1996). *População e Rede Urbana nos Séculos XVI-XVII*. In Oliveira, C. (dir.). *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores (pp.63-77).

Silbert, A. (1978). *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'ancien régime*: I. Lisboa: INIC.

Silva, A. M. P. (1990). Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos bispos do Reino, em 1553. *Revista da Faculdade de Letras. História*: II Série (VII). Porto (pp. 133-143). Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2228.pdf>

Silva, F. R. (1993). História da Alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados. In Nóvoa A. e Berrio J. R. *História da Alfabetização em Espanha e em Portugal. Investigações e actividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (pp. 102-121). Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15174.pdf>

Silva, I. M. S. (2000). A Criação das Comendas Novas. In Azevedo, C. M. (dir.). *História Religiosa de Portugal: 2. Humanismos*. Lisboa: Círculo de Leitores (p. 91).

Silva, I. M. S. (2002). *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. [Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1998]. *Militarium Ordinum Analecta*: 6. CEPESE/FEAA / Ed. Fundação Eng. António de Almeida (pp. 502-503). Disponível em <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-6>

Silva, L. M. (2007). *As visitas pastorais na Diocese do Porto (1675-1800). Os comportamentos desviantes censurados*: I. Dissertação Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14676/2/tesemestvisitaspastoraisVOL1000075157.pdf>

Soares, F. N. (1981). Livros de visitas referentes à região de Montelongo e Guimarães, no Arquivo Distrital de Braga. *Separata do Congresso de Guimarães e sua Colegiada. Cadernos do noroeste*: 6 (1-2). Guimarães: A.F.N.S. (pp. 37-55). Disponível em [file:///C:/Users/user/Downloads/1ch-vol3-002%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/1ch-vol3-002%20(1).pdf).

Soromenho, P. C. (1965). Lendário Rodanense. *Separata da Revista de Portugal*: série A (XXX) (pp. 430-447).

Souza, I. C. (1989). *O poder visto de um Caleidoscópio: representações culturais do príncipe e da sociedade portuguesa do Renascimento*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Cultura Portuguesa. Disponível em <http://ler.lettas.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8881.pdf>

Vasconcelos, A. P. (dir.). (1999). Comendas das Ordens Militares na Idade Média. *Militarium Ordinum Analecta*: 2. CEPESE / Civilização Editora.

Vasconcelos, J. L.; Soromenho, A. e Soromenho, P. (1982 e 1983). *Etnografia Portuguesa*: V e VI. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Vicente, M. G. (2015). *Entre Zêzere e Tejo propriedade e povoamento: séculos XII-XIV*. Lisboa: Edições Colibri.

WEBGRAFIA

Aldazábal, J. (S. d.). *Dicionário elementar de liturgia*. Disponível em <http://www.liturgia.pt/dicionario/>.

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/>

ANEXOS

**O Livro de *Visitações* da paróquia do Fratel:
(de 1538 a 1711)**

ANEXO I

Períodos das visitas e planos sócio-geográficos

da dissertação de Mestrado
apresentada a
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

ANEXO I

Períodos das visitas e planos sócio-geográficos

Períodos/ visitas frequência média	Igreja.Normas	Diocese da Guarda	Sociedade e situação política em Pt.	No Fratel
05.05.1538 a 23.06.1548 1 vis/15 meses. lacuna de 18 anos	1538 -Constit Braga-Inf D.Henr. arceb° Braga 1545-48- 1ªsessão Concílio de Trento 1551-52 2ª e sessão Trento 62 -63 - 3ª sessão – Sacramentos, purgt°, culto santos 1556 –Constit Viseu 1563 –Constit Lamego 1565-Constit Évora e Miranda 1564 a 1570 Provisão Arcb° D.Henr práª sa- cramentos confirm. e comão; 64 Rol dos Liuros q se prohibem per o Cardl Inffante, Inquisidor Mor 1564 Catecismo.Fr Bartl. Márts, Brg, J.Ma- riz...-Decretos e determinaç do sag° Conci° 1566-Catecis° roma°,Pio V 1568 – Constit. Goa. 69 –.Lisboa 1591 - Constit Coimbra livros cultuais obrigatórios - <u>breviário</u> 1568; <u>missal</u> 1570, - <u>devocionários, santoriais</u> e outros 1582 - <u>Vulgata</u> -1592 -1615 1559 criação de seminários- Universidade de Évora (S.J.)	Bp° Jorge de Melo 1519-48- fixou-se a viver em Portalegre- nc. viveu na G.ª; ex- comung° em 47 Bp° D João de Ptg 1556-85 sp ausente, preso por fidelidd a Prior do Crato 1582 - gov°r do Bis- pado - D°r Martim Pinheiro comend° Most° de S. Simão da Junqueira Bp° . Manuel de Qua- dros 1585-1593 Bp° Nunno de Noro- nha 1593-1608	1536.39- Peste Lxa // falta ce- real .fomes 1545-50 - crise de cereais: Al- garve, Beiras e Alentejo 1562 1557 – peste 1569 grande peste-Lx e país 1573. fome Beiras 1578 Alcácer Quibir 1580 seca 1581- FilipeI- Rei-Cortes To- mar Rei promove obras nas margem do Tejo pª facilitar navegação. Publicª em Madrid <i>Memoria</i> do Eng° responsável do projecto 1587 “Armada Invencível” 1597 Guerra latente 1598/ 1602. peste Lx e país; - crise cereais. [J.GASPAR, 1970, 159-160] 1595 - Rei Filipe IV faz passar trigo para Portugal, pelo Rio Tejo [SILBERT, 179]	1538 Refª: a <i>encadernar ho misall romão</i> 1538 e 1545 fazer demarcação do adro 1544, 46 e 47 restelhar a Igr. e forrar de ma- deira;48-branquear Igrª 1568 +77 - pg° 3 cruzados ao Cura pª fazer a doutrina - <i>necessario fazerse outra igreja maior-</i> defi- nida derrama de 20 000rs. 1569 ...76- lugares H/M na Igrª./- Retelhar a ca- pela; incorrectas eleições mordomos confrarias 1577- <i>esterilidade do ano</i> 1580- bautisterio costume novo - cumprir derrama de 15 000 não cumprida - <i>pella esterillid do anno e serem pobres os re- levo...</i> 1582 -Visi: D°r Manoel Lourenço, conego lente da sagrª escripª.... - mais uma derrama de 20 000 rs e <i>mais outros vinte mil res ...que ao todo sam setenta mil res</i> para começar a Igreja - Refª a ermida Esp° St° 1587 <i>já teem 100 cruzados. Comese a edifi- car a Igrª</i> 1592 Termo dado no Fratel. <i>arco da porta principal far se há de novo por não estar seguro</i>

Períodos/ visitas frequência média	Igreja.Normas	Diocese da Guarda	Sociedade e situação política em Pt.	No Fratel
19.05.1608 a 22.10.1639 1 vis/17 meses	1601- Constit Leiria Seguindo as de XVI- compõem -se c/ as decisões de Trento (14) 1617 Constit Viseu o apogeu do modelo tridentino (15) ; Elvas 1635 e Brg ^a 1697 (JPP, DHRI, vol.2 -9-15) - texto exemplar das políticas de reforma católica (15) 1620- Arceb ^o Br ^a -Af ^o Furtado de Meneses - Regim ^o visitds 1621 Anos 1630- Regim ^o visitds. Portalegre Elvas Lamego;	Bp^o Af^o Furt^o Mend^a - 1609-16 tb B ^o Coimbra, arcb ^o Br ^a e de Lx -Regi ^o visitads. Bp^o Francisco de Castro 1617-30 inquisidor-mor, Reitor Univ, Coimbra 1614.sínodo e 1621-Constittçs Gua ^a Bp^o Abade Frei Lopo de Sequeira Pereira -1632-36	1607. Sev Faria-causas decadê ^a Ptg 1609 decrésc ^o populac. reconh ^o por Conselho de Castela 1609.620 .Peste ⁵³ 1615/20- secas e doenças, carência de cereais 1621 fome no Reino 1624- ataques holands. à Baía conquistam Pernambuco 1630 -lutas até 36.39 1635- Rei Filipe IV faz passar trigo para Portugal, pelo Rio Tejo [Silbert, 179]	1608 - Visi^{or} Gaspar Rego da Fonseca **,depois Bp Porto, 1608- demanda sobre quem deve tanger os sinos 08.1611.rf ^o bp ^o Aff. Furt ^o Mend ^a recomenda -Pd.Cura <i>Ensinar aos freg. os catecismos dos senhores Arcbp de Lxa D. Mig de Castro ou de Br^a D. fr. Berthl. Martires.</i> Idem em 1626 33v 1613 Visi^{or} Bp^o Fr Luís da Silva - faltas do empreit ^o na obra- Igr ^a não rebocada, portas escada, etc . 1614 -ordem de fazer o retábulo, ainda não acab ^o 1617 tb retáb ^{os} altares laterais 1616, 1617, 1618, 1623, 1636, 1639 Refs sobre... <i>avendo respeito as necessidades do anno</i> 1617 ou <i>por não auer dinheiro</i> 1623 ... <i>por resp^o das nec^{ds} do anno</i> 1636, os releuo das penas... 1618 -1 ^a ref ^a <i>Não há capa de Asperges</i> (ref ^a ainda em1684) 1619 - restelhar sacris ^a ; 1624.26 Dourar retábulo; 1627 -frechaes do tecto em perigo e linhotes a resvalar-ainda nec ^o concertos em 97 1628 farão hun sino em lugar do quebra ^o ; 1630 feito o sino. 1634/35 -fechadura na <i>porta dos sinos</i> ; tb 1650

Períodos/ visitas frequência média	Igreja.Normas	Diocese da Guarda	Sociedade e situação política em Pt.	No Fratel
25.05.1641 a 26.03.1668 1 vis/12 meses lacuna de 15 anos	? 1643 <i>Instructio- Praevis visitatores</i> -Gas- par Rego da Fonseca Anos 70 a 90 Re- gim ^o visitdores. Al- garve, Porto Braga 1661 Constit Guarda reedição da de 1621	1641/1669 - sede vacante Bp^o Fr.Álvaro de São Boaven- tura - 1669-72 Bp^o Martim Af^ode Melo 1672-84	Lutas Restauração	1641 me constar estar a freguesia <i> muito</i> falta de nouidades os relevo da pena 1642 visto não aver <i> dinheiro</i> na fabrica e correr demanda sobre ella com o comendador e seus rendeiros 1642 - Relevo os das penas visto o aperto do tempo Id. mas <i> porque</i> he pobre e por 1649 o releuo pello aperto do anno; e <u>necessidades presentes</u> 1646... concertar os sinos... 1660 concertados 1648- não branquearão a Igr ^a por dentro; nec ^a retelhar <i> de modo que não chova nella</i> tb em 1660 e 1664 [1 ^a ref ^a 1618 -1684 <i> so necessita de prezente da capa dasperges]</i> 1652 penas de tres mil <i> reaes</i> de q o releuo, por algs razons q me aleguarão 1666, <i> igr^a há mister consert^a por mostrar ruina... por estarem os tempos miseraveis... se tire das confrarias...se vendão algs oliveiras;</i>
11.02 1683 a 19.03.1711 1 vis/13 meses		Bp^o D. Fr Luís da Silva 1685-1691 Vis^{or} 1686 Tb bp ^o Lamego, dep. arcebis^o Évora Bp^o João de Mascarenhas- 1692-93 Bp^o Rodrigo Moura Teles 1694-1704- Vis^{or} 1698. fl.150; Acta exigente- Cartas pastorais dep. Arch ^o Braga - a <i> Expressão Barroca...</i> Depois arcebis ^o Br ^a Bp^o António de Saldanha 1706-11	1697 descoberto ouro Brasil 1703-Trad^o Methuen	1686- Vis.^o Bp^o- Fr Luis da Silva 1697 Bi^o-D.Rodr^o Moura Telles 1683- proibidos <i> balhos</i> na Sra do Castelo 1687 <i> Concertar o telhado</i> 1689- <i> Igreja decentemente ornada de vestimentas das quatro cores</i> 1694 <i> retabollo da capella mor esta muito arruinado por falta do ouro que pela uelhisse lhe foi caindo ficando disforme</i> 1695 <i> quão indecente está a igreja-e refs continuam</i> 96, 97... 1709 1695- 97 refs a faltas e degradação edificio Igreja: chão de terra, s/ forro, telhado, paredes reboco... 1704 Igr ^a <i> necessita de hum Paleo;</i> 1706 ja entregues a Carlos de Murca 60 000 rs p ^a Palio

**O Livro de *Visitações* da paróquia do Fratel:
(de 1538 a 1711)**

ANEXO II

Visitadores, Bispos, Escrivães, Párcos

da dissertação de Mestrado
apresentada a
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

ANEXO II
Visitadores, Bispos, Escrivães, Párocos
 Registo de referências

Ano//pág.	Visitadores	Cargos/s	Escrivães	Bispos da Guarda
I.01 1538	Doutor Ruberte Diaz	vigário gerall no ispiritual e no tempo- rall en todo ho Bispado da Guarda	Não mencionado	Dom Jorge de Melo (1519-48)
I.01v 1539	O mesmo visita- dor	vigário gerall no ispiritual e no tempo- rall en todo ho Bispado da Guarda	Iorge da Fon [...]	Dom Jorge de Mello
I.03v 1541	O <i>Licenceado</i> <i>Simão Rodri- gueiz</i>	Capelão do muito Reverendo Senhor dom Jorge de mello bispo da guarda	Iorge da Fonseca	Dom Jorge de Mello
I.04 1543	dom beltesar bispo de lora	que hora temos carreguo de visitar este bispado da guarda	Manuell Lourenco es- crepuão a fez <i>por</i> si- mão Roiz <i>escrepvão</i> da dita visitação	Dom Jorge de Mello
I.05 1544	Mateus de Lixboa	Capelão do Senhor dom Jorge de me- llo bispo da guarda	Rui d Andrade	Dom Jorge de Mello
I.05v 1545 ou 1546	Dom baltesar da <i>Vitoria</i> bispo de lora	que ora per especiall comissão do muito Ilustre Senhor dom Jorge de mello vi- sito esse bispado da guarda	Sem elementos, por extravio de fo- lhas	Dom Jorge de Mello

I.06 1547	Gregorio Vaz	acipreste de monsanto <i>visitador</i> no aciprestado de Castello branco por comissão do <i>senhor</i> dom Jorge de mello	Allvaro Gonçalvez da Fonseca <i>escriva</i> da camara	Dom Jorge de Mello
I.06v 1548	Pero Vilela	beneficiado na Igreja de São Miguel em esta villa de Castello branco e acipreste em ella e seu arciprestado	Baltesar Diaz	Dom Jorge de Melo
I.07v 1566	Pedro Vilela	Igreja de são miguell em esta villa de Castello branco e acipreste em ella e seu aciprestado	Manoel Carvalho	per o Sr deão e cabido da see vacante da Guarda
I.09v 1568	Licº João Vaz d' Araújo	Sem dados, por extravio da folha com fórmula de abertura	Manoel Carualho	Dom João de Portugall
I.11v Sem data	Licº Sebastiam de elvas	Visitador neste bispado da Guarda	Sem dados. por falta da fórmula de termo	Dom João de Portugall
I.14 entre 1569 e 1576	Sem elementos	Falta de folhas com fórmulas de abertura e de termo	Manoel Rodriguez	Sem elementos
I.15 1577	Antonio Lourenço	Sem dados, por falta de folha com fórmula de abertura	Manoel Rodriguez	Dom João de Portugall
I.17 1580	Doutor Jorge d Almeida	Visitador neste bispado	Francisco Lucas	Dom João de Portugall

I.18v 1582	D ^{or} Manoel Lourenço	conego lente da sagrada escriptura na se deste bispado e visitador nelle	Manoel Rodriguez	Por comissão do Doutor Martim Pinheiro comendat ^o do Most ^o S. Simão da Junqueira e gov ^{or} do Bisp ^o [Ordem Congs Regrantes St ^o Agost ^o]
I.21v 1587	Lic ^o Antonio Gil Cardoso	prior de S. Pedro de Penamacor visi ^{or} no bispado	Dominguos Pedroso Capelão do S ^{or} Bispo	D. Manoel de Coadros
I.23v 1592	R ^{do} Manoel Diaz	Conego prebendado na See da Guarda	Pero Vasquez Cura de Vila Velha do Rodam <i>a fez em ausencia do escrivão da visitaçam</i>	D. Manoel de Coadros
II. 5 1608 (19.05 e 22.07)	<i>Licenciado</i> Gaspar do Rego da fonseca	Prior da Parochial igreja do lugar de loriga visitador geral neste bispado da Guarda	João da Costa Cabral	Dom Nunno de Noronha
II.07v- 08v 1611	João Gil da Costa	Dezembarguador juiz dos Rezidos Visitador Ordinario neste Bispado da guarda	Antonio de Pajua Pereira	Dom Affonso Furtado de Mendonça
II.10 1613	Frei Luis da Cruz	Religioso Pregador da ordem de S.Franc ^o da Prouincia de Portugal, visitador do distr icto de C.B ^o	João Marques da Cruz	Dom Affonso Furtado de Mendonça
II. 10-11z 1614	Nunno da Gamma Pimentel	Prior da Bendada Visitador no districto de <i>Castelo branco</i>	Balthasar de Lyma da Fonseca, notario apostolico aprovado	Dom Affonso Furtado de Mendonça

II.12/ 12v 1615	<i>Licenciado</i> Joam Gil da Costa	Visitador ordinario neste Bispado	Balthasar de Lyma da ffonseca, notario apos- tolico aprouado	Dom Affonso Furtado de Mendonça
II.13v- 14v 1616	Lic ^o Joam Gil da Costa	Visitador ordinario neste Bispado	Pedro Alvarez de Ca- rualho	Dom Affonso Furtado de Mendonça
II.15- 18 1617	Lic ^o Simão Car- doso de Sam- payo	conigo prebendado na see da guarda vis ^{or} geral neste bispado e destr ^o de C. Br ^o	Domingos Gomez	sede uacante, em fun- ções: Daião e cabido
II.18v- 20 1618	Lic ^o Antonio Francisco	vigario da igreja matriz de Nossa Se- nhora da Concepção da villa de Ida- nha a Nova vis ^{or} ordinario neste bis- pado, e Bispado de C. Br ^o	Miguel Diaz escruião da visitação	D. Françaço de Castro
II.20v s.d.	Lic ^o Manoel Dias	<i>Licenciado</i> Manoel dias prior da Igreja de Nossa Senhora de Aldea noua das donas Visitador ordinario neste Bispado prior de Jdanha a Nova	sem elementos	D. Francisco de Castro
II.24-25 1622	Simão Cardoso de Sampayo	Sem dados, por extravio da folha com fórmula de abertura	Secret^o Antonio da Costa prior de Pen- namacor	D. Francisco de Castro
II.25v-26v 1623	<i>Licenciado</i> Antonio Fernan- dez	Vigairo de Idanha A nova Visitador ordinario no Acipristado de Castello branco	Fernando Alvarez Varella	D. Francisco de Castro

II.27-27v s. d.	Manoel Dias	Prior da Parochial Igreja de Nossa Senhora d aldea nova das Donas visitador ordinario neste Bispado	sem o termo nem o escrivão da visita	D. Francisco de Castro
II.29-31 1625	Simão Roiz de Calvos	Prior S.Silvestre villa da Couilham e Arcipreste em ella visitador ordinario no destricto de Castello Branco	Fernão d Alvares Varella	D. Francisco de Castro
II.32v-34 1626	Manoel Dias	Prior de Nossa Senhora d aldea noua das donas visitador ordinario neste Bispado	Dominguos Teixeira	D. Francisco de Castro
II.34v-37v 1627	Simão Roiz de Calvos	Prior da Parochial de São Silvestre da villa de Couilhã Arcipreste na dit-ta Villa em ella visitador ordinario neste Bispado	Dominguos Teixeira	D. Francisco de Castro
II.38-39v 1628	Licº Antonio Fernandez	Vigairo de nossa <i>senhora</i> da Conceição da villa de Idanha a noua Arcipreste de <i>monsanto</i> visitador ordinario neste bispado	Manoel da Costa	D. Francisco de Castro
II.40-41v 1629	Revº Manoel Dias	Prior de Aldea Nova das Donas (idem)	Manoel da Costa	D. Francisco de Castro
II.42- 42v 1630	Revº Joam Barbas de Castell Branco	vigairo de Manteigas	Francisco d Alquerella ?	D. Francisco de Castro
II.44 1631	Manoel Dias	prior de Aldea Nova das Donas (idem)	Manoel da Costa	Sem indicação do Bispo, por falta de folha inicial

II.45-47z 1633 [5 págs]	Doutor João de Torres	conego doutoral na see da Guarda Protonotario <i>Apostolico</i> visitador ordinario deste bispado e Arciprestado de Castell Branco	Duarte Velho d Andrade Prior, capellão de sua Magestade e secretario da visitação	Frei D. Lopo de Sequeira Pereira (1632-1636)
II.47zv-48v 1634	Rev ^o Manoel Dias	prior de Aldea Nova das Donas	Marcos Lopez	Frei D. Lopo de Sequeira Pereira
II.49- 50 1635	L ^o Symão Rodriguez de Calvos	Prior de S. Silvestre da Covilham e nela e seu distrito, arcipreste e vis ^{or} ordin ^o no dist ^o de Cast.Br ^o	Bernardino da Silua	Frei D. Lopo de Sequeira Pereira
II.50v-52 1636	Frei Antonio Fernandes	Vigario na parochial de Idanha a Nova, Arcipreste no destricto de Monsanto, vis ^{or} ordin ^o no dest ^o de Cast.Br ^o	frei Bartholomeu Nunes	Frei D. Lopo de Sequeira Pereira frei Bartholomeu Nunes
II.52v- 54 1639	Doctor Francisco Leão	Comiss ^o do s ^o officio Capellam de S. Mag. ^{de} Vigajro da villa de Punhete	João Caldeira, secretario	D. Denis de Mello de Castro
II.55v/ 56v 1641	Rev ^o Francisco Antunez	coniguo prebendado na See da Guarda vis ^{or} ordi ^o nos Açipr ^{dos} de monsanto e Cast. Branco	Francisco Thome	<i>Pelos senhores Deão e Cabido see vacante</i>
II. 56v-58 1642	Hieronimo do Campo da Gama	Coniguo prebendado na See da Guarda viz ^{or} ordi ^o dist ^{os} da Ouuidoria de Abrantes e Arcip ^{do} de Cast. Branco	Baptista Soares	See vacante

II.60 1644	Luis Barbosa	Conigo prebendado na See da Guarda visit ord ^o no Arcipr ^o de C ^o Br ^o	Baptista Soares	See vacante
II.60v 1646	Lic ^o Andre Lopes de Albuquerque	Conigo perbd ^o na See da Guarda Beneficiado na igr ^a de São Pelayo da villa da Runa, visit ord ^o nos districtos da ouuidoria de Abrantes e no Arcipr ^o de C ^o B ^o	Baptista Soares	See vacante
II.63-64 1647	Thomas da Gama Osorio	Conigo prebendado na See da Guarda vis ^{or} ordin ^o nos Açipr ^{dos} de C.Br ^o e Pen ^{or}	Marco Manoel Paes	See vacante
II.64v - 65v 1648	Reu ^o Alvaro de Moxiqua da Costa	Conigo prebendado na See da Guarda vis ^{or} ordinário nos Açipr ^{dos} de Cast. Branco e Penamacor	Marco Antonio da Costa	See vacante
II.66-67 1649	Reu ^o Alvaro de Moxiqua da Costa	Conigo prebendado na See da Guarda vis ^{or} ordinário nos Açipr ^{dos} de Cast. Branco e Penamacor	Marco Antonio da Costa	See vacante
II.67v-69 1650	Thomas da Gama Osorio	Conigo prebendado na See da Guarda vis ^{or} ordinário nos Açipr ^{dos} de Cast. Branco e Penamacor	Francisco Carualho	See vacante
II.69v-71 1651	Manoel Saraiva de Sampaio	Conigo prebendado na See da Guarda vis ^{or} destritto da villa de Cast. Branco e Penamacor	João de Gouueia	See vacante

II.71v - 72v 1652	Antonio Lopes de Albuquerque	Conigo prebendado na See da Guarda vis ^{or} destritto e da villa de Cast. Branco	Francisco Carualho, vig ^o da Parochial Igr ^a de Villa Franca	See episcopalli vacante
II.73 - 73v 1653	Antonio Lopes de Albuquerque	Conego Prebendado na Sta Sée da cidade da Guarda (idem)	Hieronymo Gomez	Sede episcopalli vacante
II.74_75 1654	Manoell Novaiz Machado <i>Louvor a fregueses diligentes ...curiosos</i>	Conego Prebendado na Sée Cathedral da cidade da Guarda viz ^{or} ordinario nos Aciprestados das Uillas de de Castelo Branco e penamacor	Francisco de Oliveira	Sede episcopalli vacante
II.76 - 76v 1655	Manoel Novais Machado	Conego Prebendado na See da Guarda (idem)	Rodriguez Rapozo	Sede episcopalli vacante
II.77_77v 1656	Luis de Proença	Conigo prebendado na See da Cidade da Guarda viz ^{or} ordinario do destritto de Castello Branco	Christouão de Tauora da Mesquita	Sede episcopalli vacante
II.78 - 78v 1657	Luis de Proensa	Conigo Prebemdado na Se cathedral (idem)	Baltasar lopes de Carualho	Sede episcopalli vacante
II.79_79v 1658	Domingos Sanchez del Casti-lho Branquo	Conigo Prebemdado na See da cidade da guarda vis ^{or} ordinario na villa de Cast ^o Br ^o	Thome fernandez Manso, <i>Notairo Apostolico</i>	Sede episcopalli vacante

II.80_81 1659	Heitor Vas Machado	cong prebend ^o na santa See da guarda, (idem)	Manoel Vellozo cabral	Sede vacante
II.81v_83v 1660	Heitor Vas Machado	cong prebend ^o em a See da guarda (idem)	Manoel de Amaral <i>secretario da Visitação</i>	Sede vacante
II.84_86 1661	Heitor Vas Machado	Conigo prebendado em a see da guarda (idem)	Manoel de Amaral <i>escrivão da Visitação</i>	Sede vacante
II.86v_88 1662	Hjacintho de Sousa	cong Prebend ^o Sé Guarda, visit ^{or} ordin ^o as villas de Cast.Branco e Celorico e seos destrictos	Manoel de Amaral	Sede vacante
II.88v-89v 1663	Hjacintho de Sousa	Conigo prebendado em a S ^a see cathedral da cidade da guarda vis ^{or} ordinario do Arciprestado	Manoel de proença	Sede vacante
II.91_91v 1665	Hector Vaz Machado	Conigo Prebend ^o See Guarda, visit ^{or} ordin ^o no destricto de Castello Branco	Thome <i>fernandes</i> Manso	Sede vacante
II.92_93v 1666	Manuel de Proença	Conigo Prebend ^o See Guarda, visit ^{or} ordin ^o em os destrictos de Castelo Branco e Penamacor	Leandro Esteues Manso	Sede vacante
II. 93v-95 1667	Manuel de Proença	Conigo Prebend ^o Séé Guarda (idem)	Sem elementos	Sede vacante

II. 95-95v s.d.	Henrique Correa da Costa	Conigo Prebend° Sée Guarda, visit ^{or} ordin° em os destrittos de Castelo Branco e Penamacor	Sem elementos	Sede vacante
II.120-120v 1683	João Ferreira	Sem dados, devido à falta da fórmula de abertura, por extravio de folhas	Bernardo Lopes da Guerra	D. Martim Affonso de Mello...e do Cons° de S. Mag.de
II.120v-122v 1684	Doutor Manuel Migueis do Rio	Prior do Turtuzendo commiss° do S ^{to} officio Visit ^{or} ordin° deste Arciprest° de Castelo Branco	Valerio Manso	Sede vacante
II.123-124 1685	Manuel de Proença	Conego Prebend° See Guarda, visit ^{or} ordin° do districto de Castello Branco	Joam Rodriguez d Almejda	Sede vacante
II.124-125 1686	Dom Frei Luis da Silva	Bispo da Guarda	Lic° Manoel Leytam de Magalhainz, Secr° de S.Illus ^a	Dom Frei Luis da Silva
II.125v-126v 1687	Manoel Falcom	Conigo Preb° na S ^a See Guarda, visit ^{or} ordin° do districto de Cast Br°	Ioam Teixeira da Fonseca secret° da vezita	Dom Frej Luis da Sylua
II.126v-127 1688	Doutor Manoel de Sousa Oliua	Conego Magistral See Guarda, visit ^{or} ordin° do districto de Cast Br°	Lec ^{do} Rodriguiz Mattado secr ^t ° da visita	Dom Frej Luis da Sylua
II.127v-128v 1689	Manoel Falcam	Conego Preb° na See da Cidade da Guarda, visit ^{or} ordin° na villa e districto de Castello Branco	Marcoz Gomez d Azeuedo	Dom Frej Luis da Sylua

II.129v-129 1690	Manoel de Proença	Conego Preb ^o See Guarda, vizit ^{or} ordin ^o na billa e destritto de Cast Br ^o	Marcoz Gomez d Azeuedo	Dom Frey Luis da Sylva
II.130-131 1691	Manoel de Araujo Correia	Conego Perb ^o na S ^a See da Guarda, vesit ^{or} ordin ^o na cidade e destritto de Castello Branco este presente Anno	Ioão Delgado secret ^o da vezita	Dom Frej Luis da Sylua
II.131v-133v 1692	Antonio Pessoa de Andrada	Conego Preb ^o See Guarda, visit ^{or} ordin ^o nos destrittos de Cast Br ^o e Monsancto em este prezente Anno	não identificado	pello m ^o R ^{do} Cabbido Sede Vacante
II.131v-133v 1693	Antonio da Silva	Conego Preb ^o See Guarda, visit ^{or} ordin ^o nos destrittos de Cast Br ^o e Monsanto	P ^{re} Francisco da Fonseca secretario da vezita	pello m ^o R ^{do} Cabbido Sede Vacante
II.136-137v 1694	Hjacinto de Souza Sotto Mayor	Cong ^o preb ^o viz ^{or} ordin ^o Arssi-prestados de Cast. Branco, Mons ^{to} e Penamacor	padre joséph tauares	D. Rodrigo de Moura Telles
II.137v -139 1695	Francisco Samudio de Mendonça	Arcipreste do destritto de Castello Branco	Ant ^o Soares Ferrão	D. Rodrigo de Moura Telles
II.139 -142v 1697	D. Rodrigo de Moura Telles	Bispo da Guarda - Cartas pastorais seguem a visita	Manoel da Costa Freyre	D. Rodrigo de Moura Telles

II.150z-151zv 1698	Lic ^o Jozeph Baratta	R ^{ndo} de <i>Sam Joam</i> da v ^a de Abrantes Prior do Saluador da V ^a de Couilhaã Arcip. em ella e destric ^o , e viz ^{or} ordin ^o Arciprestados de Cast.Br ^o e Mons ^{to}	Manoel da Sjlua	<i>Dom</i> Rodrigo de Moura Telles
II. 151zv - 152v 1699	<i>Doutor</i> Francisco Mendes	Vigario geral da V ^{la} de Abrantes e Vigario da Igreja da Villa de Rej, Visit ^{or} ordin ^o Arcipr ^{do} de Cast ^o Br ^{co} e Monsanto	P ^e Paulo Delgado nobilitado do S ^o Officio	<i>Dom</i> Rodrigo de Moura Telles
II. 153v -154 1700	Lic ^o Francisco da Sylva Manoel	Comiss ^o do Sto Officio, prior de S ^{ta} M. Magdalena da V ^{la} de Couilhaã e Visit ^{or} ordin ^o o presente anno Arcipr ^{do} de C ^o Br ^o	P ^e Paulo Delgado nobilitado do S ^o Officio	<i>Dom</i> Rodrigo de Moura Telles

II. 154v -154 1701	Bento de Oliveira Mesquita	Comiss ^o do S ^o Off ^o prior da Paro- chial de N. Sra da Concepçam da V ^{la} do Baraçal Arcipr ^{te} . da V ^{la} de Celorico, <i>vizit^{or}</i> ord ^o o pr ^{te} anno no Arcipr ^{do} de C. Br ^o .	L ^{do} Manoel da Sjlua secretario	Dom Rodrigo de Moura Telles
II. 157-157v 1702	<i>Doutor</i> João Lou- renço Coelho	<i>vizit^{or}</i> ord ^o o pres ^{te} anno no Arcipr ^{do} de Cast ^o Br ^o	Manoel Roiz Rasqui- lho	Dom Rodrigo de Moura Telles
II. 158v-160 1703	Lic ^{do} Francisco da Sylva Manoel	Comiss ^o do S ^o Off ^o prior de Sta M. Magdalena da vila de Couilhã Ar- cite (idem)	secretario Manoel da Sjlva	Dom Rodrigo de Moura Telles
II. 160v-161v 1704	Bento de Oliveira Mesquita	Comiss ^o do S ^o Off ^o prior da Vila do Baraçal (idem)	Lic ^{do} Manoel da Sjlua secretario	Dom Rodrigo de Moura Telles
II. 162-163v 1706	<i>Doutor</i> Manoel de Souza Oliua	Conego <i>Magistral</i> na see da G ^{da} Provisor nella e seo Bis ^{do} e <i>vizit^{or}</i> ord ^o o pr ^{te} anno no distri ^o C.B ^o	Pe Joseph Martins secretario	Deão dignidades Cone- gos e Cabbido da See Episcopal e Vacante
II. 163v- 165v 1709	<i>Doutor</i> Manoel da Silua de Sampajo	<i>dezebargador</i> da meza do despa- cho, <i>vizit^{or}</i> ord ^o o presente anno no distri ^o de C.Br ^o	Pe Miguel Jorge se- cretario	D Antonio de Saldanha
II.166-166v 1710	Rev ^o Teodozio Es- tevez	familiar do S ^o officio <i>vizit^{or}</i> ord ^o o pr ^{te} anno no distri ^o de C.Br ^o	Manoel Dias	D Antonio de Saldanha
II.167z 167zv 1711	<i>Doutor</i> Antonio Luís Delgado	Vigario de Vila de Rey, <i>vizit^{or}</i> ord ^o o pr ^{te} anno no distri ^o de C.Br ^o	Pe Joam Aluares Nave secretario	D Antonio de Saldanha

**O Livro de *Visitações* da paróquia do Fratel:
(de 1538 a 1711)**

ANEXO III

Sumários das *Visitações* de 1541, 1608 e 1635

da dissertação de Mestrado
apresentada a
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Anexo III

Sumários das Visitações de 1541, 1608 e 1635

Sumário da Visitação de 02.05.1541

<i>Cota:</i> Parte (I ou II). n.º folha (ou z)/ _data (ou s.d.)	Figuras da visitação Visitador/ Bispo/ Lugar de registo / Escrivão (ou Secretário)/ Pároco/ publicação	Recomendações e eventos
I.03v/I.04 02.05.1541	Visitação de 1541 Visit^{or} Lic^o Fernão Piriz Capelão do Bp^o da G^a Bp^o Jorge de Melo Lugar Vilar do Boi Registo Montalluão Escr Jorge da Fonseca não assinado P^{co} sem assin^a / publ. sem <i>certidão</i>	- visit. ant. cumprida, mas hũs frontais de ... linho <i>que</i> ten feitos e não são pintados; - mandem poer hũ <u>guarda po</u> de pano de linho <i>com</i> franjas brancas no alltar mor; - fazer <u>hũa arqua fechada</u> em <i>que</i> estem ... - diogo pires procurador da Igreja os Juizes lhe entreguarão a prata da dita Igreja e ele vivia em hũ monte deserto... - emleção ...homens antiguos, i.e <i>domingues eanes</i> esteuão bras <i>esteue</i> anes e outros <i>que demarquem ho adro</i> ..._e nenhũa pessoa laure nelles e ho deixem a Igreja <i>com</i> suas aruores - fregueses ... cada ano busquem hũ cleriguo [p ^a ajudar] aos ofiçijos da Semana Santa

Sumário da Visitação de 19.05.1608

<i>Cota: Parte (I ou II). n° folha (ou z)/ _data (ou s.d.) notas sobre o códice</i>	Figuras da visitação Visitador/ Bispo/ Lugar de registo / Escrivão (ou Secretário)/ Pároco/ publicação	Recomendações e eventos
<p>II.05/ 05v/ 06/ 06v</p> <p>19.05. 1608</p> <p><i>Faltam folhas 1/4v</i></p>	<p style="text-align: center;">Visitação de 1608</p> <p>Visit^{or} Gaspar do Rego da Fonseca, Prior de Loriga Visit^{or} geral neste bispado</p> <p>Bp^o Dom Nunno de Noronha</p> <p>Lugar registo - Fratel</p> <p>Escr João da Costa Cabral</p> <p>P^{co} sem assin^a / publ. sem certidão</p>	<ul style="list-style-type: none"> - visita dá-se na <i>Igreja de S. Pedro do lugar do Fratel ...</i> -... <i>auendo respeito ao aperto do anno ...</i> - <i>farão acabar perfeitamente o que falta por fazer na obra da Igreja</i> - disciplina do pár^o- <i>Vigairo no tempo da visitação estaua absente em Lisboa - ...não fazia o caso deuido das visitaçoens pois na passada ... não passou certedão da publicação;</i> - Pároco- responsabilidd. por ornamentos desta igreja e livros de as- sentos; - <i>cumprão à Risca o que na visit pass^a se mandou acerca do ensinar a doutrina de que há tanta falta;</i> - conflitos sobre quem assegura o toque do sino; - <i>demanda que pendia sobre mandar arranjar os sinos;</i> - <i>missas que o Parocho disser das confrarias não leuará mais que a esmola costumada e ainda não impedira pregadores convidados</i>
<p>II.07</p> <p>22.07.1608</p>	<p style="text-align: center;">Visitação de 1608</p> <p style="text-align: center;"><i>[Visita posterior, 2 meses depois]</i></p> <p>Visit^{or} Gaspar do Rego da Fonseca</p>	<p><i>Vindo acudir a dissensam, que hauia nesta igreja sobre cura, achey aos fregueses pouço obedientes aos mandados do S^{or} Bispo</i></p>

Sumário da Visitação de 18.05.1635

<i>Cota: Parte (I ou II). n.º folha (ou z)/_data (ou s.d.) notas sobre o códice</i>	Figuras da visitação Visitador/ Bispo/ Lugar de registo / Escrivão (ou Secretário)/ Pároco/ publicação	Recomendações e eventos
<p>II.49/ 49v/ 50</p> <p>18.05.1635</p>	<p>Visit^{or} L^oSymão Rodriguez de Calvos Prior de S. Silvestre da Covilham e nela e seu distrito, arcipreste e vis^{or} ordin^o no dist^o de Cast.Br^o</p> <p>Bp^o Frei Dom Lopo de Sequeira Pereira</p> <p>Escr. Bernardino da Silua</p> <p>Lugar Fratel</p>	<p>- O p^e Cura em todos os <u>Domingos insinara a doutrina</u> - <u>fabricario tem satisfeito com a capa de asperges e... de presente esta</u> <u>prouida a capela</u> - <u>gancho em a pia Baptismal,- branquear o corpo da igreja; - retelhar</u> <u>a capella</u> em falta: <u>-pano da tumba-fechadura portas dos sinos - grades Baptis-</u> <u>terio;</u> - provimentos p^a cultos novos: <u>S^o Sacramento, Nome Jesus; -guardem</u> <u>o ditto dia do glorioso s. Joseph</u> - <u>liturgia Quinta feira st^a- sempre acompanhada de hum dos sacerdo-</u> <u>tes</u> - <u>nenhum Clerigo baptize nesta igreja sem estar actualmente appro-</u> <u>vado pera administar Sacramentos</u> - <u>pecado da cohabitação entre esposados- paroco dem conta as R^{do}</u> <u>Arcipreste [sublinhados no manuscrito]</u></p>

**O Livro de *Visitações* da paróquia do Fratel:
(de 1538 a 1711)**

ANEXO IV

Sumários das visitas de Bispos da Guarda -1686 e 1697

da dissertação de Mestrado
apresentada a
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

ANEXO IV

Sumários das Visitas de Bispos da Guarda -1686 e 1697

Sumário da visitação de Dom Frei Luis da Silva em 20.01.1686

<i>Cota</i> Parte.nº. folha/_data (ou s.d.)	Figuras e elementos da visitação	Recomendações e eventos
<p>II. 124/ 124v/ 125</p> <p>20.01.1686</p> <p>Visitador –o próprio Bispo da Diocese</p>	<p>Visitação de 1686</p> <p>Visit^{or} Dom Frei Luis da Silva Bis^o da Guarda</p> <p>Bp^o Frei Luis da Silva</p> <p>Lugar Fratel</p> <p>Escr Lic^o Manoel Leytam de Magalhainz Secr^o de S.Ill^a e escrivão da vezita</p> <p>P^{co} Thome Esteves</p> <p>Publi. 10.02.86</p>	<p><i>-no assento dos Baptizados- declare nome dos Pays, terras donde são naturais, e de que matrimonio- dados p^a saber pureza no sangue e habilitar de genere-</i></p> <p><i>- mordomos ... quando buscarem pregador- infor sobre se estão habilitados para celebrar ...</i></p> <p><i>- vivenda dos campos tem introduzida mais liberdade... clerigos quando forem a Igreja, para dizer missa vão compostos e com volta, e não com lenços ao pescosso</i></p>

Sumário da Visitação de D. Rodrigo de Moura Telles em 18.01.1697

<i>Cota</i>	Figuras e elementos da visitação	Recomendações e eventos
<p>Parte.nº. folha/_data -s.d.</p> <p>II.139/ 139v/140</p> <p>140v/ 141/ 141v/ 142v</p> <p>18.01.1697</p> <p>Visitador –o próprio Bispo da Diocese</p>	<p>Visit^{or} D. Rodrigo de Moura Telles, Bispo da Guarda</p> <p>Bp^o D. Rodrigo de Moura Telles</p> <p>Lugar Fratel</p> <p>Escreva Manoel da Costa Freyre</p> <p>P^{co} Thome Esteves / publ. 18.???</p>	<ul style="list-style-type: none"> - ordem ao <i>R^{do} Parocho</i> p^o cuidar do ensino da doutrina <i>nos Domingos de manhã ... e ladainhas a N. S^a ao Sabb^o</i> - deixa uma <i>folhina</i> com as orações e-leitura capi^{os} da Constit. - <i>a estação da missa conuentual lerá a seus Freguezes os capitulos de nossas Constituições, na forma que nellas se ordena</i> - <i>cuidados se as <u>Ermidas no lemite da freg^{sia}</u> estão decentes, e com boaz portas</i> - <i>não confessem Mulher algũa de qq idade, qualidd ou condição fora do Confessionario se não pelas gradinhas delle</i> - <i>Revogadas as muitas excomunhoes e suspensoens, que por nossos antecessores forão postas... p^a descargo das consci^{as} dos mesmos Parochos</i> - <i>omissão dos mordomos velhos em dar contas e entregar aos que nouamte se elegend</i> 1... <i>o quam indecente esta esta Igreja, e a Capella mor... mui irreuerente e indecente ...p^a uma caza de Chr^o huma caza de telha vãã <u>Reboquem as paredes da Capella mor</u> onde nec^ofor, e se <u>caheyem</u> e tambem as <u>paredes</u> da Igreja; e se <u>forre o tecto della</u>... e Altarez collateraes</i> - <i>contra a decencia do genero femenino se sentião as Mulheres logo a porta principal ... mandamos que as Mulherez se sentem das portas traueças desta Igreja para sima athe o arco da Capella –mor</i> - <i>e terão muito cuidado de que no tempo que se forem consertar os Altares, ou aLampadaz //II.141v delles se tratem as Mulheres em todo acatamento</i> - <i>trazem a sepultar a Igr^a os Defunctos em escadas... ordenamos, e mandamos que os mordomos dos lugares ... mandarão por conta de todos fazer hũ ezquife para trazerem nelle à enterrar os Defunctos à esta Igreja ...</i>

**O Livro de *Visitações* da paróquia do Fratel:
(de 1538 a 1711)**

ANEXO V

Fregueses e forasteiros nomeados - profissões e episódios

da dissertação de Mestrado
apresentada a
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

ANEXO V

Fregueses e forasteiros nomeados - profissões e episódios

Registo de referências

Ano // pág.	Nome -morador em	posição social profissão/cargo/	episódio
05.1541 I.03v	Diogo Piriz vivia em hũ monte deserto	procurador da Igreja	- os Juizes lhe entregarão a prata da dita Igreja e vivia em um monte deserto ...e que [a dita] prata coria Risco mando aos ditos Juizes sob pena [...] que as ponhão em suas casas [...] antre outros vizinhos onde este seguramente ...
05. 1541 I.04	Domingues Eanes Esteuão Bras Esteue Anes	homens antigos	- mando aos fregueses que emleção entre si homens antigos, i.e domingues eanes esteuão bras esteue anes e outros que demarquem ho adro per honde soia de ser antiguamente e nenhũa pesssoa laure nelles e ho deixem a Igreja com suas aruores
29.10.1566 I.09	João Fernandez da Mouta do Acor e Di- ogo Martinz do Fratell		- ...tem couas na Igreja por consertar ...mando ao Cura ...E por cada semana que ... se deixarem andar Evitados os condene em cem reaes pera ho meirinho
1568 I. 11	Bras Anes do Iunquall Pedro Fernamdez do Açor Pedro Lluís	Iuiyz da igreja de S. Pedro do Vyllar do Boy escrivão da jgreja	- Diz Bras Anes do Iunquall que...Pedro Fernamdez do Açor que sabya omde amdava fazemda da camdeia de São Pedro [Declaração perante o Visitador e assina com A rudimentar]
s.d. [entre 1569 e 1576] I.11v/ I.12	Bras Martins Fernão Pirez moradores no Guardete	Irmãos	- alguns não se querendo conformar com a doutrina que christo nosso senhor nos deu no Evangelho vivem em continuo odio com seus proximos e polla coresma se reconciliam fingidamente enganandose a si mesmos. E o que peor he que alguns destes que assi estam em odios são irmãos e vezinhos soos em hum monte [...]

<p>I.13/ 13v s.d. [entre 1569 e 1576]</p>	<p>Manoel <i>Fernandez</i> e hun filho de [...] <i>Fernandez</i> de Monforte, moradores em Castelo Branco e Manoel <i>Gonçalvez</i> morador na Villa do Resmoninhal</p>	<p>almocreves</p>	<p>- <i>partiram ontem dia de nossa Senhora ja sol alto desta freguesia com suas bestas carregadas sem ouvirem missa sendo lhe mandado por mim que tornassem atras a ouvi la não quiseram obedecer ...</i> - <i>condeno o cada hũ dos sobreditos em mil reaes pera o meirinho geral e lhes amoesto e mando sob pena de excomunham e de des cruzados pagos do aljube que daqui endiante não seiam achados nas semelhantes desobedientias e mando ao cura desta Igreja que mande o treslado deste capitolo aos curas onde elles sam fregueses aos quais mando que notefiquem aos sobreditos almocreues ou na Igreja a estacão</i></p>
<p>I.15/ I.15v 1577</p>	<p>Vasco Lourenco Pero Vaz da Uilla Uelha</p>		<p>- <i>por falecimento de Rodrigo Lourenco ficarão duas colmeas a confraria de Sam Pedro, as quais [...] ficou pesuindo pero vaz da uilla uelha e as não tem entregues atee agora ...</i></p>
<p>I.16/ I.16v 1577</p>	<p>- Pedro Braz (Barboza?) e - Dominguos Dominguez Mão Gramde de Uilla Uelha</p>	<p>juizes em Uilla Uelha</p>	<p>- <i>estamdo todo ho povo junto a missa da terça vieram a esta jgreja e por ssi tomarão e mandarão por outros tomar as portas della perturbamdo e emquietamdo todo ho povo ...</i></p>
<p>I.19v 1582</p>	<p>Pedro Alvares do Marmelal Adriano Martinz do Fartel</p>	<p><i>vereador e juizes asi da uara como da Igreja</i></p>	<p>- <i>conta ... para começar a Igreja ... cobrarão e farão arrecadar ... ate dia de missa grande de setembro e os entregarão a Pedro Alvares do Marmelal e Adriano Martinz do Fartel a metade a cada hũ com escritura pubrica como o receberão e se dão por depositarios do dito dinheiro para de sua mão se gastar na Igreja que se ade fazer da maneira E no lugar que o prelado ordenar.~.</i></p>
<p>II 10v</p>	<p>Pedro Simão e Antonio Dias Belete</p>	<p><i>há annos fabricarios nesta Igreja</i></p>	<p>- para o altar moor - <i>fabricarios não tem dado conta com entrega ...</i> - <i>pedreiros não tem acabado de fazer a obra</i></p>

1614	Pedro Fernandez e João Fernandez	pedreiros	
II. 20 1618	Amador Francisco	Testamenteiro de Dominguos Estevão	<i>- e por achar estar em todo comprido excepto a capa da sepultura com suas letras lha registou</i>
II. 24- 25 1622	Dominguos Dias		<i>guarda tres mil reaes que sobraram da custodia</i>
27 s.d.	Pedro Annes	juiz da igreja	<i>enganando para fugir das pennas com dizerem que estava feita-a vestimenta, alua, e cordão, que ia na visitação passada disserão tinham feita, e quasi paga ...encorreo nas pennas...que são cinco cruzados...</i>
29 - 29v 1625	Pedro anes Padre Marcos d Abrevel João Fernandez e <i>seu jrmão defuncto</i> Gonçalo Fernandez	Anterior fabriquario Intermediário da compra de vestimenta ? Pedreiros e empreiteiros da ditta obra da igreja	<i>- vestimenta de damasco verde ... lhes esta mandado e não comprirem foi condenado o fabriq^o P^oanes ... em dous mil reaes por constar que elle tinha a cargo a ditta vesti^a e pera ella tinha algum dinhejro em seu poder de que não tem dado satisfacão ... mas per algum respeito e recomendacoens que me alleguarão o condeno somente em outros dous mil reaes - dous mil reaes que pagarão pella uestimenta que se deu desta igr^a ao P^oA- brevel -o ditto J.F.^{ez} pedio tempo pera acabar a obra na forma de sua obrigação pera o que tambem queria contribuir a molher do ditto G^{lo} .F.^{ez} seu jrmão com sua parte e constoume que já estavam consertados na meação</i>
32v - 34 1626	Domingos Dias Barrocas e Manoel Dias do Perdigão Diogo Pires	-Fabricarios depositário do dinh ^o da igreja	<i>- não comprirão ... nem p^a as capellas, nem livro para ellas tombarem e assentarem os bens dellas ... os condeno somente em seiscentos reaes... pois tem ia a maior parte do dinheiro ...em sua mão - [feita] novamente taxa de tres mil reaes p^a a capella desta Igreja, e que estava ia algũ dinheiro na mão do depositario diogo pirez, ao quall mando que as ordem do p^o Cura de o dinheiro que tiver para as mais necessarias cousas</i>

	João Fernandez pedreiro	-pedreiro (arrematada a obra do campanario)	- a quem há muitos annos foi arrematada a obra do campanario, o não rebocou nem outrosi pos chave na escada dos sinos, nem nas grades da pia merecia ser condenado em toda a penna, respeitando sua pobreza o condeno somente em quinhentos reaes
34v 1627	João Fernandez Miguel Vaaz e Pedro Alvarez	pedreiro mordomos da confraria do S ^{mo} Sacramento do Ano passado	- J.F ^{ez} tem satisfeito com a obra que sobre elle carreguava lha aceito e della o desobriguo - ... não tem satisfeito com o pavilhão que lhes foi mandado, nem ha Rezam concludente a que me aleguaram em dizer que tem tomada a medida e emcomendado ...condenados em seiscentos reaes
38-39v 1628	João Pedro Dias - de Vermum Veuva de Francisco Pires de Forno da Telha Domingos Simão - da aldeia (Fratel)	da confraria de S. Sebastião	- dous mil duzentos do Ramo que tomou da cofraria de S.S. - pessoas [que] estavam devendo o dinheiro dos Ramos que tinham tomado
42 - 42v 1630	Miguel Vaz do Uermu Pedro e João Fernandez do Iuncal	- mordomos de St António do iuncal - pedreiros	- queixa que as alpemduradas da Casa de Sancto Antonio do iuncal estauão ha tres annos comessadas, e parte do dinheiro gastado sem se dar fim a esta obra... que facão acabar a ditta obra
55v - 56v 1641	Ieronimo Dias	Rendeiro	- não querer pagar dívida de noue mil reaes (pena de excomunhão maior e de uinte cruzados...), não havendo dinheiro para compra de várias alfaias e paramentos para a Igreja
57v -58 1642	João Fernandez	pedreiro	- a muitos Annos lhe estauão dados sete mil reaes para a igreja de Santo Amaro e ... não acaba de a conçertar... concerte a dita igreja ... atee o natal proximo venturo, ou entrege o dinheiro aos freguezes

			<i>... padre Cura que arematando se a obra da igreja ao official pedreiro e contanto que não seia a João fernandez... notefique as pessoas que devem este dinheiro as confrarias pagem o que lhes fica tajado</i>
60 1644	Manoel Martinz de Villas Rujuas Manoel Nugejra	(declaração em adenda)	<ul style="list-style-type: none"> - <i>tras huma oliuejra da confraria de nossa senhora e que a apanhaua sem ordem e licensa dos mordomos e que não pagam a renda</i> - <i>M.N. arancou outra olivejra da mesma Confraria que se aualiou em mil reaes nos quais o hej por condenado e mando os page a ditta confraria en termo de trinta dias sob pena de excomunham major da data ut supra</i>
60v 1646	Botto	iuis e procurador da igreja	<ul style="list-style-type: none"> - <i>não compriu com o que lhe foi mandado [aquisição de artigos de uso no culto]... mas porque he pobre e por rezois que me alegou o não castigo ainda o relevo das penas postas na visitação passada...</i> - <i>iuis da igreja e procurador mandem acabar a obra da igreja (restelhar o corpo da igreja e concertar os sinos)</i>
61- 62v 19.02.1646	Antonio Preto da Villa da Mieira (Amieira) Bras Joam Pero Marques do Bremu (Vermum) Joam Diaz do Peroledo	(AP) pedreiro foi-lhe arrematada a obra da ermida do Espº Stº (PM) e (JD) - Thesoueiros da confraria de St Antº	<ul style="list-style-type: none"> - (AP) <i>reparar a hermida do Espirito Santo (chovia no altar e de sorte que nelle se não pode diser missa)</i> - (BJ) <i>deve 12 570 rs.a confrª de Sº Antº do Vermum- a pagar ao novo thesourº, PM)</i> - (JD) <i>confia que pague a dívida, sob pena de o pº Cura os evitara dos officios divinos e não serão admitidos a elles ate que com efeito pagem</i>
132v-133v 1692	João Dias Nobre do Juncal Manoel Francisco Sobrado	Mordomo de Sº António - deixou em testamento oliveiras a confrarias dos Santos e Santas	<ul style="list-style-type: none"> - (JDN) <i>queixas do pintor q dourou o retabollo de Sº Antª –Juncal- averá dous annos –despesa de 6 mil reis-pagos só 5 tostões (500rs).</i> - <i>Mordº diz q pintor estiuera muitos dias em sua caza e estava assente o trabº. - Ordem ao Párº pª averiguar - sendo mais de preçise dos ditos 6000 rs carregará sobre o dito João Dias o que puzesse de mais (de 5.500rs) - queixa dos mordomos – testamento ainda não executado</i>

160v-161v 1704	Manoel Dias da Riscada		- tem em seo poder quatro colmeias da confr. ^a de S. P ^o . alem dos 3 anos que as aRematou as pessue há mais sem dellas fazer entrega...[valor da renda] pague pellos mais a mejo tostão por cada colmeja de renda e meada hum anno
162- 1706	Carlos de Murça (Múrçia?)	fabricante do pálio	- entregues a Carlos de Murça, ... 60 000 reis, por reaes (hum escripto seo que vi na mão do- R ^{do} Lic ^o Manoel e Rev ^o Padre cura encomendo muito ... e que a sua direção esteja feita athe dia de Sam Miguel e sendo necessario ainda algum dinheiro ...os Revds P ^{es} asima nomeados o tirarão dos alcances das comfrarias
162-163v 1706	Andre Dias de Gardete	Mordomo da confraria de de N.Sra. Remédios	- há de dar seis mil reaes para arranjos na ermida de N.Sra. Remédios- p ^a encarnar imagem, fronta e quartinas-